



5

**HISTÓRIA  
SECRETA  
DO BRASIL**

**GUSTAVO BARROSO**

**GUSTAVO BARROSO**

**HISTÓRIA  
SECRETA  
DO BRASIL**

VOLUME 5

1ª REEDIÇÃO

1993

Conferindo e Divulgando a História

Caixa Postal 10466  
90001 — Porto Alegre-RS

*"A maçonaria é ré de lesa-pátria. Cada santificação que parte de seus grêmios representa nada mais, nada menos que um declínio no prestígio augusto da Raça. Nos judeus, defende uma ética inimiga contra a integridade precária da Grel. Nos jesuítas, ataca a única organização que ainda lhe mete receios. No livre-pensamento, enfraquece a disciplina católica, que é, e foi sempre, a melhor garantia de unidade moral da Nação. Nas lutas intestinas que ateia e alimenta, é a anulação da Idéia nacional que tende ampenhadamente para que mais um passo se avance no caminho que leva à Cidade-Futura, em que não haverá nem deuses, nem chefes."*

ANTONIO SARDINHA  
"O Território e a Raça", pg. 20

*"Está escrito (a ninguém o poderá apagar) que todo Império dividido há de perecer: (M)Omne regnum in se ipsum divisum desolebitur; e o parlamentarismo que divide os ânimos e os inquieta; que põe em dispersão todas as hierarquias, que divide a sociedade em cem partidos; e que, não contente com a divisão natural do poder já estabelecida, quer ainda levar essa divisão ao seio do poder centralizador e unitivo, o poder Real ou Moderador; — o parlamentarismo, que é a divisão no todo e em todas as partes, nas altas regiões, nas regiões médias e nas regiões baixas, no poder, na sociedade e no homem, não pode subtrair-se, nem se subtrairá jamais ao império dessa lei inexoravelmente soberana. Sim, o parlamentarismo morrerá..."*

BRAZ FLORENTINO  
"O Poder Moderador", pg. 536

# ÍNDICE

Volume 5

I. O Minietro que durou nove horas .....	1
II. O Rei, o Vica-Rei, o Mágico e os Patriarcas inviáveis .....	17
III. O rebo do fogueta .....	29
IV. A guerra civil da mata .....	45
V. O Tigra da Palermo e o Carnaval Financeiro ....	57
VI. A raelaza econômica .....	71
VII. A pata do leopardo .....	81
VIII. O pomo da discórdia .....	95
IX. O império e os dois gelos de briga .....	107

## Capítulo I

### O MINISTRO QUE DUROU NOVE HORAS

A salvação do Brasil estava nas mãos débeis de um rapaz de quatorza anos, rebento de Braganças, Bourbons e Habsburgos, nascido na nossa terra. Príncipe Brasileiro. Órfão que ficara quase como um refém da política maçônica ou maçonzada, quando o pai abdicara na trista madrugada de sete de abril. Flor da estufa de São Cristovam, criara-se no convívio dos livros e de mestres rígidos, sábios ou freires, sem um sorriso de mãe, sem um carinho de pai, amoldando o caráter germânico no estudo, na meditação, no silêncio e na malancolia dos vastos selões desertos. Quase não brincava. Quase não comia. Nunca fizera uma garotada. Haviam-no preparado para reinar como um rei hábil, constitucional e brando do século XIX. Assim reinaria, mas com sua vontade sempre alerta e o lápis fatídico com que marcava os canelhas sempre pronto. **E reinaria quarenta e nove anos!**

Por que reinaria tão fargo tempo? Por que levariam as forças ocultas mais centenário para destruir o Império e levantar em seu lugar a sonhada República desde os pródromos da Independência?

Porque, independentemente da vontade maçônica, se criara no povo brasileiro, ao sopro dos vendavais da anarquia do período regencial, uma verdadeira mística do trono. Com o tempo, essa mística se transportou para a própria pessoa do imperante, graças às suas qualidades pessoais. Essa **mística\*** chegava ao ponto de um chefe maçônico da felpa de Teófilo Ottoni declarar o Imperador **Instrumento providencial** e querer, "por acordo universal" dos partidos e facções, o suprimimento da idade para o fim da tutela. Como muito bem diz Otávio Tarquínio de Souza, biografando Bernardo Pereira de Vasconcelos, "o trono continuava a ser o grande princípio da unidade nacional (1)". Concordavam nesse ponto até os políticos mais contrários à idéia da realeza.

Tão forte essa mística que pôde durar até a República. Veio mesmo aos nossos dias, mau grado todas as propagandas positivis-

tas. Os próprios homens que derrubaram a monarquia sotriam a sua influência. Como os bárbaros nórdicos que destruíam cheios de assombro e civilização romana e procuravam imitá-lo, depois. A República botou ebeixo o Império a, para ter paz, recorreu a presidentes que haviam sido conselheiros do Império. Quintino Bocalluva, de sangue plebeio, venerável da maçonaria, um dos fundadores da República de 1889, exclamava: — "O Império foi e Paz!"

Daí a torça que conseguiu ter logo de início o rapazinho da quatorze anos, assantado no trono graças ao golpe branco da Maioridade, unindo e salvando o Brasil. "Quando outros são crianças, era um homem (2)." Conheçam-lhe as qualidades da homem os que vivem no peço e muitos dos personagens mais influentes da política nacional. Desde certo tempo se esboçava nos bastidores o movimento que devia produzir a Maioridade. Os partidários desta, chamados **maioristas**, surgiam por toda e parte. Alguns eram movidos pela ambição de obter proventos de uma mudança radical de regime para a qual tivessem contribuído. A eterna alegação dos serviços prestados. Muitos sentiam mesmo a necessidade natural de uma centralização do poder ante o panorama desolador da anarquia nacional. A maçonaria iria agir, tirando o melhor partido possível dessa corrente. O jovem príncipe desejava o trono, cansado de regências e tuteias, aconselhado pelos seus íntimos, e mentiu comunicações misteriosas com os maioristas, iludindo o Regente do Império (3).

Contudo, à margem de "Biografia do Conselheiro Furtado" de Tito Freixo de Almeida, Sua Majestade o sr. D. Pedro II escreveu uma feita com o próprio punho esta glose: "Eu não tinha a ambição de governar; sem a influência de gente que me cercava, teria recusado." Dirla a verdade? O visconde de Sebóla refuta quaisquer influências ocultas no ânimo do Imperador menor (4). Houva quem se pronunciasse da seguinte forma e seu respeito, vando-o agir no momento da Maioridade: — "Neo há dúvida, é Bregença, o menino tem ronhe!"

**D. Pedro II nunca foi maçom**, nunca teve a menor ligação com sociedades secretas. As **Influências ocultas** que o visconde da Sabóia naga haverem atuado no seu ânimo a às quais ele atirma, na glosa, ter obedecido, só podiam ser mesmo as da gente que o rodeava. Em primeiro lugar, o tuturo visconde da Sepetiba, Auriliano Coutinho, cujos filhos eram dos raríssimos companheiros dos raríssimos tolgedos infantis do Imperador. Brincavam, às vezes, com ele de soldado (5). Depois, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro. Joaquim Nabuco atirma que o Imperador "tinha tascinação" por Auriliano Coutinho e acha que a "influência pessoal" deste, entre

1840 e 1848, e a Maioridade e a Revolução Praieira, é um dos "enigmas de nossa história constitucional (6)". A isto aduz Otávio Tarquínio: "o certo é que nenhum homem, nenhum político, em todo o Segundo Reinado, teve maior ascendência, maior força do que Aureliano Coutinho. Sem dúvida, o Imperador não se deixou manobrar por ele; o menino do "quero já" tinha vontade a tave-a durante os cinquenta anos de trono, mau grado a falsa opinião que se formou a seu respeito; mas o futuro visconde de Sepetibe, com as suas ligações palacianas e os seus contatos com o **corrilho da Joana**, nas célebres reuniões em casa do mordomo Imperial Paulo Barbosa, derrubou sem dificuldades o gabinete de 24 de julho de 1840." Como ministro de Justiça, Aureliano Coutinho dissolvera, em 1834, os clubes e sociedades maçônicas. Mais tarde, expulsara José Bonifácio da tutoria Imperial a seu aderente do paço, processando-os como réus de traição. Fez tutor seu amigo, o marquês de Itanhaém, preceptor seu amigo frei Pedro de Santa Mariane, bispo de Anemúlle, mordomo seu amigo Paulo Barbosa. Os Andrades odiam-no (7).

Apesar do que escrevera à margem de "Biografia do Conselheiro Furtado", estando presente à leitura, no Instituto Histórico, da "Memória" da Trietão de Alencar Areripe sobre a Maioridade, D. Pedro II declarou que "não se recordava de ter sido jamais procurado por pessoa alguma do paço para enunciar-se acerca de projetada declaração de Maioridade (8)." Lepeo verdadeiramente espantoso em quem, como o Imperador, possui admirável memória, capaz de guardar o nome de pessoas remotas que lhe eram apresentadas pela primeira vez. Anos após, se as encontrava, as repetia. A famosa memória dos Bourbons, cujo sangue lhe vinha da avó paterna, de Espanha.

A Maioridade não foi unicamente produto de vontade do órfão Imperial, nem da camarilha palaciana, nem destes ou daqueles, destas ou daquelas forças; mas uma resultante de vários fatores. Lançada a idéia, quando mais convulsos e perigosos eram os astertores da Regência, sua elaboração se produziu em duas faces: a dos fatos secretos e a dos fatos notórios (9). Os moderados ou conservadores achavam-se no poder. Os liberais estavam de baixo. Estes queriam subir, derrubando aqueles. Tanta paixão partidária os cagava que se mostravam os mais entusiasmados a astrenuos delatores do princípio monárquico, quando sua doutrina política era a que mais dele se afastava, beirando a república, e quando condenavam sem remissão as doutrinas que bebiam, mais do que quaisquer outros, no seio das maçônicas e das buchas. Atitude **paradoxal** dos políticos demo-

liberais de todos os tempos. No seu artigo 121, a Constituição (a estava sa em chelo no período áureo das Cartas, cujo respeito falticista era pregado no mundo Intelro pelo maçonismo) declarave textual e clarissimamente: "O Imperador é menor até a Idade de dezoito anos completos." Os coneevedoras dasajavam a antecipação de Melorida-



D. Pedro II, Imperador do Brasil em 1840

de, mas sam farir de fece o texto constitucional, por melo de uma reforma em regra do mesmo texto. Os libereis querlam-ne mais depressa, apelando pare o golpe de Estado. "A situação era **violentíssima** — escreve Cristiano Ottoni; os liberais estiverem fora da lei, e



como recurso a Majoridade do Imperador se tornou popularíssima." Acrescenta que era uma aberração, mas necessá-la...

Ao princípio, as forças secretas quieeram impedir a formação dessa onda de opinião pública. Convinha-lhes prosseguir a obra de asfacelamento nacional, tão bem conduzida na Regência, desde a abdicação. Mas as correntes em contrário eram fortes. Não convinha muito contrariá-las de

frenta. Todavia, ainda lutaram um pouco antes de engroseá-las e tomar-lhes o comando, dirigi-las de dentro, como é da sua técnica. Já em maio de 1839, a "Aurora Fluminense", órgão maçomizado, acueava Bernardo de Vasconcelos da trama o fim da Regência com a Majoridade. Era o que se chama hoje um despiamento, pois os fatos mostram que todos podiam trammar lesão, mas Bernardo de Vasconcelos. Enquanto isso, a "Sentinela do Serro", órgão euper-maçônico dos Ottoni, que se publicava na Vila do Príncipe, batia-se por uma Regência composta pelo maçom Bráulio Muniz, o bucheiro Nicolau Vergueiro e o revolucionário contumaz Pale de Andrade...

Estas e outras acusações mostravam que os olhos maçônicos estavam vigilantes. A Nação anarquizada, ansangüentada, enxovalhada exigia naturalmente uma centralização de poder, uma autoridade coordenadora dos esforços e só via isso no pequenino aobarano. Então, comprando a força dessa ansaio nacional, a maçonaria ia



*B. P. de Vasconcelos*

Bernardo Pereira de Vasconcelos

cenalizá-lo em proveito próprio, tomando nas mãos o estandarte da  
Meioridade e batendo-se por ele. Porie, ao mesmo tempo, os liberais  
que estavam de baixo em cima... A mesma técnica de 1930, noventa  
anos depois, quando um político maçom e bucheiro da República  
pronunciou o fresse célebre: "Façamos a revolução antes que o povo a  
laça." Tática absolutamente judaica. Mas o triunfo salu às avessas  
tanto em 1840 como em 1930. O Imperador menino não se sujeitou e  
ser um títere maçônico e o Presidente revolucionário engoliu o febril-  
cante da revolução...

A acusação da "Aurora Fluminense" em maio de 1839 podia não  
estar certa quanto a Bernardo de Vasconcelos; mas estava quanto ao  
fato em si, porquanto, em abril daquele ano, **José Martiniano de  
Alencar, recenhegado do Ceará**, começava a organizar uma socie-  
dade malorista, Clube da Meioridade ou Sociedade Promotora da  
Maloridade, com Antonio Carlos, Mertim Francieco, o padre Peixoto  
de Alencar, José Mariano, Coeta Ferraira, Holanda Cavalcanti, Paula  
Cevalcenti, Manuel de Carvelho Pale da Andrada, todos maçons,  
bucheiros, areopagitas, republicanos, revolucionários. Antonio Carlos  
era o presidente. Agregaram-se mais tarde e esta grupo inicial outros  
membros das mesmas organizações secretas: Teófilo Ottoni, José  
Antônio Marinho, Pinto Coelho, Gê Acalaba de Montezuma e o viscon-  
de de Abaeté. A ligação da sociedade com o paço se fazia por  
intermédio de José Feliciano Pinto Coelho, depois barão de Cocais,  
maçon, que tinha entendimentos com o marquês de Itenhäen, seu  
parente e amigo do peito, tutor do monarca (10).

Discutam-se os meios, o **modus faciendi**, para obter a elmejada  
Meioridade. Chegou-se a pensar em declarar o Regente ilegítimo, por  
ceber legitimamente a Regência à princesa D. Jenuária, então com  
dezoito anos de idade. Mas, em verdade, isto não resolvia o caso  
político. O "órfão nacional" é que precisava ser melhor. **As forças  
ocultas, segundo a sua diabólica técnica, não costumam contra-  
rizer certas correntes fortes de opinião: manobram-nas.** Iam fazer  
a Meioridade, obter com isso a gratidão do jovem Imperante e tratar de  
conduzi-lo através de política do liberalismo parlamentar. "O liberalis-  
mo era novidade, e novidade importada, em cujas virtudes acredita-  
vam, qualquer que fosse a **nuança\*** de que se colorissem, conforme o  
temperamento individual, um Evaristo, um Feijó ou um Vasconcelos  
(11)." Todos eram liberais, tanto os que se diziam liberais como os  
que se titulavam conservadores; a Revolução Francesa envenenara  
com seus **imortais princípios** aquelas gerações. Nem os homens  
públicos, nem o povo compreenderiam por que e para que o liberalis-

mo cria partidos e mata as tradições nacionais. Ninguém entenderia naquele tempo o profundo sentido da uma frase como esta: "Pela tradição, qua é o espirito da Pátrie e é a Continuidade prolítera. Contra o Liberalismo, qua é o espirito de Partidos e é a instabilidade intrutuosá (12)."

Judaísmo e maçonaria atuavam sob a máscara do liberalismo. Viviam a tripa torce da democracia-liberal, que é "um despotismo mal organizado", no qual "o rebanho conduz o pastor (13)." As correntes liberais, pois, confluíram para a Maioridade. Abandonade por inoperante e soluçã de príncese Januária, o grupo de Alencar apresentou ao Senado, com as assinaturas deste, da Paula Cavalcanti, de Firmino de Melo e de Coata Ferreira, pela palavra de Holanda Cavalcanti, dois projetos da lei: um daclarendo o Imperador melor; o outro criando o Conselho Privado da Coroa. Davo-se a Maioridade fiscalizada. Em 1842, um dos praxtos da revolta maçônica era a criação do Conselho de Eatado. Conselho, sim, mas para eles. É preciso não esquecer que os propugnadores meçons ou buchellos de emancipeção de D. Pedro II havíem surgido quese ao mesmo tempo que e Idéla de uma ditadura legal, levede à Câmara em agosto de 1839 pelo deputado Barreto Pedroso. Essa ditadura não seria absolutamente do agrado des forças secretas. O melestas neclonal exlgie remédlo enérgico e urgente. Ou vinhe e ditadura ou vinha e Maioridade. Dos males o menor. Eles ellaram-se à Maioridade. Bem sentiu isso Melo Matos eo escrever que, para muita gente, e Maioridade não passava de simples pretexto pere assaltar o poder com seu masquinho egoísmo (14). Os partidos políticos porflavam em "abrir um largo crédito na greldão do manino que subiria eo trono (15)."

Os dois projetos lidos no Senado no melo do melo profundo silêncio, na aassão de 13 de maio de 1840, liguíerem na ordem do dia da da 20 do mesmo mês. Houve Idéntico silêncio. Somante o marquês de Peranaguá, delxando e presidêncie, foi à tribune e defendeu as medidas. Passou-se logo à votação: 18 votos contra; 16 a tevor. A silenciosa rejação demonatra que axistie uma corrente política anti-maiorista. Ela polarizava-se em torno de um grande lutador de arena parlamentar: Barnardo Paraira de Vasconcelos. Easa homem é um miatário no avanto da Maioridade. "Anta-mural da onde maiorista", no dizer do sau biógrato, participou do silêncio geral do dia da apresentação dos projetos e não compareceu à sessão am que foram rejeltados.

1. Por quê?

Otávio Tarquínio de Souza dá esta explicação: "Parece certo que houve de sua parte hesitação a respeito, sobretudo quanto ao momento da declaração. Na sessão da 21 de junho, Vasconcelos entendia que a Maioridade seria o remédio dos males que atormentavam o país, mas no tempo marcado pela Constituição; e 8 de julho, declarava que ainda não tinha tomado uma resolução definitiva; e dias depois, nas vésperas do golpe de Estado, queria a Maioridade, dada já, mas acima dos partidos, não ficando o Imperador a dever nada a um ou outro, queria-a como uma necessidade do país e só a admitia por um golpe de Estado, se tivesse a aceitação da Nação. Julgava, porém, indispensável que se criasse antes um Conselho de Estado, se fizesse a reforma dos códigos, se implantasse a disciplina no Exército, se reformasse a administração da Fazenda. "Voto contra a Maioridade sem garantias para o trono e para o país. Sem estas garantias, eu hei de opor-me à Maioridade enquanto tiver voz... Falarei 600 mil vezes... E não receio o desagrado do Imperador, não receio a indisposição Imperial. Quero incorrer nela, se ela pode dar-se, para salvar o Imperador e as liberdades do meu país." Depois deste discurso, os opositores da Maioridade já sabiam onde buscar o homem que não receava desagradar o Imperador (16)."

Pelo que se vê, Bernardo de Vasconcelos hesitou antes de tomar uma atitude firme. Analisando seu papel na questão da Maioridade, tomou-se a impressão de que ele contrariava fundamentalmente a corrente maiorista, sobretudo a ala maçônica, e até outras correntes políticas. Tanto assim que o golpe de Estado da Maioridade como que foi apressado para evitar sua permanência no poder. As medidas que ele desejava fossem tomadas antes de se tornar o Imperador maior eram patrióticas e lógicas. Elas visavam a criação de um escola político-jurídico-administrativo, de uma hierarquia necessária num país onde a anarquia tumultuária das facções tudo havia destruído, fazendo tábua rasa de todos os valores (17).

O papel de anta-mural do movimento da Maioridade era antipático. O maçonnismo lançara pela sua imprensa a propaganda desse meio de salvação nacional. Bernardo de Vasconcelos arcou com essa antipatia. Daí aquela indignação contra ele, testemunhada pelo ravenendo Kidder (18).

À frente do movimento maiorista estavam notoriamente os **Andradas e seus amigos**. Isto é, de mãos dadas, judaísmo, maçonnaria e bucha. Um Andrada, o esguio e ambicioso Antonio Carlos, presidia o Clube da Maioridade. Outro era o **fac-totum** no parlamento: Martim Francisco. Quando o Senado rajitou os projetos e se cuidou de

preparar o golpe de Estado com o devido assentimento do órfão Imperial, a missiva que lhe enviaram foi desta modo formulada: "**Os Andradae e seus amigos** (19) desejam tazer decretar pelo corpo legislativo a maioridade de Vossa Majestade Imperial; mas nada iniciarão sem o consentimento da Vossa Majestade." A resposta que veio trazava assim: "Quero a estimo muito que esse negócio seja realizado pelos **Andradae e seus amigos** (20)." Serviu da lava e traz o gantil homem Banto Antonio Vahl. Comprovam as les tatos o testemunho da Teófilo Ottoni e as próprias atas do Clube de Maioridade (21).

Não se pode afirmar que Bernardo de Vasconcelos fosse maçom. Seu nome não aparece nas listas dos pedreiros livres notórios. Em toda a sua vida, somente pudamos apanhar uma ligação suspeita: a intimidade com o banqueiro judeu **Samuel Philipps, que D. Pedro I deixara como procurador no Brasil** (22). Essa intimidade deu na vista. "Falou-se muito em um pagamento mandado fazer por Vasconcelos, quando ministro da Fazenda, ao agente da colonização Gachet; e murmurou-se que não tinha escrúpulo de ser amigo íntimo do judeu Samuel (Josué Samuel ou Samuel Philipps), o banqueiro intermediário das remessas de dinheiro para Londres; de ser amigo ao ponto de servir-se da carruagem do judeu... (23)." Do caso Gachet, Bernardo de Vasconcelos defendeu-se com vigor em artigo do "O sete de abril" da 13 de dezembro de 1834. O semita, naturalmente, se infiltra na intimidade do grande homem público, que tinha negócios particulares, como se sabe, despravando do perigo judaico, para usar e abusar disso e seu talento.

A casa bancária da Samuel & Philipps emprestara ao Governo Brasileiro, em fevereiro de 1839, e quantia de £ 312.500 a tipo 76, um roubo, juros de 5% e prazo de 30 anos. Recebemos dessa soma, graças ao tipo e às comissões, £ 237.500 e pagamos, com o tempo, £ 503.000. Foram três mil e seiscentos e tantos contos, ao câmbio da época, que nos custaram cerca de dez mil. "Era agente do Império Pedro da Araujo Lima a ministro da Fazenda Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois marquês de Abrantes. Havia déficits em três orçamentos: Fazenda, Marinha e Guerra (24)."

A não ser isso, Vasconcelos paraia sem ligações com forças ocultas. Diziam-no até inimigo dos Ingleses, contrário à atuação da Grã-Bretanha na questão do tráfico de escravos. Condenara a venda de vinte milhões de diamantes aos judeus Ingleses e a cassão gratuita a estrangeiros das terras do rio Doce, com suas minas, insurgindo-se veementemente no Conselho Provincial da Minas Gerais, conforme o

testemunho da Taófilo Ottoni. O reverendo Walsh, qua escreveu sobre o que viu no Brasil do Primeiro Reinado, atesta isso (25). Em 1826, combatia as idéias abolicionistas que já tinham à frente homens ligados às sociedades secretas como Vargueiro. Considerava a escravidão necessidade Imperiosa ao desenvolvimento do país e não cerrava filas com os qua a contrariavam sob a capa da ideologias humanitárias, disfarce dos fins político-econômicos que o judaísmo internacional **colimeva**,\* manobrando seu praposto, o Governo Inglês.

Formado em Coimbra, liberal como os homens de seu tempo, parlamentar realista, objetivo, prático, **pragmático**, moldara seu espírito nas doutrinas correntes no século XIX. Naturalmente se batia por elas; mas a maneira independente por que o fazia não parece demonstrar laços com os manejos ocultos. Talvez tivesse pertencido, como Gé Acelaba, à Gruta ou à Jardimaira, que eram as **buchas da tradioanal universidade portuguesa**. Nenhum vestigio, porém, se encontra nisso na documentação de sua vida.

Aliás, é curiosa e significativa a antipatia que o cerca, o vigor com que o combatem e a oposição que lhe fazem. Sobretudo os cornecas do maçonismo. Antônio Carlos em 1832. Feijó em 1837. Na questão do elemento servil, tem de detender-se palmo a palmo contra grupos da opositores. Na pasta da fazenda, em 1832, atacam-no desabridamente. Na revolução da Maioridade tem-se a impressão de que es forças ocultas a apressaram com medo dela... Medo sobretudo que sucedesse, naturalmente, na Regência, a Araújo Lima...

O Menino Imperial estava de mãos dadas com os conspiradores. Chegava ao ponto de disfarçar seus cochichos com os deputados maioristas, logo que alguém se aproximava. Os **Andrades e seus amigos** trabalhavam de acordo com D. Pedro II. A obra era realizada em absoluto segredo maçônico, exigido am juramento especial pelo Clube da Maioridade (26). A rejeição do projeto no Senado levava os maioristas, numa reunião am casa de Firmino da Malo, à resolução de, por todos os modos, **excitar o público** em prol da medida. Chama-se a isso hoje criar um clima revolucionário. Lançou-sa a Idéla na Câmara, num discurso de Álvares Machado, asparando-se e observando-se as reações que provocava. Davam-se vivas frenéticos à Maioridade onda quar que Sua Majestade aparacesse. Gatafunhavam-sa nas paredes quadrinhas fáceis de decorar, como as da certos anúncios atuais, sobre D. Pedro II maior. Espalhavam-se boletins e panfletos. Propaganda organizada.

Quando se discutia o assunto na Câmara, as galerias se anchiam com uma claqué de figuras sinistras, fingindo da povo. A mesma patuléia das desordens da 1831, 1832 e 1833 (27). Muitos rostos ostentavam cicatrizes ganhas na célebre Noite das Garrafadas. Em todas as épocas, em todos os países e em todas as ocasiões necessárias, essa mesma canalha das ruas aparece. É ela que passa pelo povo soberano. Poderia ser com a máxima propriedade etiquetada com a rubrica de **povo maçônico**...

Para o velho maçom José Clemente, corifeu de conjuras, o golpe revolucionário era inevitável. Ele conhecia, de longe, pelo cheiro, a preparação do clima. O governo regencial advertido, estava alerta; mas era indeciso, fraco e também minado pela maçonaria. José Clemente contrariava-o. Não se sabe bem porque ali estava no **Index** dos liberais maçons, como se depreende de que escreveu à pg. 11 da "Biografia de Teófilo Ottoni", seu irmão Cristiano Ottoni.

Na sessão da Câmara de 20 de julho de 1840, Limpo de Abreu, que era maçom, mas não dos mais graduados e ao par dos segredos da selta, conforme confessou, penitenciando-se, no Conselho de Estado, ao tempo da Questão Religiosa, como veremos oportunamente, **propôs** a nomeação de uma comissão para indicar com urgência o melhor meio de dar maioridade ao órfão Imperial. Mais realista do que o rei, Rocha Galvão pediu a decretação de Maioridade por aclamação da assembleia. A maioria dos deputados, embora não muito grande, era contrária ao que se projetava de afogadião.

Além da proposta de Limpo de Abreu, havia sobre a mesa dois projetos de Martim Francisco: um convidando o Senado para dallbarar juntamente com a Câmara; outro declarando a Maioridade desde já. E ainda um de Antonio Carlos neste sentido. Era um verdadeiro bombardeio de proposições maioristas.

Para o projeto de Antonio Carlos se requereu urgência na sessão de 21 de julho, no meio de discursos inflamados. O parecer da comissão especial instituído por Limpo de Abreu, verdadeiro recurso protelatório, não impediu a votação da urgência. Venciam os maioristas decididos. O Regente Araujo Lima era homem de meias medidas. Seu ministério, cuja figura principal era Paulino Soares da Souza, não se recomendava pela energia nas decisões. "A conjuração estava triunfante: lograra naquele dia maioria da Câmara, a opinião popular **habilmente** explorada simpatizava com o plano e já o ruído das armas denunciava que chegara aos quartéis a trama maiorista (28)." Era preciso enfrentar os acontecimentos e, se não impedir a maioridade, adiá-la. O Areópago do Primeiro Reinado, o maçonismo-buchairo da

Independência e de Abdicação, as valhas Academias Secretas da Pernambuco colonial, vanciam outra vez uma partida, tendo à frente, como múmia redilva dos concillábulo da Guarda Velha, o mesmo Antônio Carlos de todos os tempos, cujo nome se destinou no Brasil à trama de revoluções Impetrióticas visendo o interesse pessoal aliado ao das forças ocultas...

O Governo lambrou-aa, na dura amargância, da Barnardo da Vasconceloa. Araújo Lima mandou José Joaquim Rodrigues Torres, o futuro visconde de Itaboraí, buscá-lo am casa altas horas da noite da 21 para 22 de julho da 1840. Oferecia-lha a direção política do Governo de Regência na peste do Império. Em vista do parlgo que corrie o trono, amaaçado, na opinião dos prudantes qua ainda não conheciam o astofo de qua era falta D. Pedro II, da cair nas mãos dos **Andrades e seus amigos**, Bernardo de Vasconcelos, conforme confessa na sua "Exposição", não **hesitou** um instante. Acetou a pasta e propôa de antrade e medida drástica para acerber com a agitação: o adiamento da Assembléia.

O decreto respectivo foi expedido e o mancebo Imperial escolheu amavalmente o Regenta, quando lho foi comunicar, assentindo em tudo. Por trás, porém, recebia uma deputação dos parlamentares maioristaa e dava-lhe sam restriçãoa o seu epolo. A resolução de Bernardo de Vasconcelos estourou como uma bombe nos arralala meçônicos. Os álmoe se inflameram com equela surpresa minletriel. Bastava pronunciar o nome do novo ministro na Câmara para que os dapedodos se **exacerbassem**. "Gritavam possessos no recinto: — "Calúnia! Treição! Governo conspirador!" (29). O **povo meçônico** alvorotava-se am berrelroa a capoairegens. Que desaforo! Adlar uma essembléia já preparada para um resultado político certo...

**Os Andrades e seus amigos** compreenderam logo que não ara possível a menor indecisão am face dequela medida governamental. Se perdessem um momento, perdariam a partida, porque o novo ministro do Império era homem de saber, de vontade e não escravizado, pelo menos da todo, às lojas. Deu o **grito teatral** da Antonio Carlos: — "Quam é patrôte e brasileiro siga comigo para o Senado!" Sentira a Câmara inclinade a eositar sem tuta o seu edimento. Ia procurar apolo nos Pais Conscriitos, vitalicios, solenes, Indissolúvels. Grupos da deputados e magotes de clique meçônica invadiram, vociferando, o velho paço do conde dos Arcos. Os conjurados egiem sentindo-se apoiados na sombra pelo Imperador Menino, pato comendo das armas, pela Academia Militar e pela Guarda Nacional. Tihem muitos trunfoe na mão...



A reunião parlamentar mista no Senado foi tumultuosa. Partiu para São Cristóvam uma comissão verdadeiramente maçônica, parecendo escolhida a dedo pelo Grande Oriente, toda a velha guarda do Bode Preto: Lege, Vergueiro, Alencar, Paula Cavalcanti, Holanda Cavalcanti, Antônio Carlos, Mertim Francisco, Gê Acaíaba de Montezuma. Atinel, nada mais, nada menos do que ainda e sempre os **Andradas e seus amigos...** Foi precedida e anunciada pelo médico J. C. Soares de Melrsiss. Curva-se reverente diante do rapazelho aprumado no seu dourado fardão de almirante. Fala Antônio Carlos, despejando os chavões maçônicos: as entranhas dilaceradas da mãe-pátria, a selvação do trono, e liberdade dos povos, a vontade popular tendo torça de lei, os direitos do homem. Implorou pro-fórmule aquillo que já sebia que o jovem queria e já: a aceltação imediata de coroa.

Enquanto Sua Magestade **le refletir** sobre o que devia responder, como se desde três meses não estivesse comprometido com aqueles homens, chegavam ao paço o Regente e o Ministério. Vinham comunicar-lhe que o adilemento da assembléie visava o prepero solene da aclamação no próximo dia 2 de dezembro, seu aniversário netalicio; mas, como se estava dando aquela agliteção parlamentar e popular, desejevem asber se Sua Magestade queria ser aclamado naquela date ou já. O Governo cada ao empuxe dos acontecimentos. O Menino Imperial, que sabia estar a outra comissão, e dos parlamentares maçônicos, à espera de resposta noutra sala, que conhecia e disposição das tropas e que certamente recebia os conselhos de Aureliano Coutinho, decidlu com a melhor calma deste mundo:

— Quero já!

E ordenou ao Regente, como se já Imperasse, livre de tutelas:

— Convoque as Câmaras para amanhã.

A vontade do rapazinho de menos de quinze anos, graças à atuação das forças secretas lludidas com o pensamento de o lrem menejer a seu telante como um bonequinho fardado, graças ainda ao medo da energie e das menobras de Bernardo de Vasconcelos, o que apressou a eclosão do golpe, prevalecia, aselm, contra o texto clarissimo do artigo 121 da Constituição do Império e contra a investidure legal do Regente. Diante de Manifestação categórica deesse vontade, Bernardo de Vasconcelos pediu demissão, logo após **referendar** o decreto de convocação das Câmaras. Mesmo depois disso, o maçonismo suspeitava que maquinasse resistências. O ministro declareve ceder para não levar o país à revolução. A maçonaria, contudo, assoeiheva pela boca de seus tribunos que els veria derramar o sangue brasileiro com um sorriso nos lábios. Qualificave-o com os

naia torpaa apitados. E Antônio Carlos, furioso, espumanta, esquecido de que Bernardo de Vasconcelos ara um tabético, indefaço, ou por isso mesmo, amaaçava-o fisicamente. Havie muita Invaje e profundo ódio contre o homem pere quem e Regência apelare nos últimos estertores de egonia.

**Bernardo de Vasconcelos foi ministro somente durante nove horas. Os Andrads e seus amigos** não o deixaram esquantar o lugar. Mas aquele manino que, **hipocritamente**, eles aclamavam como o único remédio eos melas do peis, segundo observeve Teófilo Ottoni, o asquantaria por melo século, aendo preciso longo e pertinaz trabalho das forças occultas para arrancá-lo do trono. Eles pegsrem caro o seu engano. Os osaos dos **Andrads e seus amigos** branquejerlam esquecidos no fundo dos sapulcros quando as forças de que foram servidores conseguirem derrubar o encanecido sr. D. Pedro II. O Imperador foi mesmo o salutar remédlo, que eles apregoavam, mes, no fundo, não esperavam, nem querlem. A comédie politico-meçônica de Meloridade prenunciave e grande época de Paz Imperial.

No dia 23 de Julho de 1840, o Jovem soberano jurou observar e fazer observar a Constituição que ele próprio rasgera no artigo 121. Era natural que desde já se hipertroffasse seu Poder, embora alcuñado formalisticamente de Moderador, porque: "Desengennem-se os monarcas, se eles querem a conservação do Trono, não quierem Certa, e, se querem Certa, não terão segure nem a majastade nem a existêncie do Trono. Certa, nam aeve ao Real, nem serve aos Povos; nem aeve ao Real, porque é fazer da um soberano um fantasma de poder, coartando-lhe, ou extinguindo-lhe todos; não serve eos Povos, porque em lugar de extinguir e Tiranie (como prometem os Revolucionários) multiplica os Tiranos (30)." A mesma lição aqui presente acrescenta que "a divisão de poderes é o sapulcro da soberania." "Nunca o Povo se diz Soberano — doutrina Fral São Boaventura — (31) pare outro fim do que pera calr nas mãos de um punhado de aventureiros, que destarta lha fazem a boca doce enquanto bem a salvo, e e despelto de morel cristã, e dos principios mais vulgarias da decêncie, vão anchando a bolsa."

D. João VI, com aua rematada finura, advinhara o punhado da evanturarios a aconsalhara ao filho estouvado qua tomassa a coroa antes que eles dela se apoderassam. Elas antraram em cana na Abdicação de 7 da abril de 1831, perturbarem o periodo regencial e agora querlem dominer outra vez. Mas perderiem também e parada. Como o pai, seguindo e lição do avô, D. Pedro II pôa a coroa na cabeça. A 18 de Julho da 1841, **um ano depois do golpe da Maiori-**

dade, seria sagrado Imperador do Brasil. Essa sagração implicava sua identificação simbólica com a idéia-mãe da Pátria, porque colocava a pessoa do imperante num plano inviolável, superior, inaccessível às maledicências e Injúrias, que são o preparo do caminho para o atentado e para o destronamento, como se viu na Abdicação e se verá nos pródromos da proclamação da República. Porque a Injúria abate a Majestade até a queda definitiva. "Um rei a quem se ultraja é um rei que se imola (32)."

D. Pedro II ia mostrar aos **Andradas e seus amigos** que se não deixaria imolar senão depois de velho, quase à beira do túmulo. Eles, os fautores da Maioridade, com a mesma hipocrisia com que haviam feito a abdicação, é que seria imolados a breve prazo. O primeiro ato do Imperador Maior desanuvia os espíritos, é um ato de simpatie: anstia geral. O Soberano não queria vingar agravos ao Orão. Pelo menos com publicidade... O novo ministério constituiu-se a 24 de julho de 1840: Antônio Carlos na pasta do Império; Martim Francisco na da Fazenda; Limpo de Abreu na da Justiça; Holanda Cavalcanti na da Marinha; Paula Cavalcanti na da Guerra; Aureliano Coutinho na de Estrangeiros (33). Salvo o último, ne íntegra, **os Andradas e seus amigos...**

Ere o grupo que estava de cima. Antônio Carlos dirigia a política. Bernardo de Vasconcelos durara no poder somente nove horas para ser substituído pelo seu inimigo desde 1832. Mãe, naquele gabinete andradino, o Imperador matara peixe sua, do pelto, o conselheiro das Intimidades palacianas, o angilma de Nabuco, Aureliano Coutinho. Teófilo Ottoni denominou-o "princípio dissolvante". Seria o cupim destinado a devastar silenciosamente o prestígio e a força do maçonismo que se julgava vitorioso. Roeria aos poucos todo o miolo daquele moldura dourada. Antônio Carlos permaneceu no governo oito meses. E, depois desse prazo, a Maioridade deixou de ser e dos seus sonhos, apesar dos esforços que fez para se conservar no alto, não recuando diante de nenhuma medida tirânica: derrubadas cruéis de funcionários, perseguições tenazes da adversária, eleições realizadas e cacetes e não a votos, como se dizia. Cada liberal — observou admiravelmente um pensador — tem o estofado de um tirano...

A 9 de março de 1841, o ministério todo era despedido. A dissidência começou na questão do Rio Grande do Sul revoltado. O maçonismo-bucheiro iria recorrer às armas para tutelar o monarca. A atitude de Antônio Carlos tornara-se suspeita em relação ao Sul ainda em ebulção carbonária. São Paulo e Minas Gerais foram atreídos à revolução, em 1842, sob pretextos fúteis: cumprir a Constituição de-

formada por novas medidas, libertar o Imperador dos áulicos que o rodeavam. Alagações indefensáveis da parte de muitos que haviam rasgado a mesma Constituição, quando da Maioridade, no seu artigo 121, porque isso lhes convinha. A anérgica Representação da Assembléa Provincial de São Paulo intitulava os áulicos "mandões" e "ruffões". Bastava para isso não serem mais dos amigos dos Andradas e da Acácia. Em revide, até honras cortasãs se arrancaram aos Andradas, cassando-se os diplomas de veador e camarista de Antonio Carlos e Martim Francisco. Acontecia-lhes com D. Pedro II o que lhes acontecera com D. Pedro I. A repulsa depoula da elevação. Incontestavelmente, no lundo, dominaria Aurellano Coutinho até chegar em 1847 à presidência do Conselho de Ministros.

Bernardo de Vasconcelos, o ministro que durara nove horas e tivera o **condão** de **esombrear** à maçonaria, apressando o golpe da Maioridade, viveu até 1857, colaborando eficientemente, no Senado, na conservação e defesa do regime. Quando, por Intermédio de Aurellano Coutinho, o Imperador deu o tombo em Antônio Carlos, Bernardo de Vasconcelos apolou o novo gabinete constituído e 23 de março de 1841 com Araújo Viana na pasta do Império, Paulino de Souza na da Justiça, **Miguel Ceimon** na da Fazenda, Paranaguá na da Marinha, José Clemente na da Guerra e ainda Aurellano na da Estreleiros.

Esse pugilo de conservadores realizou de certo modo, apesar de suas ligações maçônicas, uma obra eficiente e realista, criando o Conselho de Estado, que foi como que uma cúpula do regime, reformando o Código do Processo Criminal e decretando outras medidas patrióticas. Durou até 20 de janeiro de 1843. Ergueu as primeiras muralhas da Paz Imperial sobre os alcerces da Maioridade. A cabeça pensante da nova ordem de coisas era, quase ocultamente, aquele ministro que durara nove horas. "Dele, da sua bagagem de político realista, vieram as grandes medidas conservadoras, sobretudo a lei de 3 de dezembro, que "durante quarenta anos manterá a solidaz do Império (34)."

Sua ministério durou nove horas. Sua obra durou maio centenário. As forças ocultas, negativas e destruidoras, são inimigas das obras da duração. Filhas da mentira, vivem do **efêmero**.\* Revolucionárias, no dizer do convencional, como o antigo Saturno, devoram os próprios filhos.

## Capítulo II

### O REI, O VICE-REI, O MÁGICO E OS PATRIARCAS INVISÍVEIS

O ministério liberal-maçônico da Maioridade procurou agüentá-la à custa de mil tranqüibérnias políticas, mas calu fragorosamente. De nada lhe valeu ter mudado quatorze presidentes de provincia, ter feito o Governo atuar como um verdadeiro diretório de partido e não como órgão político-administrativo superior, ter suspendido às dúzias os juizes de paz, ter admitido em massa os funcionários advereos e ter realizado eleições e cacete. "Quem se mete com crianças — disse Antônio Carlos ao irmão, em plena reunião ministerial, ao apresentar a demissão do gabinete, logo acolta — amenheca molhado..."

O menino recebera o poder da mão daquela gente, mas não seria com ela que iria dar solidez ao Império. Sua Majestade arranjou outra orquestra ministerial, o gabinete de 23 de março de 1841, composto da nata conservadora, gente capaz e com certa unidade de vistas: o marquês de Paranaguá, o futuro marquês de Abrantes, os futuros viscondes de Sapucaí e do Uruguai, o velho José Clemente, e ainda e sempre o futuro visconde de Sepetiba, como pessoa de casa. Havia entre eles maçons, porém menos ardorosos, menos comprometidos, mais livres do que os **Andradas e seus amigos**. José Clemente, com a idade, já não era o mesmo freqüentador assíduo das lojas. Taxavam-no até de absolutista. Miguel Calmon, católico praticante, com capela em casa, era um maçom tão cego e pouco disposto a certas coisas qua, sendo anos mais tarde chefe de maçonaria brasileira, foi necessário provocar nela a cisão de Saldanha Marinho, a fim do Granda Orienta poder agir no sentido que entendia. Os novcos ministros tinham prática da administração. iam realizar a obra de seu colaborador máximo, embora excluído do Governo pela inimizada passoa de Aureliano Coutinho ou pela ronhe do mancebo Imperial. Esse colaborador máximo era Bernardo de Vasconcelos, o ministro das nove horas. "O primeiro ato do Poder Moderador depois da

Majoridade foi uma extensão abusiva de suas atribuições, que enfraquecendo o ministério liberal precipitou a volta dos homens das leis fortes." Caueou grande irritação o malogro dessas esperanças liberaes (1).

A Paz Imperial iria solidificar-se nas medidas por que Bernardo de Vasconcelos se batera, sempre preconizara e o ministério conservador realizaria patrioticamente: as leis de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841. Ele era um dos "homens das leis fortes". A primeira restabelecia o Conselho de Estado suprimido pelo Ato Adicional; a segunda reformava o Código do Processo de 1832. Uma dava à Coroa o apoio das luzes de varões ilustres e asentava uma cúpula magnífica sobre o edificio Imperial. A vitalciedade dos conselheiros era um penhor de tradição, independência e continuidade proveitosa. A outra armava o Governo contra a anarquia, encorajando-o e pondo-lhe uma espada na mão. "Só o romantismo juridico negará que a lei de 3 de dezembro de 1841, dando ao Império uma armadura que o defendeu durante quase meio século contra os ataques de toda a espécie, foi sem contestação um expediente genial (2)." Por isso a griteria maçônica contra ela foi de ensurdecer...

Os **Andradas e seus amigos**, apeados do poder e **decepcionados** com a atitude do menino que os **moihara**, apelaram para a revolução. Os discursos de Antônio Carlos, depois Pinto Junior, arrancavam lágrimas aos auditórios. Contavam para isso com o governo provincial de São Paulo. Daí o ódio quando o mudaram. Se o maçom-buchelro não conseguisse o poder pelas armas, lá se ia de águas abaixo o longo trabalho de desagregação liberal do Brasil. E a reação armada contra o que os jornais liberais maçonzados chamavam o **regresso** viria de Piratininga, foco da Bucha, das montanhas mineiras, loco da maçonaria. A revolução de 1842 foi a primeira onda lançada pelas forças ocultas contra as muralhas do Segundo Reinado. Ligava-se, como se verá, à onda **carbonária** dos Farrapos que fervia no Sul. O que mais irritara os maçons destituídos do poder fôra a reforma do Código do Processo. Não se podiam resignar a admitir essa verdadeira Lei de Segurança do Império. O Código do Processo Criminal de 1832, que sucedera às velhas Ordenações do Reino, era o tipo acabado da lei liberal-maçônica que desarma o Estado em face dos elementos **perturbadores**. Judicatura de Paz eletiva com atribuições policiais e judiciárias. Justiça criminal resultante do sufrágio popular. Fragmentação da autoridade enfraquecida por depender do voto. O Governo sem sombra de controle ou força sobre essa justiça.

O estado da desordem permanente do período regencial se devia em boa parte a semelhante código.

A reforma de 3 de dezembro de 1841 reagia contra esse afrouxamento da **disciplina social** e vinha defender o princípio da autoridade. Desde 1839, Bernardo de Vasconcelos a propusera ao Senado. Promulgada, foi madona a gritaria liberal. As duas grandes províncias do centro-sul correram às armas, proclamando em suas manifestações que se insurgiam pela Constituição contra as leis que a violavam, e do Conselho de Estado e a da reforma do Código do Processo. Bucha a maçonaria sabia que com tais leis, sobretudo com a última, o regime se estabilizaria, como se estabilizou, por meio século. E, naturalmente, "o homem visado acima de todos pela revolução liberal de 1842 foi, pois, Bernardo de Vasconcelos e o que se pretendeu foi destruir e sua obra, reputada funesta, perniciosa, atentatória de todas as liberdades... (3)"

A Câmara dos Deputados eleita para 1842 resultava do cacete dos **Andrades e seus amigos**, não do voto livre, tão apregoado como a essência dos regimes liberais. Tinha de ser contrário ao ministério; mas faltava-lhe a força moral. Dissolveu-se, depois das sessões preparatórias, Recorreu-se a novas eleições que só deram Câmara para o ano de 1843. Essa gota de água fez transbordar o copo cheio.

A maçonaria começou a criar o clima revolucionário. "Uma oposição **sob o manto de partido político** (4), desesperada de impor pelo seu diminuto número suas pretensões ao poder sustentado pela maioria nacional, é que em ilegais comícios agita os ânimos e perturba a paz social (5)." Em primeiro lugar, a ameaça de revolução, a ver se o Imperador cede. A 5 de janeiro de 1842, verdadeira embaixada da Bucha paulista aprasanta-se na Corte: o misterioso Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, iluminado dos templos da Alemanha, amigo e protetor de Júlio Frank, o brigadeiro José Pinto Gavião Peixoto e o coronel Antônio de Souza Quairoz. Traziam **enérgica** representação da Assembleia Provincial de São Paulo, pedindo ao soberano a revogação das novas leis. O ministro Araújo Viana comunicou-lhe que o monarca a não racabaria, porque o documento da que era portadora ofendia a Constituição e aos supremos poderes do Estado. Com efeito, estes eram ali tratados da "maneira descomposta e criminosa". A Assembleia paulista, já devidamente enfartada de bucheiros, pois a **fábrica de judeus artificiais** funcionava pelo menos desde 1836, declarava a reforma do Código e o Conselho de Estado contrários à Constituição e a opressivos das liberdades públicas. Pedia sua suspensão temporária até que nova Câmara revogasse as leis da sua cria-

ção. Ueava de expressões deste jaez: "O infama Conelho da Eetado, composto de Vasconcelos, Honório a outros qua taie (6)." Ao Governo denominava: "Ministário cobarto de nódoas (7)." Este, como era natural, barrou o ceminho a semelhante embalxada. "Os três chafes liberais, desenganados de poder chagar à prasença do soberano e nem eaquar vendo recebida por eie a representação da qua eram portadores, retornaram imediatamenta a São Paulo, onde logo dapois eetalava a revolução (8)."

Deede a dissolução da Câmara que a conepiração se articulava nos bestidores da Bucha e da maçonaria. São Paulo tomaria a tasta do movimento. Minas Garaie eegui-lo-ia, Impulsionada pelo dinamo maçônico bos Ottoni. O Rio Grande do Sul, einde em ebulção, eerve pere que dali se não pudessem retirar os corpos do Exército. Havia probeblidades de adesão do Norte, eobretudo das províncias onde os maçone tinham melior influência; Bahla, Pernambuco, Caará. Já se desenha aí o triângulo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, armando e desarmando ligas contre o Poder Central, ao sabor de Interesees ocultos, que a federação republicana fortaleceu para levar o Bresil às revoluções de 1930 e 1932, com grave prejuízo da unidade nacional. A boataria fervilhava pela cidade. Não se cochichava outra coisa na rua do Ouvidor, centro de elegância, desocupação e comércio. Em casa de certos políticos em evidência, reuniam-se à noite **clubes secretos**. Falava-se de misteriosos conlulos de INVISÍVEIS, membros de uma nova sociedade secreta em que tão grande era o eegredo que eles se não conheclam entre si. Articulavam-se todos os clubes secretos do Rio, Minas e São Paulo. Os da Corta deviam tentar um rompimento, que eeria vitorioso por eetar a cidade desguarnacida. A maior parte do Exército combatia nos pampas. O que havia de soldados na capital do Império, inclusiva os próprios Permanentes (Corpo da Polícia), earia fatalmanta empregado contra os rebeldes paulistas a minelros. Tudo sa combinava am profundo sigillo, sagundo oplanava a polícia carloca: "Os conspiradoras, em um país onde há tantos melos da conspirar para assim dizer publicamente, não têm necessidada da confiar a parta criminosa de eeus projetos a papais qua dapois lhas poesam sarvir da documentoe. Os cúmplices são bastante Intareseados am guardar o eegredo, e acresce que os mais dales só sabem da parta qua lhes á encarregada, e muitas vazas só recebam instruções vagas, maemo sem saberem que servam a um plano concentrado de revolta (9)." A polícia daquele tempo compraandia, assim, admiravelmente a maneira insidiosa e terrível com que obravam as forças ocultas.



O quartel general dos INVISÍVEIS era São Paulo. Supremos diretores de Bucha, intitulavam-se PATRIARCAS INVISÍVEIS. Os Andredas eram **patriarcas** da Nação; a Invisibilidade provinha de Bucha, que ninguém suspeitava. No recesso desse "intimidade", como diz por **eufemismo**\* uma testemunha, se assentavam plenos e candidaturas políticas e mandava **discricionerismente** o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, um dos protetores de Júlio Frank, cujo pseudônimo nos altos círculos bucheiros era O REI. Seu imediato, o dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, lante da Faculdade de Direito, usava o título de VICE-REI (10).

O retrato que nos ficou do VICE-REI mostre uma fisionomia flagrante de cristão-novo. Foi, segundo os contemporâneos, homem de "tumultuosas competições políticas". Exerceu o mandato de deputado. Era orador fluente. Secretariou o governo provincial de São Paulo de agosto de 1840 a partir de 1842, tempo em que preparou a revolução. Um dos PATRIARCAS INVISÍVEIS de melhor prestígio. Quando o brigadeiro Tobias foi aclamado presidente em Sorocaba, assumiu a secretaria desse **governo interino**, como se chamava. Vencida a rebeldia, fugiu para Curitiba. Andou longo tempo pelo Sul, disfarçado em tropelro, enquanto corria o processo contra os revoltosos. Voto entregar-se à prisão na véspera do júri. Sua aparência fleugmática e indolente, encobria atividade tenaz. Seu escritório estava sempre atupido de clientes. Trabalhava gratuitamente para quem lhe não podia pagar. Era natural que gozesse de grande influência (11).

A adesão do Ceará era esperada porque ali os liberais estavam abafados desde o assassinio do major João Facundo de Castro Menezes, seu chefe de maior prestígio, atribuído ao presidente da província general José Joaquim Coelho. Seu parente, um dos grandes intrigantes da política liberal-maçônica local, o dr. José Lourenço de Castro e Silva, tinha ligações com a gante de São Paulo, onde escrevia no jornal "Tiblíricá". O maçonismo liberal fizera desse crime pessoal um crime político e bombardeara o Imperador de representações, desde a da Câmara Municipal e do senador Alencar às do citado dr. José Lourenço e da própria viúva do morto, que era, em verdade, um homem bom e digno de respeito. Contava-se com a Paraíba, porque ali o presidente Pedro Cheves trazia os inimigos políticos num archo sem par e usava contra os eleitores liberais da odiosa arma do recrutamento (12). Chamava-se pôr o covedo e melo às costas de alguém, por cause de medide de fazende necesária para uma ferda.

Essas províncias estavam em ligação com os INVISÍVEIS, cinco dos quais, na capital do Império, como um verdadeiro Conselho dos Divinos da bucha, tomaram a si a "direção suprema do movimento político". Sua influência penetrara também em Minas. Funcionaram durante longos meses, articulando a conjura. "Cada um desses associados ia formar um novo clube de cinco, e a estas, outros, da forma que milhares de associados se entendiam por meio de seus respectivos clubes e chetes parciais, como centros de que recebiam a instrução e ordens, sem que cada um dos revoltosos pudesse conhecer os nomes senão dos cinco membros do seu respectivo clube, o que tomava muito diminuto o comprometimento em caso de traição (13)." Ao que no tempo se chamavam clubs chamamos hoje célula. Os nomes mudaram. O processo é o mesmo.

A Paulicéia, graças à obra de Vergueiro e Júlio Frank, era um foco de INVISÍVEIS da toda a espécie e feitio. Havia entre eles até republicanos, já naquela época organizados e dirigidos em sociedades secretas, dos quais fora chefe prestigioso na mocidade Peullno José Soares de Souza, mais tarde conselheiro de Sua Majestade e visconde do Uruguai. O moto desses republicanos traduzia o mais puro maçonismo revolucionário. Fora o mesmo assoprado na Revolução Francesa aos pedriscos livres pelos iluminados de Welshaupt: MORTE AOS TIRANOS! (14)

Além destas e dos INVISÍVEIS, existia um clube de 170 Exaltados, que queriam e luta a todo o pano. Quando se espalhou a notícia de que marchavam sobre São Paulo torças Imperiais de Santa Catarina, eles assaltaram inopinadamente o quartel de 1ª linha e o palácio do governo. O brigadeiro Tobias teve de acalmá-los e de arranjar um armistício, seguindo para Itu por eles haverem inutilizado o movimento na capital, quando Sorocaba já se achava em plena revolução. Antes, por ocasião da posse de Miguel de Souza Malo e Alvim, que substituiria Tobias no governo a se portara com cavalhairismo sem par, por motivo de um alarme devido a um comço de incêndio, tinham saído para as ruas armados de carabinas novas compradas no Rio de Janeiro e enviadas para São Paulo pelo INVISÍVEL Antônio Manuel de Campos Melo (15).

Atuou também como PATRIARCA INVISÍVEL na revolução buchairo-maçônica de 1842 o protessor da Faculdade João da Silva Carrão, que se matriculara no curso jurídico com o nome um tanto suspeito de Carrem... Foi chefe político de desmarcada influência na província e chegou a senador do Império. Muito esperto, verdadeira raposa, asquívava-se a qualquer posição definida, manobrando com

todos os grupos. Emagado o movimento, pulou fora e somente se veio descobrir sua dubiedade graças a uma troca casual de endereços: mendeve dizer a um o que devia ser dito a outro... Era tal e sua habilidade maquiavélica que o espedideram O MÁGICO (16).

Outro PATRIARCA INVISÍVEL que se pôs de fora, quando viu as coisas pretas, foi o senador Verguelro. Isolou-se de Sorocaba, capital revolucionária, a ver em que davam as modes, enfiado na sua fazenda. Exilou-se, depois, com solenes protestos a qualquer culpa. Não sabia de nada. Não tóra ouvido nem cheirado. Sua inocência era transparente (17)...

O próprio padre Diogo Antônio Feijó, preso, pode-se dizer, em flagrante, tentou fugir à responsabilidade do levante gorado. Não espanta que os INVISÍVEIS tivessem o mesmo. Queriam salvar a pele para outras tentativas. Alegou que se encontrava em Campinas e que seguiu para Sorocaba depois de saber da ecclamação de Tobias. Deliberara, então, ajudá-lo. Mas diversas testemunhas asseguravam que, a pretexto de consultar um médico, o entilgo regente fôra antes àquela localidade concertar os planos revolucionários. Na verdade, estava muito doente, quase paraltico. Apesar desse testemunho, negou tivesse havido rebellão e que fosse um dos cabeças. Mais hábil ou menos comprometido, Verguelro, procsseado juntamente com o padre, foi reconhecido sem culpe no mesmo parecer do Senado que declarava líquida a prova contra Feijó (18).

A revolução de 1842 foi **constitucionalista** como a de 1932. Noventa anos depois, repetiram-se quase idênticamente as mesmas coisas. Refael Tobias denominava a tropa rebelde "força da Constituição" (19). Era o Exército Constitucionalista. Pela Constituição, em 1842, por uma Constituição, em 1932, a Bucha fez duas vezes os paulietes derramarem improficamente seu nobre sangue com quase um século de permissão. Para a criação do clima revolucionário, explorou-se o balrismo de população, como se explorou o regionalismo em 1932 e o separatismo, depois. Chamava-se ao governo provincial nomeado pelo Coros "administração trânica do procônsul" e dizia-se que o poder central queria reduzir São Paulo "ao mísero estado do Ceará e Paraíba" (20). Em 1932, se contaria o epólogo da locomotiva paulista puxando vinte vagões vazios, os restantes Estados. Quase se exigia também do impário um **paulista e civil** para governar a província. A 27 de maio, dez dias após a irrupção do movimento, Feijó escreveu no jornal sorocabeno "Paulista" que a província havia servido de divertimento ao ministério, que estava sendo governada **por estrangeiros** (mais um triz e seria **por estrangeiros...**), que isso mostrava

serem os peullistas julgados indignos dos cargos públicos. Para justificar a rebeldia parenta a opinião, acrescentava que o povo queria "três objatos idolatrados": a Constituição, o imparedor a o presidente da provincia, Refaal Tobias de Agular. Terminava afirmando que as forças revolucionárias marchavam sobre a capital, a fim de a libertarem do **jugo balano** a levar aos pés do trono avas quaixas e reivindicações.

Essa **jugo balano** de 1842 equvala ao repúdio de cabeças-chatas e nortistas pelos constitucionallistas da 1932. Por qua **jugo balano**? Porque o Governo Imperial demittire de presidência o brigadeiro Tobias, O REI DOS PATRIARCAS INVISÍVEIS, substituindo-o, primeiro, pelo presidente Alvim, de ânimo conciliador, depois, pelo balano Costa Carvelho, barão de Monta Alegre, que perseguiu os liberais. Contudo este se achava muito ligado a São Paulo, onde redigira o "Feroi Paulisteno" (21). Os documentos coevos mostram a provincia resentida com o desprezo do governo na "perilha des graças" da Corosção, quando se contemplaram os inimigos de Tobias e "até Vasconcelos recebera a dignitória do Cruzelro" (22). Vasconcelos continuava a ser a espinha de garenta dos **Andradas e seus amigos**, que teciam intrigas na sombra, por trás do brigadeiro de Feljó e dos outros PATRIARCAS INVISÍVEIS...

A revolução rebantou em Sorocaba no dia 17 de maio. Tobias foi aclamado presidente e Feljó intitulou-se vice-presidente (23). Já desde o dia 10 a situação era ali de franca reballão, pois nessa data a força policial se opusara am armas à posse das autoridades criadas pela lei de reforma do Código do Processo. Na capital, o presidente Costa Carvelho, instruido do fato, oficiara ao Governo no dia 13, pedindo a remessa de tropas para combeter os rebeldes. As providências oficiais não se fizeram esperar: a 19, o general barão de Caxias embarcava para Santos com uma leva de recrutas; e 23, chegava à Paulicéla, organizava-lhe a defesa e preparava a genta que devia marchar para o Interior (24).

Aproveitando a indecisão dos rebeldes, qua naturalmente esperavam a eclosão dos movlimentos articulados pelos INVISÍVEIS no Rio a am Minas, o Pacificador do Império, já instruido pela experiência de Balalada do valor da celaridade das operações contra-revolucionárias, galgare e serre do Cubetão antes que o adversário e guarnecesse, impedindo o caminho do mar, estabelecera sua linha de cobertura e ocupare a capital, encurralando o grosso dos rebeldes em Sorocaba e asperendo os outros grupos da Campinas e do Norte. Desde esse momento a revolução estava virtualmente perdida. Os revoltosos da-

viam ter marchado logo sobre São Paulo e ocupado a serra. Assim perderam em 1932, quando se detiveram a meio caminho do Rio de Janeiro, e deram tempo à ditadura de se defender. Toda revolução morre na defensiva.

O primeiro encontro entre imperiais e rebeldes se deu na estrada de Sorocaba, à margem do Jaguaré, no dia 28 de maio. Depois de rápido tiroteio, os últimos retiraram desanimados. Os de Campinas foram batidos em Venda Grande, a 7 de junho. A 20, Caxias entrava em Sorocaba e prendia o padre Feljó. "Na véspera, tinham-se dispersado os insurgentes, fugindo o seu chefe, Rafael Tobias de Aguiar, para o Rio Grande do Sul, onde foi aprisionado cinco meses depois, em Passo Fundo. Restabelecida a ordem nos distritos do Oeste e Norte de São Paulo, Caxias voltou para a capital. A rebelião mentinha ainda alguma força armada nos distritos de Leste, onde se deu, em Siveiras, no dia 12 de julho, o último combate dessa guerra civil (25)."

Volta que o mundo dá! O antigo comandante dos Permanentes da Corte, braço de legalidade, aprisionando o antigo ministro da Justiça da Regência! "Quem diria — escrevia o velho estadista — que em qualquer tempo o sr. Luiz Alves de Lima seria obrigado a combater o padre Feljó?" Quem diria que o padre Feljó, estelo da ordem, acabaria como revolucionário?

No Rio de Janeiro, os INVISÍVEIS não conseguiram fazer estalar movimento algum. Mas a maçonaria mineira correu em auxílio da Bucha paulista. O fôco dos Ottoni, que seria consultado sobre a pacificação do Rio Grande do Sul por um enviado especial, corria e viu na Segunda Parte desta História, tão forte era a sua influência, rebelou a província de Minas Gerais com o mesmo clima e os mesmos pretextos constitucionistas de São Paulo. O levante se fez com algum atraso, decerto devido a defeitos de articulação decorrentes na maior parte das distâncias e dificuldades de comunicação.

A 10 de junho, quando Caxias marchava sobre Sorocaba, começou a revolução em Barbacena com a aclamação do barão de Cocals para presidente da província. Era aquele Feliciano Pinto Coelho que levava os recados dos maiorletas a D. Pedro II por intermédio de seu parente e amigo, o marquês de Itanhaém. O presidente legal, Bernardo Jacinto da Veiga, logo reuniu voluntários e guardas nacionais, a fim de resistir aos rebeldes. Estes diziam em suas proclamações querer libertar o Imperador da coação em que o trazia o ministério conservador, o qual rebaixava o trono e atentava com as leis do Conselho de Estado e da reforma do Código contra a pureza da Constituição. Recuaram, porém, desde o início, diante dos imperiais. A 27 de junho

eram desalojados do Registro do Paraibuna; a 2 de julho eram repaliados am Caeté, a 30 do mesmo mês tinham pala proa o barão de Caxias, que viara de São Paulo comandar as tropas legais e antrara a 6 de agosto em Ouro Preto, obrigando-os, mau grado seu ataque a Queluz, a sa retirarem pare Sabará, avacuada pela Guarde Nacional da legalidade (26).

O exército dos libereis minalros numerava uns três mil a trezentos homens com uma peça da artilharia. Comandavam-no Antônio Nunaa Galvão, Francisco Joaquim da Alvarenga a Manuel Joaquim de Lemes. Seus inspiradores floaram ocultos, a bom racato. Tendo dalxado Sabará, ocupava a povoação de Santa Luzia do Rio des Velhas, cujas estradas da acesso estavam defendidas por trincheiras cavades sob a direção de um aventureiro militar germânico, o barão Wiener von Morgenstern, antrado subrepticlamante no país, como de encomenda, que Caxias aprisionaria all a, anos mais tarde, no Paraguaal, após Lomas Valentinas, a sarviço de Solano Lopez. Era um servidor Internacional das forças invisivaia como os há por toda a parta e em todos os tempos. É digno de nota qua, tendo Taófilo e Cristiano Ottoni escrito tentos opúsculos sobre oa acontecimentos políticos de que participaram, nelas não se encontra a menor rafaarência a Wiener von Morgenstern. Silêncio curioso! O cônego Marinho nele pouco fala, limitando-se a relatar qua dirigiua em Santa Luzia o tiro da ertilharia.

Caxias comandava pouco mais da dois mil homens, na quase totalidade guardas-nacionais, e trazia duas peças. Forçava as marchas para não dar tempo aos contrários de respirar. Dividiu sua gente em três colunas e atacou a povoação por três lados, no dia 20 de agosto de 1842. À frente da do osntro, com oitooosntoa soldados, avençou pala estreda de Sabará, precipitando o assalto com alguma imprudência. A de esquerda, meis fraca, quatrocentos a sessenta homens, invastiu pela da Ponte Grande, onde encontrou séria resistência e retirou. A da direita, com oitooosntas peças, sob o comando de Jesá Joaquim da Lima e Silva, conde de Tocantins, anquanto ele engajava e lundo o combate, penetrou no povoedo pela estrada da Lapa e dacidiu a sorte das armas. Os rebaldes dispersaram-se, completamente derrotados. Dez de seus chefes entregarem-se ao general vitorioso (27). Entre elas se achava Teófilo Ottoni.

Desta derrota veio aos liberais a antonomasia de **Luzias**, em contraposição à de **Squaremes**, dade aos conservadores, porque a vila deste noma, na provincia Fluminanse, era sau inexpugnável bualarte eleitoral. Em setembro, Caxias dave Minas como pacificada. Assim, rapldamente, findara a rebelião bucheira-maçônica contre as

lale qua estruturavam solidemente o Império. Aproximava-se a pacificação das coxilhas. A nova ordem ia antrar no seu período construtivo. Mas as forças ocultas ainda tentariam amargar-lhe o passo na revolução prelaire da 1848.

Ne Corte, a policia deltara as mãos a alguns dos que se suspeltave andassam tramando nes sombras, **Invisivelmente**. Deportare-os em comação da julho pera Lisboa, ne tregeta "Paraguassu". Eram Llimpo de Abreu, Sales Torres Homem, Frença Leite, José Francisco Gulmerêes, Soares de Mairêes a o cônego Lelte Bastoa. Os vardadelros **PATRIARCAS INVISÍVEIS**, como sempre, nada sofraram. Os Andrades, sopradas as laberadaa, tinham-se metido nas encolhes.

Três anos mais tarde, quando os libarale no poder quiseram desmonter a máquina elitoral doa conservadoras, sua "granda arnia fol a famigarade lei de 3 da dezembro da 1841, a mesma que os fizera pagar am armas em 1842 (28)." Todas as lutas partidárias liberais, tando por único ecopo o elitorallamo puro, se apresentam com essa Inalnceridada. Ateiam-nae por trás dos pertidoa que se odalam as forças ocultaa, ãe qual pouco importa o sangue que se dêrreme. Através da tela das sociedades secretas que menejam ardilosamente os políticos, se axerce a vontade do invisível jogador de xedrez para quem a vida dos cristãos vale tanto como uma gota de água. Os cadáveres dos Luzlae humildea com aues jaquetas vermelhas como as dos Farrapos (29) lá ficarem estendidos à margem do rio das Valhae, enquanto os verdadaloa autores intelectuala de Inglórie rebeldia continuavam suas manobras políticas a conquistevam novas poelções no malabarismo da vida parlamantar.

A manelra como aa criou o clima revolucionário de 1842 em Minas revele a ação nefaste das forças invisivale. Dasda 1833, quando houve uma rabaldia paseegetra, a provincia se anchera de sociedades secretas, atuendo na politica, ora de um lado, ora do outro. Quando os daputados dissolvidos em 1842, regrasaeram à eue terra natal, acharam os ânimos irritados cóntra o ministério pala atueção sutil dessas sociedades. "A revolução tornou-se para os sepíritos os mais refltidos a prudantes o único malo, bem que desesperado, da que podiem os oprimidos lançar mãos..." Todos gritavam: — Vemos à revolução! Quando chegou e noticia de irrupção do movimento em Sorocaba, fol impossível conter os ânimos e e revolte estourou em Barbacene por ser impossível estelar em Ouro Preto (30).

Pelo melo do camlinho, quando aentiam as coisas pretas, muitos dos maçons e até algune qua chalravem a cristãoa-novos, como Narciso Taveres Coimbra e seu Irmão, de noma tão diferente! Jacob

Domínias, apaser dos serviços prestados à revolução, se escafediam com asta ou aquale pretexto... (31)

O Dacrato nº 342 da 1844, assinado pelo Imperador e 14 de março, concedau anstia a todos os qua tomaram parte ne revolução da 1842, em São Paulo a Minas, VISÍVEIS a INVISÍVEIS. Então, Verguelro, qua andara pelo Preta, a Feijó, que estivere desterrado no Espírito Santo, voltaram a São Paulo; os deportados para o estrangeiro ragreseerem é Pétrle; Teófilo retornou à atlvidade política. Era um maçõn entigo e venerável, um Filleto, Pertencera no Primeiro Rainado à loja dos Amigos-Unidos, fundada em grande parte pelos padralros llvres portugueses ascapos à sanha dos cacateiros de D. Miguel. Dales nescere o femigerado Orianta do Passeio Público, preparador da quada da D. Pedro I. Desda muito jovem, pois, o político mineiro da ascendência Italiana vivia na Intimidade des organizações secretas. A outro alas não podarlam deosrto der e tarefa que lhe coube em 1842. É a guerra civil dos Farrapos não cesaarla sam o seu placet (32). Seu Irmão, Cristiano, não lhe ficava atrás em Ilustração a vanarabilidade maçõnica. Ela próprio aacrava com sua latra mlúda e regular: "Minha matrícula de revolucionário (?) tave lugar no fim da 1830, logo dapois da perda de Teófilo Ottoni para Minas: tomei o seu lugar na sociedade dos Amigos Unidos, clube político com forma maçõnica, que muito concorreu para o movimento da 7 de abril da 1831". Confesee mais que era o secretário da loja e qua distribu cartuchos no dia da Abdicação ao **povo liberal** (33). Outro eufemismo para designar equale **povo maçõnico** qua tão bem conhecemos...



### Capítulo III

## O RABO DO FOGUETE

O ministério liberal-maçônico que subira ao poder em 1840, levando no seu selo o **princípio dissolvente** que se chamava Aureliano Coutinho, calu quando procurava amparar os revolucionários farrupilhas. Apesar de, naquela data, não se poder mais esconder que os mesmos se batiam pela separação com a república, Antônio Carlos exprimi-se favoravelmente a seu respeito (1). Não só se exprimi, ainda, impediu sob o pretexto de não irritá-los, a fim de que se rendessem, que se incentivassem as hostilidades. Isso trouxe a dissidência ao gabinete, da qual resultou sua queda.

Governava e comandava no Rio Grande do Sul o general Francisco Joaze de Souza Soares de Andréa, depois barão de Caçapava, que vencera os revolucionários do Pará e de Santa Catarina. Conseguira vantagens apreciáveis na luta, sobretudo porque indultara o bravo caudilho Bento Manuel, que se recolhera à vida privada. Antônio Carlos, como desejando continuasse a guerra civil, principiara a sabotá-lo, chegando ao ponto de suprandar a remessa de contingentes militares para o Sul. Foi além. Escreveu **confidencialmente** a Bento Gonçalves. O ministro do Império correspondendo-se em segredo com o chefe de uma rebelião e presidente de uma república separatista!! Seria muito de admirar, se não se aoubesse que ambos eram, em alto grau, irmãos da Acácia, considerando, pois, muitas vezes, acima da Pátria e da Moral, a Fraternidade Maçônica. Esses entendimentos continuariam até abril de 1841, sob o governo provincial de Saturnino de Souza, irmão de Aureliano Coutinho (2).

Em consequência da tal correspondência, Antônio Carlos ordenou ao general Andréa suspendesse as operações militares contra os rebeldes, enviando-lhe **Instruções reservadas** para se antandar com eles. O chefe militar não gostou daquelas ordens governamentais, mas cumpriu-as disciplinadamente. Suas consequências só podiam ser o convencimento por parte de Bento Gonçalves da fraqueza ou me-

mo extenuamento do Governo Imperial, e e recuaa de entrar am entendimantoe com um intermediário da má vontade, exigindo conver-se direta com os eltos poderes da Monarquia. Sentindo-se, essim, fortalecido com o epolo ministerial, Bento Gonçalves declarou a André que se comunicerle com Antônio Carlos...

Eate mandou eo Rio Grende do Sul seu emigo a confrade das lojaa, um dos propugnadoras da Maloridade, Álvaro Machado, na qualidade de **agente secreto**. Tudo lseo á admirável e não aa explica sem aquele Fretemidade Maçonica e que noa referimos. Um ministro



Teófilo Benedito Ottoni

qua acredita **agentes secretos** junto eo chefe dume revolução contre o govorno que ele próprio repreaanta! As conferência de Bento Gonçalves e Álvaro Mechedo forem **secretas**. Depois deles, o general André foi demittido de saus cargo e nomeado presidente de província o **agente secreto** dos Andredes...

Como eate não fosse militar, de novo se dividiu e eutoridade, o que fôra uma des causes principais do prolongemento dequele luta astéril. E aassumiu o comando des armas o general

João Paulo doa Santos Barreto. Tudo isso arrafaceu o ânimo dos dafansores da legalidade, traidoa palos conciliábulo secretos dos sectários de Hiram. Os malhores chafas imperiais retirarem-se das-gostosos. O novo general, sob o pretexto da guernecer as fronteiras, concentrou aa forças do Império am São Louranço, abandonendo como de propósito pontos importantes, da modo que os Farrapos, reanimados, passaram logo à ofensiva, obrigando Álvaro Machado, apesar do seu maçonismo, e racomaçar as hostilidades.

"De Piretinim transferiram-se os rebeldes para Bagé, São Borja e Alegrata; ocupavam as margens do rio Jacuí a davastavam oa territó-

rios adjacentes, desassustados dos legalistas e ufanos com os fetos ocorridos e com as apreensões e inércia do comendante das armas. Conhecedores da topografia da província, de todos os seus desvios, esconderijos, posições estratégicas a rios vadeáveis, não se atreviam a combater em batalha regular e campo raso tropas disciplinadas e fornecidas de todas as armas. Dispersavam-se, porém, em grupos, capitaneados por caudilhos arrojados, e manobravam como os árabes dos desertos argelinos, ou os antigos mouros aspenhoie, por meio de algaras repentinas, assaltos inesperados, escaramuças e correrias (3)." Era a guerra de recursos levada à maior perfeição por gente brava, edastrada e endurecida por longos anos de luta constante.



Medalha comemorativa da República da Piratininga, muito usada pelos gaúchos como distintivo e adorno em cinturões, guaiacas e arreios. Note-se o amblema maçônico das duas mãos que apertam o punho do gladio em cuja ponta repousa o barrete frígio sobre os talos do aol. A comparar com o brasão nacional da República Argentina, à qual a maçonaria impôs o mesmo símbolo.

Darrubado o ministério da Majoridade, malogradas de vez as esperanças do maçonismo liberal axaltado no menino Imperador, que elevare ao trono por uma "aberração imprascindível", como diria Teófilo Ottoni, na vide constitucional do país, subiram ao poder as conservadoras, "homens das leis fortes". Logo, Alvares Machado e Santos Barreto foram retirados do Rio Grande do Sul. A influência de Aureliano Coutinho, pessoal, íntimo, áulca, impôs novo presidente à província rebelde: seu irmão Saturnino de Souza. Para o comando das armas, um general velho que se não podia contrapor ao mando presidencial, o conde do Rio Pardo. Esse arranjo de família causou o

mesmo mal que causara o maçonismo andradino: a divisão da autoridade em face do adversário impávido a lutar. O ministério acabou tendo de retirar a ambos e de concentrar novamente em mãos de um militar presidência civil a comando das armas. Escolheu-se o general José Maria da Silva Bittencourt.

Não era, porém, o chefe necessário, imprescindível. A revolução paulista-mineira de 1842 revelou este ao Governo Imperial. Tinha sido o braço militar de Feljó, quando ministro da Justiça da Regência. Vencera e pacificara os balaios do Maranhão. Entrara vitorioso em Sorocaba e Santa Luzia. Embainhava a espada invencível com o sorriso do perdão e do esquecimento nos lábios. Era a encarnação do bom senso. Chamava-se Luiz Alves de Lima, então barão de Caxias. A 28 de setembro de 1842, mal voltava da Minas pacificada, nomeavam-no presidente de província do Rio Grande do Sul e comandante das armas. Um mês depois, a 29 de outubro, embarcava para o teatro das operações. No dia 9 de novembro, tomava posse de seus cargos em Porto Alegre.

Tudo ia mudar.

Bestaram dois meses ao novo estrategista para preparar-se, reorganizando as tropas, fardando-as, armando-as, municionando-as, convocando os chefes afastados e desgostosos, arranjando cavalhadae, provendo os comandos, dando termo ao peculato e à dilapidação, aplacando todaa as dificuldades à sua retaguarda, a fim de poder investir contra os inimigos que seu magnânimo coração não esquece serem simplesmente irmãos tranviados. Inova até a tática da guerra pemeana, preparando a usando pela primeira vez no Brasil a quilã na América do Sul e **infanteria montada**, de maneira e ter tropa com mobilidade igual à da cavalaria ligera e com potencial de fogo superior nas guerrilhas (4).

No dia 11 de janeiro de 1843, o barão de Caxias atravessou o rio São Gonçalo em direção a São Lourenço, rompendo a ofensiva contra os republicanos (5). Ia um tanto receoso (6). Mas, desde essa data até o momento da entrega das armas, da pacificação definitiva, não se deteria mais, não deixaria mais os contrários tomarem fôlego, obrigando-os a consecutivas marchas e contramarchas, atirando-lhes em cima colunas volantes e, ao mesmo tempo, usando da política conciliatória fora do campo da batalha.

O tropical dos centauros continua a ressoar pelas coxilhas da fronteira. Gasta heróica! No meio das labaredas dessa resto de incêndio carbonário que devora a província, perpassam vultos de apopéia. Entre alas, Canabarro, o incansável vigilante, batendo-se pela Repú-

blica, e o "sigiloso e célere" Moringue, batendo-se pelo Império. O último, Francisco Pedro de Abreu, depois barão de Jacul, é o pesadelo dos Farrapos, e quem não dá tréguas.

Levra e inimizade entre os chefes farroupilhes, favorecendo o desenlace da tragédia. Desde 1841, o presidente de efêmera República de Piratininga, Bento Gonçalves, e o vice-presidente, Antônio Peulo ou Paulino de Fontoura, não se toleram (7). Sobre o presidente, diz o arguto Bento Manuel: "As arbitrariedades de Bento Gonçalves têm desengenhado que o tal sistema republicano parece em teoria governo de enjos, porém na prática nem mesmo para diabos serve (8)." Ao vice-presidente se faziam as mais duras acusações, até de soltar chefes legalistas aprisionados como Silva Tavares (9). O dissídio acabou com o assassinio e tiro de Paulino da Fontoura na sua casa de Alegrete. Suspeitou-se de Bento Gonçalves. O forçudo e valente Onofre Pires escreveu-lhe uma carta feroz, chamando-o de ladrão de dinheiro, de vida e de honra. Bateram-se em duelo à espada, em lugar ermo sem testemunhas. Parece que a agilidade do frezino Bento Gonçalves venceu a força bruta de Onofre Pires, que, gravemente ferido, faleceu antes que se lhe pudessem prestar socorros. A justiça republicana leontou de culpa o caudilho por ter levado sua honra de cidadão e de militar (10).

"O que golpeou no coração a República foi a discórdia (11)", escreve Alfredo Varela. Ela lavrou de alto a baixo. Entre o presidente e o vice-presidente. Entre os ministros. Entre os deputados à sua constituinte. À boca pequena, acusavam-se os próceres de peculato e roubo, que lhes permitia ter no Uruguai fazendas de rezes **mal hevidas**. Assumindo a pasta da Fazenda, Antônio Vicente da Fontoura, desavindo com seu antecessor Domingos José de Almeida, declarava só ter achado "maldade e desordem" (12). A Assembléia Constituinte reunida para dotar de arcabouço jurídico a nova República, dissolveu-se roída de intrigas, depois de tentar a instalação de uma junta provisória que substituisse o arbítrio de Bento Gonçalves. À intriga da que nascia dentro do campo rebelde espontaneamente se juntava e que vinha de fora, assoprada sobretudo por José Clemente, ministro de Guerra, técnico nessas coisas como velho maçon que era... (13)

A ejuade do estrengueiro felhara, apesar da Convenção de Auxílio Mútuo com Frutuoso Rivera, presidente do Uruguai, e da Convenção Secreta com o mesmo, meses depois (14). Rivera conseguira ludir o Governo Imperial e fecultara aos Farrapos acesso ao mar com a livre navegação do Uruguai (15). As inteligências dos **continentistas**, depois Farrapos, no Prete eram anteriores à revolução. A meçonaria

encarregara-se da tecê-las. Nos símbolos que permanecem em bandeiras e escudos, ela ainda hoje se mostra (16). Desde 1832, falava-se nas lojas e até fora delas na formação de um chamado QUADRILÁTERO, confederação composta do Rio Granda do Sul, do Uruguai, da Corrientes e de Entramios. Secretamente, o judaísmo internacional favorecia isso através de seus prepostos maçônicos. Punha-se em prática o mesmo processo da que resultou a fragmentação da América Central. A criação naquela zona nevrálgica do continente meridional de uma constelação de republiquetas mataria para sempre a grandeza da nação Argentina e a projeção Imperial do Brasil. Através daquela rede de novas Honduras e Nicarágua, a influência judaica se feria sentir de outro modo na América do Sul. Ainda hoje seu sonho é pôr o pé por meio de uma hipotática colonização na região do Guaira e do Iguçu.

Cansação de Simbu pensara, quando no poder, fazer a Independência de Entre Rios e Corrientes. Fomentara esse separatismo. Sem o Rio Grande, ele favorecia o Império, enfreqüecendo a Argentina e pondo entre ela e nós três Estados-tampões. Com o Rio Grande, somente poderia favorecer o Poder Oculto Internacional.

A idéia de 1832, voltou à tona em 1841. Para tratar de sua realização, reuniu-se em **Congresso Secreto** na cidade de Paisandu, ao qual compareceram os caudilhos argentinos Ferré, Paz e Lopez. Lá esteve Bento Gonçalves. Agenciou-o o enviado farroupilha Ulhôa Cintra (17). Não era o primeiro nem seria o último esforço dos republicanos em busca do apoio estrangeiro para a guerra civil. Em 1839, haviam propugnado fortemente no Prata, junto às legações européias, o reconhecimento da República de Piratini. Tinham ministério do Exterior e acreditavam plenipotenciário no Paraguai. Procuraram, depois, recorrer até a Rosas (18). O Congresso Secreto de Paisandu não produziu os resultados que seus autores esperavam; todavia, Bento Gonçalves obteve nele, de Rivera, duas peças de artilharia; fardamento e armas.

A mão oculta de Mauá-Carruthers já não daspejava fartamente nos pampas o dinheiro alimentador da guerra civil. É preciso nunca esquecer que o judaísmo não serve a ninguém, embora paraça; serve sempre a si próprio. Salvira-se dos Farrapos atizados pela carbonária, enquanto isso lhe conviao aos planos da anfraquecimento do Brasil e houve probabilidades de êxito. Abandonava-os no momento em que os via perdidos a subindo o calvário da desilusão e dos ravesses. A diversão da revolta paulista-minaira de 1842 alegrara-os com uma nova esperança (19). Passageira, porém, porque logo se desvaneceu.

Foi apagar-se de todo naquelas mesmas pampas onde erravam, brandindo armas, as cavalaria revolucionárias. Caxias, o vencedor de Sorocaba e Santa Luzia, aprisionou Rafael Tobias, evadido de São Paulo, quando pretendia juntar-se aos rebeldes sulinos (20). "Rafael Tobias, muito provavelmente, esperou alcançar as raias meridionais, para ter asilo numa das repúblicas do Prata, como fez Nicolau Varguelo, um dos co-autores do malogrado movimento insurrecional. O sobredito brigadeiro, em vez de se encaminhar a Cruz Alta, onde Portinho estava aquarteado, embrenhou-se no invlo distrito de Palmaira e estanciava pela Guarita; adiantando-se para a citada vila serrana, o dr. Gabriel Rodrigues dos Santos, "um enteado do mesmo Tobias, de nome Felício, e Daniel Gomes de Freitas", Portinho, com quem estes se encontraram, "convideou-os" a tomar parte nas lutas do Sul, e "anuiu a acompanhá-lo para o Exército Republicano" unicamente o terceiro. O dr. Gabriel "regressou para São Paulo, mentres uma escolta mandada acolá pelo barão de Caxias, prendeu aquele brigadeiro (21)." Comandava a escolta o capitão Benedito Martins Fraulo.

No mês de julho de 1843, quando o general Antônio Neto foi deposto do comando do Exército Republicano e substituído pelo bravo David Canabarro (22), este, como escreveu o historiador gaúcho João Pinto da Silva, pegava num RABO DE FOGUETE...

A Argentina da Rosas fornecia, contudo, alguma pólvora às escondidas para esse rabo de foguete. Por isso, o 24 de março de 1843, Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês do Paraná, então na pasta de Estrangeiros, assinou com D. Tomás Guido, hábil representante do governo rosista no Brasil, um tratado em que se postulavam medidas tendentes a dificultar o abastecimento e o acolhimento dos Farrapos perseguidos em território argentino. O Tigre de Palermo recusou-lhe sua ratificação, o que mais tarde sobremodo repercutiria nas relações entre o Império e a Confederação. Mas o auxílio estranho não impedia a derrota dos rebeldes. A 26 de maio, em Ponche Verde, Bento Manuel, novamente a favor do Império, infligiu sério revés às hostes republicanas sob o comando pessoal da Canabarro e Bento Gonçalves.

A 25 de outubro, com os caçadores da Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto e os seus lancairos gaúchos, o Moringua encontra em Cangussu Bento Gonçalves e Neto, ataca-os vigorosamente, mata-os, persegue-os a toma-lhes a cavalaria e um estandarte. A 6 de novembro, no mesmo campo de batalha, Neto, que se refizera do primeiro encontro, é da novo lamentavelmente batido. A 26 de dezembro, am

Santa Roça, nas cercanias de Botui, o tenente-coronel Demétrio Ribeiro surpreende, derrota e dispersa as forças do valente Onofre Pires (23).

"Incansável vigilância" era, na opinião do próprio Caxias, a de David Canabarro. Mas seus esforços resultavam improficuos a querer assegurar impávido o rabo do foguete que as forças ocultas tinham queimado durante tantos anos e agora lhe largavam na mão. Faça-se justiça ao destemor e abnegação do velho lidador riograndense. Contra essa "Incansável vigilância" a **incansável mobilidade** do Moringue, que consegue a surpresa de Porongos. Estava-se a 14 de novembro de 1844. Pela madrugada, quando cabeceavam de sono as sentinelas perdidas de Canabarro, Neto e Silveira, ao pé dos serros que separam o arroio das Torrinhas do Grande, a cavalaria legalista caiu de súbito sobre o acampamento farroupilha. Mal puderam se defender os centauros tomados de improviso, sem tempo sequer de enlhar as montarias. Bateram-se a pé, a arma branca, fugindo, depois, em todas as direções. Grande número de prisioneiros, sobretudo oficiais. Grande número de mortos e feridos. Cinco estandartes tomados. As cavalhadas, o arquivo, as munições, as bagagens e o único canhão da República em poder dos Imperiais. Narrando o feito ao ministro da Guerra, o barão de Caxias escrevia: "É sem dúvida a primeira vez que David Canabarro é surpreendido, o que até agora parecia impossível pela sua incansável vigilância (24)." Os Farrapos começavam a se deixar dominar pelo cansaço.

Dia aziago para os republicanos. Em Guapitangul, o coronel João Propício Mena Barreto, futuro barão de São Gabriel, acometeu o chefe farrapo Jacinto Guedes, perseguiu-o a lança até o Passo do Leão, no Quaraim, e obrigou-o a transpor a rala e a refugiar-se em território uruguaio. A 29 de dezembro, o derradeiro combate da guerra civil. Junto ao Quaró, afluente do Quaraim, Vasco Alves, depois barão de Sant'Ana do Livramento, destroçou o caudilho farroupilha Bernardino Pinto e o aprisionou. A pugna travou-se em terras orientais. A guerra fratricida, que começara na trama carbonária-maçônica fora da Pátria, como que era expulsa simbolicamente de suas fronteiras nesse último embate dos centauros.

Caxias viera para o Rio Grande do Sul enviado por um ministério conservador. Em fevereiro de 1843, de novo os liberais ascendiam ao poder, conservando-se nele até 1845, graças à dissolução da Câmara de 1844. Entre os ministros, alguns dos maçons extremados de todos os tempos, como Ernesto Ferreira França, na pasta de Estrangeiros, e Holanda Cavalcanti, na da Marinha. A orientação do novo governo



favoreceria com seu liberalismo, naturalmente, a política conciliatória do Pacificador do Império.

As dissensões lavravam cada vez mais fundas entre os Farrapos. Bento Gonçalves renunciara à presidência, sucedendo-lhe o octogonário José Gomes. Paesara a comandar uma das três divisões do Exército, na companhia de Canabarro e Neto, chefes das outras duas. Contastavam-se o generalato e a chefia militar do primeiro. Tanto que a com Bento Gonçalves que Caxias, desejoso de terminar o Improficuo derramamento de sangue, conferencia (25). Estabeleceram-se as bases da pacificação: reconhecimento das graduações e postos militares dos republicanos; pagamento das dívidas da República; anistia. Nam uma palavra sobre os princípios ideológicos apregoados como a essência da revolução... (26)

Graças à mediação de Caxias, já o Imperador concedera a 18 de dezembro de 1844, em decreto, anistia "a todos os comprometidos na **rebelião separatista** do Rio Grande do Sul que depusessem as armas (27)." O decreto Imperial trouxera uma esperança nova aos que ea sentiam cansados daquela luta estéril, aos que consideravam perdida de todo a causa republicana. A 28 de fevereiro de 1845, David Canabarro reuniu em Ponche Verde um conselho de oficiais farroupilhas e, depois de obtido seu assentimento, declarou aceitar as propostas da Coroa. Largava afinal o rabo do foguete que lhe ardia nas mãos. Três dias mais, a 1ª de março, o barão de Caxias proclamava definitivamente pacificado o Rio Grande do Sul.

Os peitos raspiraram desafogados. Intenao júbilo em todo o país. Deixara de correr o sangue brasileiro. O Rio Grande do Sul continuava unido ao Império. As insídias maçônicas disfarçadas em belas ideologias tinham sido vencidas pela braellidade dos filhos daquela terra haróica, tanto tempo transvlados do bom caminho. De nada lhes servira a divarsão tentada pelos INVISÍVEIS em Minas e São Paulo, em 1842. Agora, aos liberais no poder não convinha desencadear revoltas. Eram os conservadores que, oprimidos, as lançavam contra eles, como em Alagoas, depondo o presidente Souza Franco e obrigando-o a embarcar àa prassas no iate "Caçador", combatendo em Atalaia contra os soldados do general Seara e só depondo as armas perante o novo praadenta Lopes Gama, depois visconde de Maranguapa (26).

São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul haviam formado um triângulo revolucionário sob a égida da bucha, da maçonaria e da carbonária. A ligação era tão visceral que David Canabarro não largou o rabo do foguete sem a anuência do foco de pedrairos livre da antiga

Vila do Príncipe, o Serro, onde pontificava a figura invulger de Teófilo Ottoni. Essa ligação secreta é sobretudo interessante. Tão forte que foi necessária a palavra do chefe dos Ottoni ao enviado especial de Canabarro, que, antes, passara pela casa de Mauá, consultando e **MÃO OCULTA** que dava o dinheiro e cansara de o der, para que o general, embora autorizado pelo seu conselho de oficiais, aceitasse a paz generosamente oferecida pelo barão de Caxias em nome do Império. Da documentação que prova esse entendimento secreto se infere que, acima dos chefes militares que se batiam nas Coxilhas, havia chefes ocultos longe do teatro da guerra civil.

Por que mandar lá dos pampas conculcar e opinião dos monjes mineiras?

"Foi no ano de 1844 que teve fim a rebelião do Rio Grande do Sul, **pacificação devida em parte a Teófilo Ottoni**. Quando o sr. conde de Caxias propôs a Canabarro condições para a terminação da luta, quis que esse general ouvir o **parecer do democrata mineiro, e quem mandou como emissário o sr. tenente Martins** (hoje coronel), que fez e viajou, sob nome suposto, por Curitiba e São Paulo, e aqui foi por mim hospedado. Pode-se julgar dos conselhos de que foi portador este emissário pela seguinte carta do bravo general riograndense:

"Ilmo. sr. Teófilo Ottoni — Se há mais tempo não tenho respondido à estimada carta que V. S. se dignou dirigir-me em 24 de setembro do ano findo, tem sido esta falta devida à escassez de um **seguro meio** pelo qual fizesse chegar às mãos de V. S. a minha resposta. Agora, porém, contando com o favor de meu illustre amigo o sr. José Simeão de Oliveira, por cujo intermédio espero que V. S. não deixe de honrar-me com suas letras, vou pagar uma dívida em que estava pere com V. S. Tomando em consideração as sábias reflexões de V. S., fiquei convencido da impossibilidade de levar a efeito a desejada federação desta provincia, pela qual fervorosos pugnaram mais de nove anos os riograndenses livres, tanto mais assegurando V. S. que **só devíamos contar com os nossos irmãos de armas**, por isso que nenhuma coadjuvação nos proviria dos homens que em 1842 lutaram em São Paulo e Minas **a favor dos mesmos princípios**, e que finalmente os próprios chefes do partido progressista quando no poder fazem a mesma coisa que os regressistas. Apreciando, pois, e franqueado de V. S. e leal exposição que me fez do estado geral das coisas, me convenci a empreger os meus esforços e diminuta influência na terminação da guerra que por tanto tempo devastou as belas campinas deste continente, podendo assegurar a V. S. que a sua

carta foi o ferol que conduziu os continentistas ao desejado porto. Oxalá que essa relevante sarviço por V. S. prestado em favor do bem geral, e de liberdade, fosse um dia lembrado pelo governo com o mesmo apreço com que o recordam os riograndenses livres. Desnecessário seria relatar a V. S. as condições por que foi terminada essa importante questão, visto qua dalas está V. S. cientificado. Hoje me acho retirado à vida privada, e por isso somente com as influências de um particular; porém mesmo assim me ufanearei se tiver ocasião de exacutar es ordans de V. S., de que com o mele alto apraço e consideração me firmo, et<sup>o</sup>, v<sup>o</sup> e cr<sup>o</sup> David Canabarro. Fazenda de Alegria, 30 de maio da 1845."

Escreve isto e transcreve este carta Cristiano Benedito Ottoni, blogrefendo o Irmão (29). A carte de Canabarro é de maio de 1845, quando o Rio Grande do Sul já pacificado e o herói a descansar na sua estância des cansalras em agüantar o rabo do foguete. Ela mostre, porém, que Teófilo Ottoni lhe hevía escrito, dissuadindo-o de qualquer probabilidade de euxílio depols do malogro de revolução de 1842. Apesar disso, para definitivamente concertar e paz, o general não trepidou em consultá-lo por menezegiro especler e seguro, que viajou com es precauções de quem guarda um grave aegredo. Somente e fillação às lórças ocultas pode explicar este misterioso ponto de histórie da revolução larrouplhe: e participação do mineiro Teófilo Ottoni, sumido no lundo da montanhosa Minas Gerais, nos acontecimentos que es processavam ne vestido doe pempas lrontelríços.

A Iniciação maçônica não obumbrere em David Cenabarro o profundo emor pele Pátrie Brasileira. Comandendo os derredelros soldedce da República de Piretínlm, batando-se lealmente contra os Imparrels de Caxias, sentira a comprehendara o Interesse doe argentinós próximos nas nossas dissensões Intestinas, visendo o enfraquecimento e secessão do Império. O vulto sangrento de Rosas ergule-ee no estuário do Prata como a ameaça da reconstrução, sob nova ordam, do antigo Vice-Reinado aspanhol. O Peregual temeroso acolha-sa à sombra protatora da diplomacia Imparlar, enquanto Pimenta Buano aganclave na Europa o reconhecimento da sua Indapandência que Buenos Aires contestava. Na campanha uruguala, dominave o furor da Oribe, o Corta-Cabeças, saquaz da Rosas. Os caudilhos de Entra Rios e Corriantes amoutavam-se apavorados. Somente o Império poderia salvar o Prata de horrenda tirania, mas o Império unido e forte. Por isso, Rosas ofarecia tudo aos Farrapos que o dabilítavam pela demorada guerra civil.

No fundo do separatismo farrroupilha, havia amor despeltado pelo Brasil. Os Farrapos aceitaram algum auxílio de Rosas, mas o repelleram quando quis avançar mais, declarando que o sangue do primeiro argentino que atravessasse a raia lhes serviria para assinar a paz com o Império. Quando proclamou o acordo de paz com Caxias, David Canabarro disse aos seus companheiros de luta e Ideal estas mamoráveis palavras: "Um poder aстранho ameaça a Integridade do Império e tão astólida ousadia jamais delixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas Injúrdias, a nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil."

"A espada e o tato de Caxias tinham pacificado o Rio Grande do Sul. Depois de dez anos de gloriosa luta, os audazes republicanos da Piratim dapunham nobramente as armas. E a vizinhança platina, sempre anelosa pelo enfraquecimento do Brasil, emocionou-se. Seria possível? Os sonhos da desejada fragmentação do Império por terra? Desfeitos os ideais de criar para nosso lado uma espécie de Banda Oriental (30)?" A propósito escreve com a maior propriedade um dos nossos mais eminentes historiadores militares, militar ele mesmo: "Sonhos da anexação, separação do Rio Grande, fronteira para base de operações na República Oriental pela caudilhagem militar, sôfrega de assentar-se na curul presidencial; tudo, tudo acabado! A proclamação de David Canabarro que era, então, general chefe dos revolucionários, anunciando a paz, foi lida e comantada nas repúblicas vizinhas com avidez e paixão, e é claro que os chafas da revolução outrora tão elogiados, tão condeitados, foram postos pela rua da amargura. Não houve ineultos que não fossem atraídos sobre os ex-amigos, os ex-aliados, espalmando porque Canabarro aludia a um poder aстранho que ameaçava a integridade do Império (31)."

O espírito de brasilidade acabara vencendo as artimanhas do maçonismo judaico. Bastava já tanto sangue derramado dentro de nossas fronteiras, ansopando o chão gaúcho do qual brotavam messes de heróis. Depois do combate de Porongos, ao aproximar-se de Bagé o barão de Caxias, uma comissão de moradores, com o vigário à frente, procurou-o e convidou-o para um Te-Deum pela vitória. O grande general respondeu-lhe: "Precedeu a esse triunfo derramamento de sangue brasileiro. Não conto como troféus desgraças de concidadãos meus. Guerras dissidentes; mas sinto as suas desditas e choro pelas vítimas como um pai por seus filhos. Vá, revendo (terminou, dirigindo-se ao pároco), e, em lugar de Te-Deum, celebre missa de defuntos, que eu, com o meu estado-maior e a tropa que na

sua Igreja couber, Irei amanhã ouvi-la por alma dos nossos irmãos iludidos que pereceram no combate (32)."

Tal procedimento atraía simpatias e bênçãos de todos os que a luta civil exaurira num infundável decênio. "À voz de Caxias, os Farrapos acordaram do seu devanaio que custara muita lágrima e muito sangue. Sentiram a ameaça que pesava sobre o seu país e desambainharam da novo as espadas sob o comando do grande brasileiro, para datandarem o Brasil unido. Como antes, como depois, como sempre, o Rio Grande não mentiu ao seu papel, nobre e glorioso, reservado pelas fatalidades históricas e geográficas, de sentinela da fronteira meridional. E os subchetes de Caxias na arrancada contra Rosas foram os antigos ceudilhos tarroupilhas (33)."

Bento Gonçalves não chegaria a ver seus antigos companheiros ombro a ombro na mercha contra Rosas, sob o flutuer das bandeiras imperiais. A guerra contra o tirano começou ao tindar o ano de 1851. Fazia, então, seis que Canaberro descensava nas suas terras. Braço às armas feito, desambainhara a espada contra Rosas, como a desambainharia quatorza anos mais tarde contra as hordas invasoras de Solano Lopez. A mão que empunhara sem quelxumee e hesitações o rabo do foguete nunca estremeceu na defesa do Brasil. Bento Gonçalves não veria tudo isso. O veterano de Ituzaingó, de cujo prestígio e valor se eprovelitaram as torças ocultas, aseoprando-lhe as ideologias sedutores e talas das lojas, falaosu em Pedras Brancas, retirado da vida pública e ralado de desgostos, no dia 18 de julho de 1847. Vivo, sem dúvida, teria seguido a estrela de Caxias contra Rosas.

O Império que se fortalecia na paz interna criaria dois dias mais tarde o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, concentrando num homem a autoridade do governo já centralizado no poder pessoal do monarca, tanto quanto possível dentro do regime. Esse revigoremento do executivo permitiria domar o último surto do maçonismo revolucionário — a revolta Prateira de 1848, para poder projetar as armas vitoriosas além das fronteiras, libertar o Prata, exercer sua missão civilizadora contra a ceudilhagam feroz e vingar os agravos de 1827, passando sobre as baionetas dos caçadores de Marques da Souza as cores imperiais pelas ruas de Buenos Aires.

O Brasil inaugurava o sentido imperial do seu destino na América do Sul. As torças ocultas encolhiam as garras no praparo dos golpes sucessivos e necessários que o levariam à República para se tornar pasto do capitalismo internacional, que, em 1843, ante a pacificação de Minas-São Paulo a a do Rio Granda do Sul, pôs mais uma algema de ouro na nossa Pátria: o empréstimo contratado pelo comandante

José Marques Lisboa, nosso plenipotenciário em Londres, com o banqueiro judeu Isaac Lyon Goldsmid, gerentido com o penhor das alfândegas. Com seu produto liquidamos nossas contas com Portugal, que datavam de Independência e o regime de déficits em que vivíamos ainda não permitira soldar. "Reconhecíamos dever ainda do empréstimo português £ 488.393,15 shs. e 5 ds., além de £ 134.308 de juros, isto é, o total de £ 622.602. Tomamos, portanto, emprestado este capital real de £ 622.702 e juros de 5%, tipo 85 e prazo de 20 anos, com a obrigação de pagar o capital nominal de £ 732.800." Os resultados da operação financeira foram os seguintes, na nossa moeda, e o magnífico câmbio da época: recebemos uma cinco mil e quinhentos contos pelos quais pagamos quatorze mil e duzentos (34).

Nas páginas vibrantes de Alfredo Rodrigues, está retratado o heroísmo gaúcho durante esses dez anos de luta contra o Império. O escritor riograndense pintou com singular mestria os episódios da preloca fronteira, os entreveros dos cavalarias rivais com seu retinir de espada e de lanças. Nessas páginas se enumeram as vitórias e as derrotas: Passo dos Negros, Taquari, Couto, São José do Norte, Selval, Porongos, Fanfa, Poncho Verde. Nelas se revelam os apelidos e as façanhas dos centauros fardados de vermelho ou azul com seus curvos sabres luminosos e suas lanças de choupas falcantes: Bento Manuel, o das Ides e vindas; Bento Gonçalves, o chefe cavaleiresco; David Canabarro, o incansável guerrilheiro; os Irmãos Sarmiento Mena, heróis do Rio Pardo; Garibaldi e Anita; Inocência Ferrão e Antônio Joaquim de Souza; o capitão Manuel Lucas de Oliveira e João Manuel de Lima e Silve; Corte Real, Onofre Pires, Portinho; Vasco Alves, Joca Tavares e o velho Moringus, Francisco Pedro de Abru, barão de Jacuí, o homem das califórnicas... Nelas se vêem as palangana pempeanas ensombreadas de umbus e cortadas de sangue, as cargas de lanceiros, as guerrilhas atirando por trás das piteliras, o ataque de ranchos, galpões e estâncias, a figura lendária dos chefes, todo o penorama da revolução terroupilha, vivo, palpável (35).

Sob essa agitação guerreira, os segredos íntimos da história. Sob o galopar estrondante das cavalarias imperiais e republicanas na vastidão dos pampas ensolados e varridos de minuanos, o cauteloso caminhar das intrigas, o infame rastejar das maçônicas, e **mão oculta** do judaísmo torcendo o dinheiro para a matança trágica. É necessário não deixar que a atenção se prenda de todo nos vultos atraentes dos paladinos altaneiros, cingidos nas fardetas purpúreas, azuis ou verdes, manchadas de poeira e de pólvora, com os grandes sabres pendendo dos talins de couro branco e a berretina preta

Inclinada sobre a orelha. É necessário desviar um pouco os olhos do choque dos escalões de carga, do agitar das lenças apendeadas de galhardetes, do flutuar das bandeiras euri-verdes ou tricolores sobre os ponchos largados ao vento. É necessário tapar os ouvidos ao tropel rítmico das cargas, ao cavo rodar de erilharia pelas arrieiras enlemeadas, à gritaria bárbara da indiada carregando... É necessário deixar o esplendor do sol e perder-se na empoeirada papitada dos arquivos, no silencioso convívio das velhas memórias, esmaecendo os motivos secretos e as influências escondidas, fazendo aos episódios enlumina- dos e ensangüentados se sucederem as análises frias e as exege- ses cuidadosas, verificando os índices individuais e os determinismos mesológicos, palpando a ação solerte das forças ocultas e examinando os desvelamentos das ambições pessoais e da politicagem das facções. Somente assim se compreenderá como o sangue dos centauros gaúchos foi desperdiçado numa luta fratricida de quase dez anos, que serviu felizmente de escola de sacrifício e de grandeza para a gente riograndense (36).

As lições da história se deduzem muitas vezes em termos de comparação. Confrontemos um instante o que se passou em 1835-1845 com o que ocorreu em São Paulo em 1932. As forças secretas operantes do judaísmo, através de buche e da maçonaria, agem então sobretudo pela **mão oculta** de Meua e pelos carbonários, como já vimos. As forças aparentes de 1932 — clubes 3 de outubro e legiões 5 de julho — eram as sociedades Defensora, Militar, Continental, em outra encarnação. O espeznhamento, dir-se-lhe proposital, exagerado também no clamor da imprensa e do público paulista, idêntico ao do Rio Grande no começo da rebelião. Mesmo processo de criação do clima revolucionário. As explosões dos movimentos foram semelhantes. Depois da derrota, como no São Paulo de 1932, as mesmas coisas: o abrolhar do separatismo, o ódio ao norista que cooperou como soldado na repressão, em São Paulo — **cebeça chata**, no Rio Grande — **baieno**, fermento destinados a operar novas crises pelo tempo elém.

As forças ocultas, anti-nacionais, anti-cristãs, que, assim, tantas desmembrar as grandes nações, parece que o separatismo será uma poderosa alavanca da destruição. Enganam-se muitas vezes. Porque, no fundo, quase sempre, o separatismo se reduz a simples emulo de filho que sofreu injustiças de seus pais. Veja-se bem que, quando campeava a revolução farroupilha, seu governo mandava representantes e agentes ao estrangeiro e concertava tratados com os vizinhos, quando Rosas pensou em aproveitar o dissídio gaúcho para

separar o Rio Grande e enfraquecer o Brasil, David Canabarro mandou-lhe uma carta, que é o mais honroso documento de época: "Senhor. O primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratini com os imperiais, pois acima de nosso amor à República está o nosso brio de brasileiros. Quisemos ontem a separação de nossa pátria; hoje, almejamos a sua integridade. Vossos homens, se ousassem invadir nosso país, encontrariam ombro a ombro os republicanos de Piratini e os monarquistas do sr. D. Pedro II." Vimo-los ledo e ledo contra Rosas.

O sentimento de integridade da pátria que o judaísmo maçônico não lograra destruir, palpitava ainda vivo no subconsciente dos heróis sulinos.

Um século já passou sobre os homens e os fatos dessa época atormentada. Só a glória dos heroísmos e sacrifícios gaúchos resplandece hoje nos horizontes do Brasil. Essa lição de grandeza de alma, desinteresse e bravura é a herança maior que deixaram os Farrapos desaparecidos. Depois de ter apreciado os bastidores de sua história, tornemos a contemplar sua galopada épica. Olhemos-los feridos na massa ensanguentada e lamentemos que, assim, se tenha gasto tanta valentia. Lemos comovidamente as cartas e proclamações em que se alçam pela integridade da Grande Pátria. Lá dentro de alma profundamente a amavam. Se, no jogo da política e da guerra, obedeceram a sugestões, menejos e influências que somente hoje se vão descobrindo, tiveram culpas, provindas na maioria de sua ignorância, bem que as pagaram com seu sangue generoso nos campos de batalha. Não é juizá-los o que sobretudo nos importa, porém glorificar a honrosa lição de sacrifício que nos legaram. Ele criou os heróis epônimos do povo gaúcho, singelos como Parsifais, quixotescos como paladinos lendários, levados de um grande sonho... (37). "Não podemos culpar os homens de 1835... (38)"

Cabem aqui as palavras de Georges Betault: "Contanto que a aparência seja bela e racional, facilmente todos se desinteressam do que se passe nos bastidores. Mas, na verdade, a história faz pouco caso de lógica e da razão, porque ela é a própria Vida da Humanidade, não um edifício, porém um rio caprichoso, cheio de turbilhões e redemoinhos. A ação dos poderes ocultos, invisíveis ao primeiro olhar, existe e desempenha muitas vezes um papel preponderante (39)."

É esse papel que vamos pouco e pouco, conforme nos permite a documentação rara e esparsa, fazendo ressaltar nas fases e episódios principais de nossa história, dar em quem doer.



## Capítulo IV

### A GUERRA CIVIL DAS MATAS

A luta de partidos do liberalismo lançada no seio das sociedades cristãs pelas Ideologias maçônicas-Judaicas, precursora da luta da classe comunista, dominava o Brasil parlamentar do Segundo Reinado. No seu seio, fermentavam ainda as xenofobias de Independência, os resquícios dos ódios das facções que se bateram no período regencial, o sangue das guerras civis, as vinganças de famílias intrigadas pela política e os anseios das massas sertanejas abandonadas ao seu destino e tiranizadas pelos regentes, explodindo em fanatismos e comunismos.

Sob a rubrica geral de Conservador e Liberal parecia haver duas grandes partidos nacionais no Império. Não era, porém, verdade. Eles se haviam constituído de vários grupos com tendências as mais díspares, sobretudo o Liberal, com exaltados e moderados, se elvavam nas províncias de localidades, bairrismos e regionalismos característicos, se subdividiam e se guerreavam nas subdivisões com inaudita ferocidade, uniam-se em coligações passageiras para vencer esta ou aquela eleição e se separavam com ainda maior rapidez. A maçonaria tinha magnífico campo de ação no meio de toda essa confusão.

Em 1840, com a Maloridade, os liberais subiram ao poder ligados à facção áulica que se representava por Aureliano Coutinho. Em 1841, entregavam o poder aos conservadores ligados à mesma facção representada pelo mesmo ministro. Um Senado de maioria conservadora permitiu-lhes agüentar melhor a luta. Mas, em 1844, de novo os liberais iam para cima com o gabinete da Aimada Torres, vicianda da Macaé.

Uma das províncias onde mais entranhados estavam os ódios partidários era a da Pernambuco, tradicionalmente revolucionária desde a constituição das academias secretas do começo do século, com o foco maçônico da Goiana sempre a ardar sob as cinzas e então com o Iluminismo que Júlio Frank trouxera para São Paulo florescendo na

sua Academia de Direito sob o nome de "Tugandbund, segundo afirma Odilon Nestor nas "Pandectas Brasileras". O bom humor popular alcunhava por toda a parte liberais e conservadores com apelidos expressivos: Luzias a Saquaremas, Chimangos e Caranguaijos. Em Pernambuco eram Praieiros e Guabirus, tão extremados a odientos que fôra impossível criar entre eles terceiro grupo para servir de pára-choque (1). Os Guabirus diziam-se o partido da Ordem. A Praia era a revolução. Vinha-lhe o nome da rua da Praia, onde ficava a tipografia de seu jornal. De baixo, com a subida ao poder dos liberais, os conservadores se apoiavam unicamente no Senado e se aliavam aos saquaremas do Sul. De cima, os praieiros exigiam um presidente de província que pudessem manejar para aniquilar os adversários.

Marcelino de Brito não agradou. O conselheiro Tomás Xavier não serviu. Enfim, veio Antônio Pinto Chichorro da Gama, maçom de qualro costados, "genúino corifeu das mais exaltadas doutrinas do liberalismo (2)", "que se val tornar em Pernambuco durante muitos anos o ídolo dos liberais". Sua presença — diz Joaquim Nabuco — assinala o pleno domínio da Praia: Injustiças, abusos, tropelias, perseguições. Tudo visando o mal moral e desenfreado eleitoralismo. Demissões em massa. Caceteiros a pintarem o asfalto pelas ruas, quebrando lampiões a desoras, espancando os negociantes portugueses aos gritos de — **mata marinho!** espavorindo a população (3). Um horror! A reação conservadora naturalmente não o poupa. Os jornais guabirus cruzam fogos sobre ele, condenando-lhe os atos. Chamam-lhe o Proconsul da Praia como, mais tarde, os praieiros chamarão ao presidente contrário o Paxá de Pernambuco.

Em 1846, naufraga uma primeira tentativa de Conciliação dos Partidos em luta, a fim de poder o Império, minado pela política, trabalhar e progredir. É o sonho por que se bate, cheio de esperanças, Honório Hermeto Carneiro Leão. Há uma verdadeira contradição partidária por toda a parte. Grupos que se ligam ou se desligam ao sabor de interesses imediatos e momentâneos. Valhos conservadores unidos aos Luzias que haviam vencido, para derrotar os áulicos. Valhos liberais impenitentes de braço dado a concubinas, carangueljos, saquaremas ou guabirus. Viu-se de tudo.

Em 1847, a maioria liberal impõe com Alves Branco um ministério de combate. A Conciliação liquidara-se. Tentar-se-ia outra com melhor proveito, mais tarde. Ao pé de Alves Branco, assoprando-lha conselhos o misterioso Varguairó, bucheiro e iluminado, que voltara a influir na política depois de ter errado pelo Prata e pelo Espírito Santo em consequência da malograda revolução de 1842. Continuava, po-

rém, "animado do mesmo espirito". O ministério Alves Branco era, "para a Praia um triunfo incontestável". Na Corte, ela aceitava "todas as combinações", contando que conservasse intacto o feudo, o governo de Pernambuco (4). Não podia abrir mão do proconsulado!

Os conservadores responderam-lhe com a anulação das eleições senatoriais pernambucanas, baseados nos inqualificáveis abusos de Chichorro da Gama que presidia o pleito em que era candidato, em companhia de Ernesto Ferreira França, notoriamente criatura das lojas. Nos corredores do velho casarão do conde dos Arcos, ciclava-se que o Imperador protegia a ambos e os jornais praieros consideraram a anulação verdadeira revolta dos "façanhudos guabirus" contra a Coroa (5). Chichorro da Gama permaneceu no governo e presidiu novas eleições em que continuava como candidato. O ministério liberal apregoava a sua força e punha em ação todos os meios para obter a vitória (6).

"A política (praiera) — comenta Joaquim Nabuco — complica-se com um fermento socialista. Os praieros reclamavam a nacionalização do comércio e retalho". Antes, o mesmo historiador já havia dito: "Um dos principais ataques da Praia era contra o **feudalismo** dos senhores de engenho. Forte na capital, ela sentia dificuldade de avançar no interior, fechado pela grande propriedade, à cuje sombra viviam as pequenas povoações, semeadas em suas carcanias; daí a guerra que ele movia à grande propriedade, superior à justiça pública. Nesse ponto, a invasão praiera era uma imposição necessária; depois, viria, ou não, e reconstrução democrática, o essencial era desde logo a conquista do interior pela lei. Tanto ne "Justa apreciação" como na tribuna da Câmara, em 1843 e em 1853, Nabuco (7) de algum modo o reconhece. Ele não contesta o benefício dessa campanha, lastime somente que os atos não correspondam às palavras e que de uma obra social de vasto alcance se faça uma estreita perseguição partidária (8)." Era naturalíssimo que os senhores de engenho se acautelassem e defendessem. Seus grupos de acostados armados e de **papa-méias** ou escravos fugidos eram pretextos para os malores arrochos da parte das autoridades praieras. Diziam estas que os outros dispunham de engenhos fortificados, alguns até com artilharia (9)

Aproveitando o ansio de libertação econômica e social das massas trabalhadoras do açúcar, os praieros procuravam fazer desta arma política contra os latifundiários que, naturalmente, sustentavam o partido conservador. Contribuíam, assim, para o início de uma verdadeira luta de classes: os pequenos plantadores de cana e os

moradores dos engenhos contra a velha e tradicional nobreza da **brava gente** pernambucana, que vinha dos **pés-rapados** de Olinda eixados contra os judeus-mascates e dos heróis da guerra holandesa; o campo, a choupene e mesmo a eenzaia contra a caea-grande... A Praia, que era o litoral, recabendo o influxo das idéias mascateadas mundo afora pelo judaísmo maçônico, ergula-se contra o que ela denominava **as influências do interior, acasteladas nas suas propriedades e inaceessíveis à autoridade pública** (10). Havia, pois, certa razão em Maciel Monteiro, quando, em discurso na Câmara, acusou textualmente os praleiros de quererem o COMUNISMO, cujo Manifesto eurgira um ano antes de se revoltarem (11).

Em notável oração da época, o ministro Paula Souza referiu-se às conquistas liberais do mundo que aeeanhavam todos os povos. Menobrada pelo judaísmo, de quem é e criada de servir, e meçonaria essoprava os fogachos do Incêndio revolucionário que lavraria noe dois hamletérios em 1848. Revolução liberal na Prússia. Revolução húngara de Kossuth. Revolução liberal em Viena contra o joven Francisco José, vencida pelas tropas croetas do ban Jellachich. Perturbações da ordem e eglitações por toda e parte. Revolução francesa de julho, depondo o rei burguês-liberal Luiz Filipe e proclamando a República dos eonhos de Lamertine, destinada a morrer no berço eob os tacões militares do Segundo Império Napoleônico. Tudo isso se euecda depois da publicação, em 1847, do Manifesto Comunista do judeu Mardoqueu, vulgo Karl Marx... A coincidência não é desprezível.

Havia Intelligências eecretas movendo a gente de Praia no Recife (12). Os clubes políticos que tinham sido a peste de Regência como biombos das lojas, reaperecidos em 1842, tornavam a se conetuir. Formava-se com elementos maçone e da Tugendbund a famosa Sociedade Imperial Pernambucana, que logo estende euae ramificaçãoe tentacufaras pelo interior, declarando-se resovida e resistir pelas armas a quaisquer demissões de empregados públicos, de policiaie ou de oficiais da Guarda Nacional (13). Era presidida pelo general José Inácio de Abreu Lima, **redator ostensivo** do jornal da Praia, o "Diário Novo". Reunia-se eecretamente, de preferência à noite. Excitava todae as reeistências. Fazia terrível campanha de boatos, espalhando e confusão nos espíritos. Asscalhava a existência de um "plano tenebroso contra a Independência do Brasil" Iraçado pelo Imperador mancomunado com os portugueses, rançosa acusação leita a D. Pedro I pela maçonaria em 1824. Absoluta falta de Imaginação! Os agentes da trega sociedade penetravam em todos os meios, empeçonhando-os com essas e outras balelas, cuja inspiração maçõ-

nice é evidente. Basta a simples leitura das Proclamações ou, como se diria hoje, boletins da tal associação para aa ver que repete fórmulas em voga três lustros e mais: "O Partido Absoluto Miguelista que se acha no poder unido aos portugueseas..." e quejandas tolices em que poreja o ódio da maçonaria à reação de D. Miguel, de outro lado do Atlântico (14). Que tinha Pernambuco com isso?...

O general Abreu Lima, presidente da Sociedade Imperial, era um dos maiores confesores do maçonismo no continente. Filho do famoso padre Roma, fusillado como rebelde, expatriara-se e servira às ordens de Bolívar nos exércitos da Gran Colombia. Estava íntima e diretamente ligado ao foco maçônico-mirandista do continente, do qual grande influência se irradiava pelos países vizinhos. Seu irmão, João Inácio Roma, também membro influente da mesma sociedade, reunia gente de maua bofes nas matas do Catucá a duas léguas do Recife, para o que desse e viesse. Verdadeiro profissional da desordem. Depois de tomar parte na revolução de 1824, refugiara-se nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, tantou, em 1828, quando do motim dos mercenários alemães e irlandeses na Corte, articulado pela Argentina, levantar o corpo de caçadores mercenários de guarnição na capital pernambucana. Do seu plano conatava o incêndio e o saque da cidade. Falhou. Condenado a degredo no Rio Negro, homislou-se nas tais matas do Catucá, onde, a exemplo de certos próceres da cebanagem paraense, fabricava moeda falsa de cobre. Participara dos movimentos aedulosos de 1831, 1832, 1833 e 1834. Servira como oficial na luta contra os cebanos em 1835 e reformara-se no posto posto de capitão. Homem cruel, covarde, temido e sem remorsos (15).

A Sociedade Imperial arregimentava em segredo elementos revolucionários dinâmicos com o nome sugestivo de CORPO DE INVISÍVEIS (16), êmulos daqueles PATRIARCAS INVISÍVEIS da rebelião bucheiro-maçônica de 1842... Como essas coisas se parecem! Será obra do acaso?...

Desde 1846, a policia pralsira invadia tumultuarmente os engenhos dos contrários sob o pretexto de procurar criminosos fugidos, oparando-se daí, gradualmente, a modificação no caráter feudal da grande propriedade açucareira (17).

Em 1848, veio para o Parlamento uma deputação praleira "animada da confiança que dá a unanimidade". Compunham-na Joaquim Nunes Machado, Antônio Pinto Chichorro da Gama, Antônio Afonso Ferreira, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, Urbano Sabino Pessoa de Melo, José Francisco de Arruda Câmara, Manuel Mendes da Cunha Azersdo, Joaquim Teixeira Pessoa de Abreu Lima, Antônio da

Costa Rego Montalvo, Filipa Lopes Neto, Manuel Inácio de Carvalho Mendonça e o padre Joaquim Francisco de Faria (18). A fina flor do movimento rebalda que ia abroihar. O estado-maior da revolução em perspectiva. Chefe revolucionários e autoridades da revolução. Os cronistas dos acontecimentos e os advogados da defesa. Nomes tradicionais na vida das sociedades secretas pernambucanas desde fins do século XVIII.

No poder, o terceiro gabinete do Segundo Reinado: Maceú, São Vicente, Abaeté, Manuel Felizardo; mas sua duração não iria além de dois meses e vinte e três dias (19). A legislação de 1848 não chegaria a funcionar. Adida por decreto de 5 de outubro dessa ano para 23 de abril de 1849, seria dissolvida por decreto de 19 de fevereiro... (20) Chichorro da Gama era demitido da presidência, com complacência, e, no novo gabinete, embora ainda liberal, o de Paula Souza, não entrava um único ministro partidário ou amigo da Praia. "Pesava um interdito sobre ela. Em Pernambuco mesmo a situação tinha piorado (21)." O sucessor de Chichorro, o padre paulista-conselheiro Vicente Pires da Mota, homem enérgico, rabugento e de língua solta, arrasou em relatório famoso e administração anterior (22). Os liberais dividiram-se, enfraquecendo-se. Ape poucos, o bloco conservador do Senado já impondo o que queria. Quando Paula Souza, no ocaso, passou o bastão a Souza Franco, o novo presidente de Pernambuco foi recebido pelos praiheiros "como um adversário".

"Com a queda da situação liberal — escreve cabalmente Joaquim Nabuco — Pernambuco estava fadado a ser o campo de uma revolução sanguinolenta." Do mesmo modo que os liberais, dispensados do poder em 1841, se rebelaram em 1842, em São Paulo e Minas, os praiheiros se revoltaram em 1848, sobretudo por verem no poder, desde 29 de setembro, "o chefe mais graduado dos gaúchos", Pedro de Araújo Lima, então visconde de Olinda. "Ao ressentimento que os praiheiros experimentaram vendo à testa da administração o homem que com o seu prestígio pessoal, durante os cinco anos da situação liberal, os estorvou e às vezes paralisou no governo a que impediu os seus chefes de entrarem para o ministério e de se acastelarem no Senado, juntava-se para movê-los à ação a confiança do partido liberal no Império de que Pernambuco não toleraria o domínio saquarema e que desta vez o país assistiria a um movimento como fora o do Rio Grande e não ao espetáculo da Venda Grande ou da Santa Luzia. Sob tal influência não havia para a Praia freio que a pudesse conter; a revolução era inevitável (23)." Damais, o CORPO DE INVISÍVEIS estava a postos, ajudando a desencadeá-la.

Todavia, os homens de verdadeira responsabilidade do partido da Praia não a queriam, não a desejavam e procuravam evitá-la. Ela estava fora das vistas e esperanças de Nunes Machado, assegura Urbano Sabino, cronista e parte do movimento. Ela não tinha nenhum pretexto que satisfizesse à opinião, depõe gravemente Joaquim Nabuco. Ela foi "um erro depois unanimemente lastimado", acrescenta. Borges da Fonseca, um dos chefes, julgou-a prematura. Todos os outros, desarvorados, atiraram a responsabilidade como uma peteca de mão em mão, acusando-se mutuamente de traição e de covardia (24).

Infeliz revolução! Ondulação começada em Paris, como disse Nabuco, não podendo acrescentar por falta de conhecimento das forças secretas, o que acrescentamos: transmitida por essas forças, hábeis imitadores em toda a parte das idéias judaicas rotuladas de francesas...

Que motivos a ditaram?

Vejamos a confissão dos chefes. A 31 de dezembro de 1848, Nunes Machado, Peixoto de Brito, Villela Tavares e Antônio Afonso Ferreira deixaram o Recife para se unirem às forças rebeldes que já vinham do Interior para a capital, onde ficavam agindo Lopes Neto, Rego Montelero e o padre Farla. Arruda Câmara ia agitar o norte da província. Ao se separarem, assinaram uma proclamação em que reclamavam a convocação de uma Constituinte, a temporariedade do Senado, nova divisão territorial do Império, nomeação dos presidentes de província e de prefeitos departamentais pelas assembleias provinciais em listas sujeitas ao **placet** imperial, mandatos eleitorais e magistraturas somente destinadas a brasileiros natos, nomeações de funcionários pelos prefeitos, centralização financeira do país. Não achando suficiente o programa, ampliaram-no mais tarde, exigindo a extinção do Poder Moderador e do de Graça, sufrágio universal, federalismo, independência dos três poderes, reforma judiciária, novo sistema de recrutamento militar, extinção da lei do juro convencional e nacionalização do comércio a retalho (25). Sente-se em tudo isso o sopro das lojas, o cheiro da Acácia: acabariam querendo a República...

Não há uma alegação de peso contra o Império. Os líderes não desejavam a rebeldia. Ela como que foi assoprada da sombra, dos INVISÍVEIS, de tal modo que os comprometeu ao ponto de não terem outra saída senão pegar em armas.

Urbano Sabino, defendendo seus amigos e companheiros, afirma que a prepotência do governo provocou-a, tendo o seu partido

recorrido às armas por sar assa, am verdade, o último recurso que lhe restava contra a compressão do poder a qua os bandos armados surgidos de repente pelas comarcas do interior nada mais eram do que elementos locais da defesa contra a prepotência das autoridades guabirus (26). Figueira de Melo, o chefe de polícia que combateu os praleiros, declara que eles esperavam se generalizasse o movimento por todo o Norte e se agitasse o Sul (27). Melo Rego assagura qua os chefes de rebelião estavam de inteligência com amigos na Corta (28). As intrigas maçônicas enleavam todos em sua teia sutil.

A acusação de compressão governamental está sujaita a dúvidas sérias. Os homens que o poder central mandara nos últimos tempos, quando a agitação dos espíritos prenunciava a revolta, governar a província, não eram tipos de tiranos. Herculano Pena distingulasse, aliás, pela moderação, o que fez com que as coisas chegassem ao ponto a que chegaram. Vieira Tosta, o presidente qua acabou dominando a revolta, se tinha uma mão política de ferro, possuía uma consciência "delicada e escrupulosa" de magistrado, não praticando nenhum abuso de autoridade (29).

O certo é que, quando estiveram no governo, os praleiros conseguiram, visando o futuro, distribuir pelo Interior cinco mil espingardas e 350 mil cartuchos. Preparevam e revolução (30). A Prala acreditava que as delongas e a moderação significavam fraqueza governamental. Acendeu, pois, o estopim da bomba destinada a rebentar nas mãos fracas de Herculano Pena. Vieira Tosta, o Paxá da Pernambuco, como lhe chamariam os praleiros, concertaria os estragos da explosão.

Esta foi a 7 de novembro de 1848. Cheflou o movimento o desembargador Nunes Machado, homem de alto valor mental e moral, muito popular na sua terra. Tinha o defeito de se julgar genial. Conformara-se à vontade da seus amigos, vítima da Intriga maçônica. Viu-o claramanta o aspirito da Joaquim Nabuco: "Ao pisar o solo pernambucano o chafa qua la tudo aplacar sentiu-se vancido pelas circunstâncias locais, enleado pelas intrigas do partido. Hsvia já corrido sangue, os praleiros estavam em armas, a atitude conciliatória atribuída a Nunes Machado foi considerada pelos combatantes como uma tentativa de desarção, e espalhou-se logo o boato de que ele se tinha passado. Essa suspeita bastou para lançá-lo com dupla violência no caminho da revolução. Pode-se ler no aviso publicado por ele, logo depois da sua chegada, a história do que se passou em seu aspirito, a sua resolução de evitar a luta, dominada pela sua incapacidade da afronter uma suspeita desonrosa (31)." Ele vinha, com os



outros deputados pernambucanos, da Corts, chamado pela gravidade da situação, torturado pelo pressentimento de ser vítima dos acontecimentos (32).

Iniciava-se, assim, a revolta que, se durasse, penderia para a República, como opina Nabuco, proclamaria uma República separatista do gênero da da Piratinim. Lançou-a nesse rumo a adesão de Antônio Borges da Fonseca, cognominado o Republico, que e própria Prais outrora castigara por ter insultado Sua Majestade o Imperador. O movimento acabaria, em verdade, arvorando a verdadeira bandeira que desejavam os concillábuloa dos INVISÍVEIS...

Aquí e ali, o interior já se alçara com as armas que recebera. A 14 de novembro, já os rebeldes de José Joaquim de Almeida Gusdes davam combate aos guardas-nacionais, policiais e soldados de linha do coronel Amorim Bezerra, em Mussupinho. Depois de três horas de fogo, os legais ficaram senhores do terreno e os praieiros recuaram batidos, perdendo 43 homens (33). Não era ilsonjeiro o anúncio para a nascente rebeldia. Seus bandos intestam o certão. Pipocam eublevações de todos os lados. Abusos. Barbaridades. Os legalistas por onde passam pagam na mesma moeda.

Em fevereiro, os praieiros resolvem apoderar-se do Recife. Investem-no no dia 2, com doze mil homens, pela Boa Vista e pelos Atogodos. Penetram na cidade. O tiroteio crepita horas e horas nas ruas Nova e do Creepo, nos largos da Ribeira e do Carmo. O combate dura de 5 da manhã à 9 da noite. Os Insurgentes esperavam apanher o governo de surpresa, mas o encontraram prevenido e euspeltarem uma traição ao seu plano. Ao invés de correr a refugiar-se medrosamente a bordo de um navio, como pensavam, Vieira Tosta resistiu com as forças da guarnição auxiliadas pela maruja do vapor de guerra "D. Afonso" surto no porto. Quando dirigia o ataque ao quartel da Solidade, Nunes Machado caiu morto com uma bala na cabeça, o que privou os assailantes da sua cheta e lhes apressou a derrota. Foram rapellidos com grandes perdas, deixando inúmeros prisioneiros nas mãos dos legalistas, os quais foram depois deportados para a Ilha de Fernando da Noronha. As cabeças dos líderes tuçlivos foram, em edital, postas a prêmio por três contos de réis cada uma (34). O malogro dessa ataque ao Recife foi um golpe mortal na revolução (35).

A morte de Nunes Machado deu lugar a qua os praieiros acuaasam aos contrários da o havaram assassinado. Urbano Sabino ameaça revelar um dia os nomes dos mandantes a a soma por que foi ajustado o crime. Acrescenta qua o cadáver, transportado numa rede,

fôra insultado peloa guabirus aos barros de — **morram os cabanos** (36)! Figueira de Malo explica ter sido impossivel preparar uma emboscada contra o chefe praielro em plena refrega, qua o transporta do corpo ae fizera em rede, meo usual de carregar defunto no Norte, por não haver outro no momento, a qua não houve o menor insulto ao corpo, mas simplee **vistorie** ou, como aa diz atualmente, varificação de identidade. A opinião do general Malo Rago é que morreu em combate (37).

Os rebeldes, após a morte de Nunas Machado, passaram a conalderar eselm como a ume espácia de general chefe a Falxoto de Brito, graduado Irmão da Acácia, que consegulu aacapullir, quando viu a causa perdida, pera o astrangelro. Voltou mais tarde ao Brasil, à sombra da anistia, reatou as antigas relações politicas e logrou com os apertos de mão simbólicos ser nomeado cônsul do Brael em Barcelona. Viveu feliz, falecendo com setenta anos de idade em 1878 (38). Os pobres praielros da plebe que deram eua vida pelas Idéias pregadas pelos **INVISÍVEIS** dormiam esquecidos no fundo da ensangüentada terra pernambucena. Felizmente os que crêem eabem que ne presença de Deus não exlatem heróis anônimos.

A Prale continuou a luter, mau grado o revés do Recife, Incendlando o Interior. O general José Joaquim Coelho, depote barão da Vitória, aseumiu o comando dos Imperiale. No norte de Provincia, focos sediciosos e borbuhavam nas matas de Paratiba e Monjope. No Rio Grande do Sul, e guerra civil se estendia palos pampes dasabrigadoe em elgaras de cavalaria. Ali, ele se refugiava no Intrincado das matas, usando em guerrilhas a formidável infantaria nordestina. Para o sul de Parnambuco, o Incêndio la devorando Água Preta e Pajeú de Flores. A 13 da dazembro, os praielroe entravam em Goiana, vaiho foco maçônico, espécie de Serro da Parnambuco, aprisionando a guarnição e só abandonando a cidade após a derrota do Pau Amarello.

O praielro Manuel Pereira da Moraes comandava um destacamento de mil e duzantos homana bem armados, que o ganaral José Joaquim Coelho atacou com tropa da linha — fuzilairos, caçadoras e artilharia — am Cruangi, no dia 20 da dazembro, a dasbaratou completamente. Os rabaldes comaçaram, então, a armar os indios mansos que ainda axistlam nas matas do Jacuipa a da Água Preta, como os balalos do Maranhão haviam armado os pretos, lançando-os am correrlae contra as colunas volantes dos legalistas. Mas, a 27 de dezembro, elas foram batidos em Almecega (39).

Ralou o ano de 1848 com uma vitória pradeira: a tomada da Bezerros por Antônio Correa Peseoa de Malo, no dia 4, a que respondeu o major lagafista Bruce, conquistando as trincheiras revolucionárias de Utinga, no dia 5. A 10, novo triunfo dos Inaugentes: Peixoto de Brito entra em Barreiros. Depois, começam as derrotas: a 21 em Curraie, perto do Rio Bonito, após cinco horas de fogo; a 27 no Pasmado, quando o capitão Argolo Ferrão, que aeralia male tarde o general visconde de Itaperica, os desalojou das trincheiras ao eul do Taplesuma; enfim, a 13 de tevarairo, no engenho do Pau Amarelo, entre Golana e Itambé, onde o tenente-coronel Felciano Antonio Falcão derrotou o corpo revolucionário do **general** Peixoto de Brito, qua ae havia apoderado de Golana (40).

Batidos em vários lugares, os Inaugentes concentraram-se na região de Água Prata, de onde tentaram marchar outra vez sobre o Recife e foram obrigados a fugir para Iguaraeçu, em busca de munições, perseguidos pelos legalistas (41). Aquele seria o derradeiro baluarte das realatências pradeiras. A guerra civil apelava para os últimos recursos e dasfraldava a bandeira republicana, como diz o general Malo Rego, sob a inspiração de Antonio Borges da Fonseca, o grande atlvador dos últimos tempos da rebelião.

A figura principal desse período é o capitão de artilharia Pedro Ivo, transformado na época pela fantasia e pelo maçonlamo numa figura lendária como Luiz Carlos Prestes antes de aa revelar em 1935. Militar Insubordinado, de mauos precedentes, encontrava-se licenciado em Água Preta. Arranjara a licença para ganhar tempo por se achar alcançado com a fazanda pública. Desbaratara a caixa militar de seu corpo e via com ansiedade o término da sua licença e a obrigação de preetar contas das quantias qua lhe haviam eldo confiadas. Quando a revolução chegou àquela zona, recebeu-a como uma saída para sua difícil situação (42). Aderiu, combatou valentemente e foi endeusado. Castro Alves exaltou-o em versos épicos. Dizia-se geralmente qua Nunes Machado fôra "a osbaça a o verbo da revolução", mas qua Pedro Ivo era "o braço e a espada".

Naquele trecho do sertão pernambucano, outrora se haviam alevantado os quilombos da famoea República dos Palmares, Matas cerradas se estendiam pelas margens do Jacuípe e entre o Una e o Camaragibe. Nelas anteriormente se acoutara o bando dos tamigerados salteadores da Vicente de Paula, o Jacutupo (43). Ali, Pedro Ivo e os praelros se ligaram ao bando rebelde de Caetano Alves, assolando a vizinhança. A revolução não conseguira a menor diversão em seu tavor no resto do Brasil, que, caneeado de guerras fraticidas, assistia

tranqüilamente ao seu estertorar. Terminava, pois, numa simples chuanerie cangaceiral. Nem podia acabar de outro modo um movimento político-social que explodira sem razões profundas, explorando artificialmente uma reação natural contra o latifúndio e o comércio a retalho, sem coesão e sem disciplina. Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, denominou com a máxima propriedade aquele triste fim — A GUERRA CIVIL DAS MATAS.

Eis como Lopes Machado descreve essa GUERRA CIVIL DAS MATAS: "Doa pincaros meia agrestes dos alcantie mais escabrosos, das breñhes meia enredadas de queles lugares, caíam de improviso sobre as avençadas do governo, ou aa atraíam ea veredas enguerri-lhadas para as destruir e aniquilar, e, quando surpreendidos todos ou separados, na refrega, morriam matando, sem nunca se rendaram (44)." Toda a bravura sertaneja se despendia desta sorte em pura perda!

Os guerreiros das matas acabaram, porém, dispersados pelos governistas. A derradeira resistência foi a de Nogueira Pala em Pajeú de Flores. Pedro Ivo, considerado desertor do Exército e com a cabeça e prêmio, ocultou-se nas terras do engenho Verde. Afinal foi agarrado e veio para o Rio de Janeiro, onde o prendem na fortaleza de Santa Cruz. O governo ofereceu-lhe a libertação sob a condição de passar pela noite fora do Império. Naturalmente apolado nas promessas e proteções das forças ocultas a quem servira, recusou. Transferido para a fortaleza da Lage, dali se evadiu, como Bento Gonçalves do forte do Mar, na Bahia, refugiando-se numa fazenda de Joaquim Breves, o Mata-genta. Embarcou furtivamente na rastinga da Marambala com destino à Itália, mas faleceu a bordo, provavelmente de um colapso cardíaco, na altura da Paraíba. Lançado o cadáver ao mar, deu à costa roído pelos peixes.

Os outros cabecilhas processados foram condenados à prisão perpétua "em pouco tempo nulificada pela anistia". Honório Hermeto substituiu na presidência da província de Pernambuco a Vieira Costa, futuro marquês da Curitiba, "para impedir os excessos da reação".

Dominada essa última tentativa do revolucionarismo maçônico, o Império poderia realizar seu grande destino na América do Sul.

## Capítulo V

### O TIGRE DE PALERMO E O CARNAVAL FINANCEIRO

Depois da revolução praieira — notou Filbeyrollee — os processos políticos desapareceram do Brasil. Toda a gente procurou acatar a Autoridade Imperial como único remédio às lutas facciosas que depauperavam a vida econômica, envenenavam o ambiente social e perturbavam a administração da coisa pública. Começava a opulência dos grandes fazendeiros de café, espécie de nobreza rural em que se ia basear o Império. Desde 1819, os cafezais se multiplicavam em volta do Rio de Janeiro, ao princípio plantados e explorados por estrangeiros: Laceene, Duffles, Monk, o general holandês Hogendorp, antigo ajudante de campo de Napoleão, lembrado no testamento de Santa Helena (1). Onze anos antes, em 1808, o Brasil já produzia 960 mil libras do precioso rubiáceo. Essa produção elevava-se em 1820 a 7.360.000 libras (2). Creadimento vertiginoso. Cada dia mais capitais se empregavam nessa cultura, que exigia a multiplicação do braço escravo e levantava a província do Rio de Janeiro ao pináculo da importância econômica, política e social.

O jovem Imperador casara em 1843 com D. Teresa Cristina, princesa real das Duas Sicílias, de quem tivera um filho, D. Pedro Afonso. A 20 de julho de 1850, o pequenino rebento Imperial faleceu na fazenda da Santa Cruz. A dinastia viu-se, assim, privada do herdeiro varão a mais tarda o cetro sob a ameaça da *tomber en quenouille*, o que emprestou ao maçonismo sempre alerta um de seus motivos de propaganda contra o Terceiro Reinado, como veremos oportunamente.

O Judaísmo londrino presentira que o Brasil seria um país grande a livra, se dispusesse da abundante mão-de-obra. Até então esta semente lhe havia sido dada pelo odioso instituto da escravidão, em que os judeus se haviam enriquecido nos tempos coloniais. Era fácil combatê-lo por ser anti-humano e o combate deveria ser levado a

cabo sem dar tempo ao Império de organizar outra base de trabalho e povoamento do solo.

A 8 de agosto de 1845, o governo de Sua Majestade Britânica promulgava o famigerado BILL ABERDEEN, contra o qual logo protestou o ministro de Estrangeiros, Limpo de Abreu, em nota de 22 de outubro seguinte. Por que protestou? Porque o BILL sujeitava as tripulações e cargas dos navios apreendidos com escravos a bordo pelos cruzeiros Ingleses ou **somente suspeitos de se ocuparem no tráfico de carne humana aos tribunais e leis da Grã-Bretanha**. Era um desrespeito à soberania dos outros e um pretexto para justificar abusos contra embarcações que navegassem sob o pavilhão brasileiro. Tinha-se a impressão que a Inglaterra procurava uma briga com o Brasil. "Ofendiam os cruzeiros britânicos a dignidade e independência do Império Americano. Aproximavam-se das costas marítimas, não respeitavam os mares territoriais e nem os próprios portos e enseadas. Cometiam toda a sorte de degradações, saltando em terra, e perseguindo os moradores, cuja convivência suspeitavam; ouzaram disparar tiros contra as fortificações (3)."

O Império não precisava ser forçado dessa maneira. O Governo Imperial acompanhava com cuidado o desenvolvimento da vida econômica do país para saber quando e como deveria libertando-o da mancha negra da escravatura, que o próprio Judaísmo, que hoje a combatia por trás do governo Inglês, lhe impusera nas primeiras eras da colônia e continuava a explorar na África e no Oriente. Tanto assim que pela lei de 14 de novembro de 1850 equiparou o tráfico à pirataria para todos os efeitos.

Encerrado o ciclo revolucionário-maçônico que viera dos primeiros anos do século até 1849, inaugurava-se a era da paz interna que nos permitiria arcar com o peso das guerras estrangeiras, e quanto a pressão inglesa a pretexto da escravidão o levaria até os dias perigosos da questão Cristã. A Coroa dominou a hidra da revolução. Moraes Sarmento escreve: "A tolerância geral do predomínio abusivo que lhe sucedeu (**à revolução de 1848**) foi por muitos anos resultado natural do cataclisma com que os revolucionários constituintes ameaçavam o Brasil. Os homens pacíficos e desapeixonados da lavoura e do comércio, os desinteressados nas lides pessoais da política, viram as fontes da produção ameaçadas, temeram que as paixões adreda sobreexcitadas chegassem a pôr em risco a propriedade, presenciaram o atugentamento dos braços e dos capitais, e o subsequente detinhamento das indústrias, caíram em si, viram o caminho errado por onde estranhas ambições os gulavam, resignaram-se à prepotência administrativa,

como antídoto do vanano que girava na atmosfera revolucionária. Eles e só eles, pelo arrependimento de uns, pela inércia de muitos e pela valiosa coadjuvação de alguns, foram os verdadeiros vencedores da Revolução (4)."

Excelente esta pintura da vitória do espírito conservador da nacionalidade sobre o espírito revolucionário que procurava destruir sua obra da coesão e paz.

O conservadorismo Imperial floresceu em moderação depois da 1848-1849. A anistia das armas os ódios. "Acalmaram paixões". "Desvaneciam rancores". Falava-se por toda a parte de uma "reconciliação salutar", sobretudo depois que, em rápida campanha, nossos soldados expulsaram o tirano Rosas e passearam suas bandeiras vitoriosas pelas ruas da Buenos Aires, respondendo com Caseros às fanfarrônicas da Ituzalgó. As principais figuras que combatiam a Coroa dali se aproximaram e a ele aderiram, fortalecendo-lhe a ação em benefício do Brasil. José Maria da Silve Paranhos, corifeu maçônico, futuro visconde do Rio Branco, escreveu artigos favoráveis ao governo. Acalaba Montezuma, maçom e iluminado coimbrão, apopleva-o para ser escolhido senador. Sales Torres Homem, o do **Timandro**, louvava o Imperador na imprensa. Teófilo Ottoni parecia esquecido dos conclábulos das lojas e unicamente preocupado com empresas industriais, sobretudo a concessão do Mucuri. O partido Liberal diminuiu em número e força. Casado, entregue a estudos e a uma pura vida de família, inatacável em sua honestidade, o jovem soberano mostrava mais experiência dos negócios públicos e governava pessoalmente, afetados os áulicos. A "ditadura da moralidade", na frase feliz de Oliveira Lima.

O país progredia moral, mental e materialmente. O controle pessoal do Imperador varria as sevandijas da administração e da política. Reorganizava-se a Instrução. Mauá, ligado aos capitais judaicos de Carruthers e Castro, lançava estradas de ferro, companhias de gás e de esgotos. Criavam-se já no sentido de obviar os inconvenientes da odiosa escravidão as primeiras colônias agrícolas. Honório Hermeto entoava em discurso célebre no Senado loas a essa frutuosa paz da família brasileira: "Não há mais saquaramas nem luzias. As lutas passadas estão terminadas e esquecidas. O governo é conservador-progressista, e progressista-conservador." Compreender-se-á melhor este rótulo político lembrando que o mesmo orador realizaria em 1853 a Conciliação dos Partidos. Santia-se a necessidade de uma grande união de vistas. Já na Câmara alalta para 1850 só havia um liberal, Souza Franco. O gabinete ministerial era homogêneo e de figuras

conservadoras independentes e influentes (5). Ganta da primeira linha. "Foi realmente um ministério forte assim que suprimiu o tráfico, dominou a revolução da Pernambuco, derrubou Rosas, e ao mesmo tempo lançou as bases de grandes reformas a melhoramentos que mais tarde se realizaram (6)."

Derrubou Rosas!

D. Juan Manuel Ortiz de Rosas era o fantasma da reconstrução do Vice-Reinado que se erguia ensanguentado no Prata, atemorizando o Império sempre lembrado dos desastres do Primeiro Reinado. Mas agora, ao invés duma nação dividida e maçonizada internamente, havia outra que saía triunfante das guerras civis e se unia em torno de um jovem monarca que não cortejava marquesas. Nos pródromos da grande conciliação partidária, com o enfraquecimento dos liberais exaltados, e maçonaria encolhia as garras prudentemente, ressonando no fundo das lojas.

Na sua tirania caudillesca, Rosas sonhava ligar o Uruguai e o Paraguai à Argentina Federal, domando ao mesmo tempo as resistências regionais de Corrientes e Entre Rios. Adotava o vermelho como cor oficial de seus partidários, obrigava-os ao uso de bigodes postiços e degolava os inimigos sob o rótulo geral de **salvejes unitarios**, conservando-lhes as cabeças em sarragem ou vinagre, e expondo-as em ganchos nos lugares públicos (7). Seu esquerdismo expresso no culto de cor encarnada, bebido no anticlericalismo maçônico, assaltava no modo como tiranizava o clero, fazendo da religião alavanca de seu governo e ridiculizando a pessoa dos prelados com seus bufões fantasiados de **biapos das vacas** (8).

Destruiu tudo em volta de si para dominar. "Somente da pé ficaram a alfândega, que era a mina da ouro, e a tropa, que era a força. Fache a Casa dos Expostos e reparte as infelizes crianças entre as pessoas caridosas que se queiram receber. Suprime por decreto a vacina e leoa do orçamento a verba que a custava. Tira os ordenados dos mestres-escola, abandonando-os à **ceriedade dos pais da família**. Cerra as portas do Colégio da Órtilões, dos asilos e de todos os hospitais, cujos habitantes e enfermos são postos na rua para que a piedade pública os protaja. E clausura-se a Universidade — reunião, diz a palavra oficial, de **mocitos heraganes y lojistas** (9)."

O déspota voltava-se contra as próprias lojas, cujo espírito inspirara sua política da Stalin platino. Dacratara o desaparecimento da roupas azuis e verdes, sob pena de morte. Institulava-se Ilustre Restaurador das Laís, enquanto a voz de seus inimigos o alcunhava Tigre de Palermo (10).



Degolavam-se os unitários diariamente ao som da **Resbelosa**, que Avellaneda diz imitar o movimento da faca sobre a garganta de vítima. Era canto e ballado. A **Carmagnole** do Prata. Havia como que um jacobinismo nessas degolamentos. Com uma diferença: ao invés da guilhotina, o **cuchillo**. Satanismo também. Rosas cercava-se de negros macumbalros a freqüentava-lhes os candomblés. Contavam-se em Buenos Aires mais de vinte mil prstoe organizados em poderosas sociedades, verdadeiras maçonarias negras: a Banguela, a Munonque, a Conga, a Cambunga, a Alagungan, que conservavam os rituais feticistas da África e se parsignavam pela Santa Federação (11).

Ao povo miúdo dava diversões infantis: cavallinhos, argolinhas, rinhas de galo e paus de sebo. Ridiculizava as datas nacionais e deixava por aí seu retrato em todos os objetos, dos livros de missa aos bacos (12).

O homem que tudo abatara em redor de si, receoso de qualquer superioridade, apolava-se na rale, cujas expressões mais altas eram o Clube da Mashorca e a Sociedade Restauradora. Nesses agrupamentos infames, dominavam frades apóstatae, magarelee, negros, mulatos, vagabundos e criminosos. Espalhavam o terror, único sustentáculo do tirano (13), que Capdeville denomina "pontífice brujo de uma teocracia bárbara."

A ambição de Rosas era restaurar sob a égide da Argentina o antigo Vice-Reinado, reconquistando o Paraguai, que proclamara sua independência à sombra da diplomacia imperial, retomando o Uruguai por meio de interposta pessoa poeta à sua frente a dedicada à cauee roelne, a, ee poselvel, apoderando-se do Rio Grande do Sul. Daí aquelee palavras da proclamação de Canabarro: "Um poder estranho ameaça a Integridade do Império."

A luta entre o Império e Rosas travou-se primeiro secretamente. O representante diplomático da Argentina no Rio de Janeiro, D. Tomás Guido, montara verdadeiro serviço de espionagem. O ouro de Rosas pagava uma polícia sacraata espalhada em todas as nossas repartições públicas, de modo que o governo do ditador vivia minuciosamente informado de quanto se pensava, ee dizia ou fazia na Corte Imperial. Por sua vez, o governo do Brasil usava de meios idênticos, não só mantendo a poder da dinheiro sstraitas relações com os caudilhos semi-independentes de Corriantss e Entre Rios, Urquiza a Virasoro, como estabelecendo ligações ssecretas por Intarmédio da Rodrigo de Souza de Silva Pontes, nosso ministro em Montevideu, com próceres argentinos exilados a com figuras de relevo uruguaias,

inimigos declarados ou encobertos do famigerado Tigre de Palermo (14).

Isso custou muito dinheiro ao erário Imperial. Os governos uruguaios vivem do "subsídio pecuniário mensal" pago pelo Brasil. Esses "auxílios pecuniários que nos dio el Imperio", confesse D. André Lamas, cessaram em 1854 e, entregue aos próprios recursos, e República Oriental não podia atender sequer às mais exiguas necessidades de seu orçamento. "Miséria desoladora!" Os cofres absolutamente raspados! Os cofres absolutamente raspados! A Entre Rios e Corrientes emprestou o Governo Imperial quatrocentos mil patações ou sejam oitocentos conlos, soma respeitável na época, subsidiando mensalmente Urquiza com cem mil patações (15).

Essas ligações secretas do Império contra Rosas iam até o Paraguai e penetravam na própria Bolívia. Desde 1845, após se declarar independente, o Paraguai procurou apoio em Corrientes, fazendo um tratado de aliança defensiva e ofensiva com o caudilho Madarlegue. Quando, em 1851, decidido a acabar de vez com o **poder estranho que ameaçava sua integridade**, o Império invadiu a Banda Oriental, a Bolívia enviou algumas tropas às fronteiras do Chaco, como ameaça a um flanco de Argentina, e o Paraguai mandou alguns destacamentos, que, repellidos em Corrientes com perda até das bagagens, se limitaram a exaurir a cavalaria em marchas e contra-marchas nos arredores das **tranqueras** de Loreto e San Miguel. Para essa "palhada miller", D. Carlos Antônio Lopez exigiu conelantemente subsídios do Império, que acabou fechando a bolsa e desprezando lento elogio como ameaças do pai de Soleno Lopez (16).

Até o último momento Rosas procurou evitar a guerra com o Brasil. Mesmo depois de mobilizadas as guardas nacionais gaúchas, de convocadas as milícias rurais enterrissinas, de nomeado o conde de Caxias para dirigir a campanha, "nes solenes imprecações de 9 de julho, Rosas impatrive do céu e da terra morte horrível para as avantesmes Flores e Santa Cruz, esquecendo-se edrede do Inimigo em marcha... Era que o Grande Americano e Mul Ilustre Argentino implorava fora de horas a mediação de Mr. Southern a o favor das estrelas. Medo? Sim, medo. Os fatos o demonstraram (17)."

Mas os astros falharam. Falhou também a suplicada intervenção da Inglaterra, cuja maçonaria protegia o tirano. E, "ao rumor dos tambores das tropas brasileiras, as milícias enterrissinas e correntinas caminharam para as planícies fartas do Urugui. Rosas trameu. Buenos Aires tremeu com Rosas e, publicamente, os mazorqueiros puderam associar, nas suas maldições de baixs feitiçaria e nas suas

comédias trágico-burlescas, o nome de Urquiza eo nome do Brasil (18)."

Apeser dos petacões que recebia mensalmente, o general D. Justo José de Urquiza mostrara tanta indecisão que tõe necessário o Brasil intimá-lo a mover-se com a declaração categórica de que — **com ele, sem ele ou contra ele** — entrarle em campanha (19). Assim, Caxias surgiu na fronteira uruguaie à frente de dezessets mil homens. Des pontas do Cunhe Peru o Exército Imperial ee dirigiu às coxilhas orienteis. Às sues ordens, Canabarro e o Moringue, João Propício e Bruce, Andre da Neves e Osório!

O Tigre de Palermo entregara a tarefa de conquistar o Uruguel, disferçada em competição política interne, e um doe mais torpes e sanguinários caudilhos que a América espenhole jamais produzlu, Oribe, o Corte-Cabeças. Depois de betelhe do Arrolo Grande, em que derrote-re o velho Lavalleja e degolera friemente mil e quinhentoe prisioneros, Oribe siltira Montevidéu, "beluerte de Independência mental do Preto", refúgio sagredo dos perseguidos de Rosas. Durante nove intermináveis anos, de 1842 e 1851, e cidade heróica sofreu rigoroso assédio que lhe valeu o título de Tróie Americana. Fome. Angústia. Medo. Mertirio. Bomberdelos. Sortides. Um Inferno! Alexandre Dumas escreveu exaltado opúsculo sobre essa reelstência: "Nouvelle Troie".

A serviço de Rosas, Oribe, "pior do que Atila", efogara em lama e sangue, de 1839 e 1842, as rebeliões de Santiago del Estero, Córdoba, Jujuí, Corrientes, Santa Fé, La Rioja, Cuyo e Tucumén.



O conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois visconde de Bom Retiro, na Conciliação ministro do Império.

Açoitava, violava e vilipendia as mulheres. Torturava e degolava os homens. Incendiava, esqueava e arrasava (20).

Graças ao auxílio estrangeiro, Montevideu pôde resistir tanto tempo. Subeidos ingleses, franceses e brasileiros. O Brasil interveio quando a França abandonou a liça. Legião francesa de Thiebaud, veterano de Napoleão. Legião italiana de Garibaldi, que deixou os Farrapos. Legião espanhola de Bria. Refugiados argentinos de Gall y Obes. Riveristas e colorados. Todos bateram-se com leões (21).



James de Rothschild  
(Um dos Reis do Brasil)

O primeiro objetivo de Caxias era naturalmente libertar Montevideu, que a esquadra de Grenfell bloquearia. Entretanto, quando se aproximou da capital uruguaia, já Urquiza, que forçara as marchas na sua frente, se entendeu com Oribe, o qual se rendeu com garantia de vida e retirada. Eduardo de Urquiza, neto do general, reconheceu que ele mesmo procedeu por um sentimento de gentileza, "prescindindo dos brasileiros", que lhe pagavam cem mil petecções mensais, "para dar o golpe decisivo" (22). A Sermentito o próprio Urquiza confessou que não podia consentir tivessem

os brasileiros participação na rendição de orientais e argentinos (23). Erem estes da mesma família. Demais, Urquiza e Oribe pertenciam ambos à meçonaria... O primeiro salvou o segundo Filho da Viúva de ser tomado entre dois fogos, o dos imperiais e o dos sitiados, com o caminho do rio e do mar sob o controle da esquadra brasileira, em situação de ser esmagado à menor velocidade de resistência. A deslealdade de Urquiza salvara seu amigo e irmão de Acácia...

Essa capitulação passava uma esponja sobre o passado, punhe os partidos em luta em igualdade de condições, mandava processar novas eleições e reconhecia como dívida nacional as despesas das tropas sitiadas. O cúmulo Tudo ficava preparado para a continuação da luta na primeira oportunidade. Oribe podia dispor livremente de sua pessoa (24).

Depois de alguma demora em Montevideu, Caxias transferiu seu quartel general para a Colônia do Sacramento. Ficaria ali com o grosso do Exército Imperial, enquanto uma divisão de quatro mil homens, sob o comando do brigadeiro Manuel Marques de Souza, tutor conde de Porto Alegre, seguindo na esquadra rio acima, cooperaria com as milícias de Urquiza e Virasoro que marchavam sobre Buenos Aires. Deviam encontrar o exército de Rosas no caminho. Se os sorteios da batalha perigasse, o conde de Caxias atravessaria o estuário e investiria a capital, ocupando-a na retaguarda do inimigo, cortando-lhe as subsistências e desmoralizando-o. Seria a derrota certa. Os navios de guerra e transportes imperiais, com o pavilhão do chefe Grantall no mastro grande do "D. Afonso", forçaram as baterias de passagem de Teneleros e levaram nossas tropas à ponta do Diamante, onde desembocaram em ordem (25).

Dali, o Grande Exército Aliado Libertador da América do Sul, composto por quatro mil brasileiros, mil e setecentos uruguaios sob o comando de Cesar Días e vinte mil correntinos e entrerriños, avançou para Buenos Aires. Além da ponte de Márquez sobre o arroyo Morón, dividiu os vinte e seis mil homens do ditador portenho, com suas cinquenta canhões, entinchelados na quinta de Ceseros e na vila dos Santos Lugares. Era um "exército de rapina", de seccória, sem pólvora e sem lei. O outro trazia um ideal de libertação e, no meio de sua desorganização gauchasca, a disciplina consciente da divisão Imperial, **única tropa decente**, como a qualificava Sarriento. Além disso, faltava a Rosas um general, enquanto do outro lado a competência de Marques de Souza supria vantajosamente a incapacidade proverbial de Urquiza. Estava-se no dia 3 de fevereiro de 1852, pela manhã. Em atradores, a Infantaria Ligera do Império, armada de fuzis de retro-carga Dreise, modelo de 1841, instruída por oficiais alemães, reduziu ao silêncio as peças argentinas, matando-lhes chefes, apontadores e serventes. Depois, carregou a baioneta e rompeu o centro da linha, ao mesmo tempo que Osorio, com seu regimento de cavalaria, carregava à direita, tomando a única bandeira conquistada naquele dia. O inimigo fugiu desbaratado. Urquiza conservara-se inativo até onze horas e todas as disposições foram tomadas por Marques de Souza, Piran,

Galan, Sarmiento a Mitre, que para o primeiro apelaram diante da imobilidade do general chefe (26).

Rosas, seguido unicamente por um ordenança fiel, galopou para Buenos Aires pelo caminho de Metanzas, apeou-se no Hueco de los Saucas, gatatunhou a lápis sua renúncia num farrapo de papel e mandou entregá-la na Sala dos Representantes que tanto aviltara. Disfarçou-se com o poncho e o barrate do soldado e asilou-a na legação Inglesa, onde sua filha Manuelita saí-lhe foi reunir. À maí-nolta, guardado por marlnhairos britânicos, embarcou no "Cantaur", trasladando-se depois para o "Conflict", que o conduziu à Inglaterra com escala pela Bahia. Desembarcou em Plymouth a 5 de abril de 1852 e morreu em 1877, pobre e esquecido, nos arredores da Southampton (27).

Porto Alegre foi o verdadeiro vencedor de Caseros a não Urquiza. A divisão imperial formava o **centro** da linha da batalha e arrojara os argentinos fora de suas posições centrais com "inaudita bravura" (28) **Nuestro centro**, confessa oficialmente o próprio estado maior de Urquiza, além de auxiliar os orientais no flanco esquerdo, avançou sob o amparo de suas baterias, anvoeu a direita de Rosas, rompeu-lhe a linha, tomou os entrenchamentos à baioneta e apoderou-se de canhões, viaturas, bagagem, armas, munições e troféus (29). Arrepiara-se, porém, o argentinismo com o pensamento de entrarem os brasileiros vencedores em Buenos Aires. Doia naturalmente aos portenhos qua um Exército Imperial palmilhasse com as músicas tocando a as bandeiras desfaldadas as ruas pelas quais até então só os Ingleses haviam passado para logo saram vencidos a expulsos. Os jornais, alarmados, berravam, esquecendo que o sangue de nossos soldados os tinha libertado da tirania atroz de Rosas: **que no vengan los brasileiros!** A indignação se asboçava em cada cento (30). O próprio Urquiza, acompanhado de Virasoro, La Madrid a Mansilla, cunhado de Rosas, vencido tristemente em Toneleros, procuraram Marques de Souza e lizeram-lhe ver a Inconveniência da entrada triunfal na cidade. O general do Império ouviu-os e declarou que Caseros era uma vitória brasileira e qua seus soldados a festejariam entrando em Buenos Aires, losse ou não conveniente (31).

Entraram a 18 de fevereiro de 1852, dois dias antes do aniversário de Ituzaingó, como as **únicas tropas decentes** do Exército Libertador (32). Desfilaram ao rufo dos tambores pelas ruas do Peru e da Federação, praça de Vitória e Paseo de Julio até Palermo, onde acamparam: o 5º, o 6º, o 7º, o 8º, o 11º e o 12º de caçadores a pé; o 2º de cavalaria de Osorio e o 1º de artilharia a cavalo, o **Bol de Botas**.

Saudou-os uma ovação popular indescritível (33). Mais uma vez o sentido da civilização brasileira se interpunha à barbárie caudillesca do Prata, mais pela força moral de sua ordem interna e de sua disciplina do que pelo material dos seus armamentos. Apesar da sua malícia e de seu antranhado argentinismo, Urquiza reconhecia de público que os brasileiros tinham ido ao Prata pela justiça, pela liberdade e pela glória, cooperando para a salvação e doía povos e para a ruína de dois tiranos, granjeando as simpatias do mundo e assegurando para o futuro a dignidade da nação argentina. Os veteranos do Império mereciam admiração, gratidão e amor (34) Sobre suas cabeças caíam "as bênçãos de todo um povo agradecido" (35).

O Império impunha-se na vida interna, ordenada e tranqüila, na vida exterior, como campeão de liberdade e paz. Honório Hermeto, engrandecido pela sua ação no Prata, junto a Urquiza, organizava em 1853 o gabinete de Conciliação. "Vasselo Igual ao Rei", diziam. Em plena força, a monarquia procurava amparar-se na paz política, como a buscar um partido único que fizesse desaparecer as lutas estériles, crises e uma consciência nacional e permitisse a continuidade administrativa. A Conciliação durou até 1856.

O Judaísmo Internacional não poderia permitir o desenvolvimento, o engrandecimento desse Império que já se mostrava capaz de resolver as questões de sua vizinhança na ponta dos balonetes e com elas arrancava de Buenos Aires um tirano acastelado havia longos anos e armado até os dentes. Era necessário enfraquecê-lo e, do dia para a noite, a crise bateu-nos às portas...

Em julho de 1852, depois do triunfo de Caseros, o Governo Imperial tomou em Londres, por intermédio de Rotschild, um empréstimo de £ 854.250 real e por £ 1.040.600 nominada, a tipo 95 e juros módicos de 4 1/2%, do qual nem o cheiro sentiria. Com esse ouro, que não chegou a sair dos cofres judaicos, resgatamos os remanescentes do empréstimo da Independência, que já nos levava trinta anos de juros, e do empréstimo português, que ficara e nosso cargo. Só em 1882 nos libertamos desse peso. Pelo contrato passado entre vários barões Rotschild e o cavalheiro Sérgio Teixeira de Macedo, nosso ministro em Londres, aquelas ficavam **exclusivamente** encarregadas de pagamentos e compras da operação, com percentagens sobre remanescentes, despesas, trabalhos e riscos eventuais, variando de 1/2 a 2%. No final das contas, recebemos um pouco mais da oito mil contos e pagamos vinte e um mil (36)!

Cinco anos depois, em 1857, desenhava-se a crise que o empréstimo demorara para agravar. O governo, aconselhado pelos técnicos

cos que bebem suas teorias em livros judaicos, concedeu em decretos faculdades emissoras a dois bancos do Rio de Janeiro: o Comercial e Agrícola, e o Rural e Hipotecário. Concedeu-a, depois, aos bancos do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, com prazos variáveis. O ministro da Fazenda, Souza Franco, como se isso não bastasse, tornou extensiva a faculdade emissora às próprias sociedades em comandita. Era uma inflação de caráter verdadeiramente judaico, que se processava no sentido de arruinar mais adiante a economia do Império. José Joaquim Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, fez oposição cerrada a esta denominação CARNAVAL FINANCEIRO, demittendo-se da presidência do Banco do Brasil.

Quem defendia o CARNAVAL FINANCEIRO?

Naturalmente aquele a quem isso interessava e que era o sol que iluminava os grandes negócios e empreendimentos da monarquia: Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá, sócio de Cerruthers de Castro, de Manchester. Advogava a teoria do crédito ilimitado. O abuso deste trouxe o desastre que era de prever. Especulação. Jogatina. Fraude. Agiotagem. Lucros ostentosos. Esse espécie de enlhesamento durou um ano. Em dezembro de 1858, o Imperador alarmou-se com a situação e o ministério caiu.

O CARNAVAL FINANCEIRO teve como consaquento o fim da Conciliação trabalhosamente realizada sob o prestígio de Honório Hermeto, "solene compromisso ministerial", na opinião da Nabuco, que os liberais tomaram e era o complemento da política chamada de justiça e tolerância de 1848, a que o Imperador assentiu e era seu "pensamento augusto", como dizia Olinda. De novo, os partidos se encrespavam e engalinhavam na linha eleitoral, enfraquecendo a nação para glória das forças secretas. Desde 1848, o marquês do Paraná iniciara a obra conciliatória, cujos frutos tinham sido os gabinete do conde de Caxias e do marquês de Olinda. Em dezembro de 1858, dez anos depois, todo esse trabalho ia da água abaixo levado pelo turbilhão da crise e subia ao poder, presidido pelo visconde de Abaeté, esquecido do liberalismo axaltado dos **Andradas e seus amigos**, dos INVISÍVEIS de 1842, maçom arrependido, um ministério conservador, no qual o titular da Fazenda, Sales Torres Homem, visconde de Inhamirim, inaugurava política financeira contrária ao seu antecessor, com a centralização econômica (37).

Sales Torres Homem pôs paradeiro ao CARNAVAL FINANCEIRO, "época caracterizada pela ânsia de aniquilar de repente por um golpe de audácia" (38); mas o desbarato da fazenda pública o obrigou a solicitar novo empréstimo em Londres. Era o que o judeu internacio-



nel queria para pouco a pouco escravizar o Brasil, reduzi-lo a colônia de banqueiros. Em meio, Cervalho Moreira, barão de Penedo, cujo fausto marevilhava a sociedade londrina, tomava por trinta anos a Rotschild £ 1.526.500 nominais, a juros de 4 1/2% e tipo 95 1/2. O fim confessado era o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II. Os banqueiros abiscoltavam várias espécies de comissões, de 1 e 2 1/4%. Recebemos somente £ 1.360.275, que nos custaram £ 3.366.500. Até dezembro de 1888, por doze mil contos que nos vieram ter às mãos, restituimos quase vinte e cinco mil!

Conseqüência desse empréstimo de 1858 foi o de 1859, também negociado e assinado pelo barão de Penedo. Resgatou o **escandalosismo** de 1839, £ 208.000 "já pagas e repagas, que se convertem em novo empréstimo para render juros por mais trinta anos". Essas £ 762.000 saíram por £ 1.270.000. Custo total: oito mil e quinhentos contos (39).

De então por diante, os empréstimos se vão suceder uns aos outros sem solução de continuidade, ficando cada vez mais o Brasil escravizado ao judeu da City. Para isso, se provocou habilmente o CARNAVAL FINANCEIRO de 1857, que desorientou a economia nacional. Em 1860, o barão de Penedo contrata para a construção de caminhos de ferro £ 1.210.000. Delas nos chegam ao erário £ 1.089.000; por elas se pagam £ 3.025.000. Dez mil e quinhentos contos por quase vinte e quatro mil!

Quando, em 1863, o Império, representado pelo mesmo Carvalho Moreira, que denunciavam ao Imperador, como o fez sentir em carta ao marquês de Abrantes, como recebendo comissões dos banqueiros, controlou o empréstimo conhecido em nossa história financeira pelo ONEROSO, a tipo 88, para remir os saldos devedores dos empréstimos de 1824 a 1843 e parte da dívida flutuante, empréstimo cujo ouro também não chegou a sair do cofre dos prestemistas, £ 3.855.307, isso nos custaria o suor e o sangue de gerações sacrificadas: oito milhões e meio de libras, sessenta e sete mil e quinhentos contos (40)!

O **poder colossal** de Rotschild, a que aludira antanho o marquês de Barbacena, colonizava financeiramente o Império que se erguera na América do Sul como um campeão da ordem e da liberdade no meio de bárbaras repúblicas caudilhescas, onde a degola e a metança eram a lei comum da política inexorável. Menobrado por esse poder, o governo Inglês também entreria depois na liça, e fim de humilhar a soberania imperial, tirando-lhe a força moral que lhe adviera da vitória de Caseros e da entrada triunfal de Marques de Souza em Buenos

Aires, de onde os Ingleses haviam sido comidos. O Super Estado judaico demonstraria que outros Estados não podem crescer sem lhe pedir licença. E veio a questão Christie como a PATA DO LEOPARDO a querer pousar sobre a Nação dessorada pelo CARNAVAL FINANCEIRO... (41)

## Capítulo VI

### A REALEZA ECONÔMICA

A espada de Caxias, vencedor de rebeliões e da guerra estrangeira, fôra e "escora" do Império, como escreveu Euclides da Cunha. Por trás do fulgor dessa espada Idealista e prática ao mesmo tempo, que sabia vencer a perdoar, havia outra força dinamizando o Segundo Reinado, e que Tristão de Atalide danomina "a realeza econômica de Mauá". **Mão oculta** que subvertia os Farrapos contra o poder central, passou a servir este, quando lhe convolveu os interesses. Ao ponto que Tobias Montelero exclame: "Meuá teria sido o credor de um Império". À feição de Warren Hastings na Índia ou de Cecil Rhodes na África do Sul. Menos os crimes, está visto.

Seu próprio biógrafo-panegirista afirma que ele foi "o ousado Interventor de 1851" contra Rosas, quando a Inglaterra receve que prejudicássemos no Prata os seus interesses. Tanto Paulino de Souza, que sucedere ao marquês de Olinda anti-Intervencionista, como Rodrigues Torres reconheciam nele a "alma da intervenção". Assinou convênios secretos de Igual para Igual com os governos interessados no pleito. Foi pessoalmente ao Prata, examinar a questão *in loco* e tornou-se, depois, em Montevidéu a "mão poderosa agência diplomática do Império". Sua influência, com o tempo, ficou "quase onipotente" (1).

A **mão oculta** da rebelião interna agora se tornara a **realeza econômica** do Império e a **alma da intervenção** armada. Estudamos, pois, o poder do ouro da Mauá, escondido na história pelo lampear do aço da Caxias.

Irineu Evangelista de Souza, barão e depois visconde da Mauá, surge como caixeiro humilde da casa judaica da Ricardo Carruthers, da qual se torna gerente e sócio. No convívio com os judeus britânicos, perdera até os hábitos da língua pátria. Só sabia contar em inglês. Quando irritado, só podia dizer desaforos em inglês. No discurso, empregava constantemente anglicanismos, e espanholismos após

sua estadia no Prata (2). Notável sua adaptação a qualquer pedaço da terra...

Desde seus primeiros passos no mundo dos negócios se pôs em contato com os podarosos, freqüentando-os e sendo por eles freqüentado. Pagou as despesas dos rebeldes farroupilhas e acolheu-os em sua casa de Santa Tereza, o **quilombo riograndense**. Comentavam à boca cheia sua influência. Ela próprio a não negava, embora se afirmando fora da política (3). Às vezes, ele é mais dominado de fora do que de dentro, indiretamente do que diretamente. Que opine o judeu Beaconsfield, lord d'Israel, fundador do Império Judaico-Britânico. Mais tarde, quando essa influência cresceu a ponto de criar aquela **realiza econômica** reconhecida por Tristão de Ataíde, dizia com certa imodéstia que chegara "e fazer olúmes no alto" (4). A elusão visa claramente o Imperador...

Todavia, sua **mão** se conservara mais ou menos **oculta** até 1850, quando a luz da história a iluminou melhor. Foi em **missão secreta** ao Prata. Braço direito do ministro de Paulino de Souza e do partido conservador, de clima. Assinou com Itaboraí e o agente uruguaio D. Andrés Lamas **actos secretos**. Passou, depois, para Montevideu e lá se transformou logo em "potência financeira e influência social" de tal monta que, enganados quanto à natureza do capital, que não tem pátria, porque parecia vir do Brasil, os orientais o consideravam EL PELIGRO BRASILEÑO. Era quem mandava nas duas margens platinae. A fim de não sofrer desconsiderações, o ministro plenipotenciário do Império na Banda Oriental não recorria às armas, mas se acolhia à sombra prestigiosa da firme Mauá. Evitava rompimentos entre as três potências ribeirinhas por lhe não convir a guerra aos negócios angrenados após a luta contra Rosas. Essa, sim, lhe convier. Enviava e recebia agentes confidenciais. O governo uruguaio consultava-o nos momentos difíceis (5). Verdadeiro soberano sem território e sem exército. O conquistador pacífico...

Ainda muito pouco conhecido, apresentou-se em 1850 na casa da D. Andrés Lamas, representante dos riveristas e colorados de Montevideu, oferecendo-lhe dinheiro a armas, que ali seriam imediatamente entregues. Era de pasmar a oferta à cidade sitiada. O diplomata das conversas, tomando-o como aspirante ou agente provocador do **serviço secreto** que D. Tomás Guido, representante de Rosas, mantinha no Rio de Janeiro. Comunicou o fato ao Imperador, que o tranquilizou, explicando da quem se tratava. Começaram assim os entendimentos entre o governo oriental e a **alma da intervenção** (6). Daí saiu o **pacto secreto** assinado por Mauá, Lamas e Itaboraí na



O Barão de Mauá 1858  
(Sisson, Galeria de brasileiros ilustres)

própria secretaria da Estrangeiros, ajustando as contribuições marciais a serem pagas em Montevideu (7). Três potências firmando o conchavo oculto: o Império, a República Oriental e a Realza Econômica...



O judeu Émile Péreire, irmão de Isaac Péreire, um dos inspiradores sansimonistas de Mauá.

Vimos no capítulo anterior nossos soldados marchando contra Oribe e Rosas às ordens de Caxias, vimos-os combatendo sob o comando de Marques de Souza, derramando seu sangue em Caseros e passeando as armas vencedoras nas ruas de Buenos Aires. Vemos agora a força secreta que os impalla: a Realza Econômica. Por isso, houve quem opinasse: O DINHEIRO DE MAUÁ SALVOU MONTEVIDÉU...

Em 1851, no momento da rápida e vitoriosa campanha, Mauá aparelha o "Fluminense", o "Paraense" e o "Padro II" para a frota da Granfella,

nas oficinas da Ponta d'Araia, que se desenvolviam amparadas no protecionismo da tarifa alfandegária da Alves Branco, obtida em 1844. Além de equipar navios, adquiriu batalhões (8).

A 12 de outubro desse ano, quando se ia iniciar a campanha, assinava segundo pacto para fornecer mais fartas contribuições ao Uruguai. E tinha somente 36 anos! Fazia carreira tão valiosa no cenário

dos negócios aos americanos quanto a do famoso Krugar nos nossos dias. Verdadeiro Messias da finança e de indústria, sua figura merece ser bem estudada deste ponto de vista revelador das razões que lhe guiavam a **mão oculta**. Documentos íntimos que deixou dão conta de sua **convicção messianica** de fomentador do progresso (9). Apresenta-se em todos os aspectos como o qualificado o professor Germain Martin: "une grande figure saint-simonienne."

Ere, com efeito, um sansimoniano da escola de seu edício, o judeu Ricardo Carruthers. Grande homem da negócios **double** de sociólogo, como o melo-judeu Walter Rathnau, sentia latejar no peito, como um dinamo, o Ideal de "conquista pela ocupação industrial", que é um Ideal nitidamente anti-cristão e de consubstancia no Estado Industrial, na Política Industrial do judeu Perelre, em pleno florescimento no meado do século XIX. Seu mesianismo o enchia de desmesurado orgulho que se disfarçava sob maneiras blandícias, quando o não contrariavam no que tinha a peito fazer. Neste caso, se tornava áspero, como o foi com D. Pedro II, violento, como o foi com o presidente do Uruguai, desabrido mesmo, chegando a ser processado por abuso de imprensa. O **rei oculto** não compreendia que o contrariassem. Em cartas, refere-se **à ordem por base e ao progresso por fim**, revelando-se inclinado ao positivismo. Era positivista na moral escrupulosa. Não tinha o menor espírito religioso. Raríssimamente aparecia ou se manifestava em qualquer coisa que se relacionasse com a religião. Como que as evitava. "Raras vezes lhe acode o ídolo de Deus". Era liberal, embora servisse aos conservadores, e desde 1838 se afirmava esboçacionista (10).

O esboçacionismo de Mauá determinou sua projeção na história sul-americana. "Estudando, com algum empenho, a doutrina de Saint Simon e a ação de seus discípulos na marcha da civilização, pretendia eu abordar uma demonstração gráfica da ligação estreita que resulta da comparação do que fez Mauá no Brasil com o que eles fizeram em cenário mais vasto." Que é isso que Alberto Faria, panegirista de Irineu Evangelista de Souza, reconhece que Mauá pretendeu a até certo ponto realizar a exemplo de seus confrades na França imperial do Panamá, do Suez, das Exposições Universais e da aventura mexicana? Que ele próprio responde: a criação de um "Super-Estado, Estado de Produtores, governo geral independente dos governos nacionais (11)." O que aqui vale a um **internacionalismo materialista**, de felpa caracteristicamente judaica.

Confesse ainda o próprio Mauá o que tantou ser: "o centro de todo o movimento monetário e financeiro da América Meridional em

ligação íntima com os principais centros monetários da Europa, permitindo às empresas brasileiras (?) deixarem de arrastar-se abatidas ao pé da veura desepiedade dos meus elementos financeiros da praça de Londres (12)." Veremos documentadamente que Mauá estava ligado à veura ou finança internacional; portanto, o último trecho do que escreve é mero diefarce.

Montevideu, onde Mauá chegou como a **alma da intervenção** Imperial, servir-lhe-ia como um ponto de apoio para o vasto sistema que concebere de ligações fluviais e terrestres, prendendo em sua tela todo o continente. Tinha obtido a concessão de navegação do Amazonas. Considerava agora a penetração pelo Prata. O Brasil era a cabeça das vias férreas que sonhava lançar através dos grammas e sertões, de Vassoures até o Paraguai e de Paranaguá até a Bolívia. Por isso, em 1864, quando se desenhou a guerra do Império contra os blancos, a cujo governo se ligara financeiramente, queria a paz a todo custo (13).

Seu plano repousava no que na época se convencionou chamar Indústria Bancária, isto é, o banco servindo de "veículo de capitais para estradas de ferro", para melhoramentos urbanos, mineração e navegação, inspirado no modelo de Crédit Mobilier de Paris, que atingiu o apogeu em 1853, banco industrial de criação sanalmônica que tomava em verdadeira **religião** materialista o surto das grandes obras industriais de toda a natureza (14). E não se esqueça ainda que, no fundo, a Idéia era judaica, provinda do famoso judeu bordelêse Pereira que deixou o nome ligado a um dos **boulevards** da Cidade-Luz.

Mauá viveu sempre unido aos judeus Carruthers, cujas casas negociavam por toda a parte: Carruthers de Castro & Cia. em Londres e Manchester, Carruthers Souza & Cia. em Buenos Aires, Carruthers Dixon & Cia. em Nova York. Raydell de Castro, seu sócio e de Carruthers, foi diretor de estrada de ferro do Recife ao São Francisco, cuja concessão obteve, e usava de sua influência na City, a fim de levantar dinheiro para as ferrovias a serem construídas. Muito rico, de uma feita subscreveu para Mauá £ 300.000 (15)!

Prendia-se também aos Rotschild, que o superariam um dia na realza econômica sobre o Brasil. Apesar do barão de Penedo ser considerado unenimemente "uma torça junto a Rotschild" **et pour ceuse**, Mauá secundeve-lhe o trabalho junto aos grandes banqueiros para a obtenção dos empréstimos ano e ano solicitados pelo Governo Imperial (16). Associou-se até a Rotschild no lançamento de empréstimos para estradas de ferro. Vendeu-lhe por £ 45.000, com a obrige-



ção da oeder-lhe a metade, o qua reduziu praticamanta a soma a £ 22.500, condição imposta à última hora pela avidaz dos banqueiros qua o sabiam com a corde no pescoço, a concessão da via férrea Santos-Jundiaí, hoja colossal São Paulo Railway. Panedo aconeei-ha a cooperação da Rotschild no negócio (17). No oceano da finança internacional, os peixas graúdoa vão devorando os miúdos, sem piedade, à proporção qua crescem...

Mauá obtivara essa concessão associado a Costa Carvalho, antigo reganta, marquês de Monte Alagra, e a Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. Andou sempre da braço com os políticos da real influência no país. Diziam-no **protegido** da Monte Alegre. Foi "colaborador proeminente da Conciliação" e amigo pessoal do marquês do Paraná, cuja morte súbita, em 1856, abalou o Império como a de um verdadeiro DUCE. Era íntimo de Euzébio da Queiroz, que lha concedeu a instalação do gás no Rio de Janeiro e a navegação do Amazonas; de Alves Branco que o favoreceu com a tarifa qua permitiu o progresso daa officina da Ponta d'Arela; de Cotegipe. "Homem de confiança" do ministério das Águias, em 1853, através dele inspirou a Incentivação dos transportes. Desde 1852, conseguira a concessão da Estrada de Ferro de Mauá a Petrópola. A 30 de abril de 1854, fazia correr na trilha a locomotiva Baronesa, recebendo por isao o título de barão. Segundo a voz pública, que comentava suas intimidades com o primeiro Rio Branco, este era "o sócio do barão" ou "o hóspede do barão", quando em relevante missão a Montevidéu. E, em 1857, o Governo Imperial, precisando de dinheiro, batia às portas do banco Mauá Mec-Gregor & Cia. (18).

Em 1875, quando, am consequência da crise na praça, fallu esse banco, achando-se Rio Branco, qua lha conflara operações officiais, na presidência do ministério, nos debates travados no Parlamento, o "Inflexível" Zaccarias da Góis e Vasconcelos aludiu à intimidade do estadista e do industrial-financeiro, deixando claramanta alagado que ala se radicara no fundo da maçonaria, da qual o primeiro ara Grão-Mestre e o segundo não saabamos a qua grau atingira. Leiamos com atenção os trechos significativos do discurso:

"O sr. Zaccarias: — ..quando um banco se astande por toda a parte do Antigo e do Novo Mundo a sa mais mundo houvera lá chegara, quando tam uma casa aqui, outra am Montevidéu, três am São Paulo e três no Rio Granda do Sul... o ministro qua sa praza não o constitul passador da cambiais para a Europe... A amizade sempre do nobre presidente do Conselho... a fé do carvoeiro... a inganuidade da pomba qua voa, quebra o pau na parede e cai...

**O sr. Rio Branco:** — Esparo em Deus qua não haja prejuizo de um real...

**O sr. Zacarias:** — Panso que o nobre presidenta do Conselho espera este resultado do GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO; de Deus, não... Não crelo que a Providência faça tals milagres; só o GRANDE ARQUITETO o fará. Ainda não vi falido de certa ordem que não disseese que pode pagar Integralmente; ainda não vi, porém, nenhum que pagasse... (19)"

Zacarias calculava em oito mil contos os prejuizos do governo e ineletta ironicamente sobre a ajuda do GRANDE ARQUITETO também...

Por mais que se queira dar a Mauá uma fisonomia Intelramente brasileira, daquilo que documenta o ssu panegirista se infare o sentido Internacionallista de suas atividades e de sua personalidade, que, como vimos, comçava por se trair no uso da lingua. Onde quer que estivesse, logo se adaptava admiravelmente às condições locale. No Urugual, tornou-se quase urugual, estabeleceu grandes estâncias de criação de gado, penetrou-se da vida da campanha oriental, meteu-se em negócios de trigo e seus produtos industriaia foram premiados em exposições europélas como verdadsiramenta urugualos. Entregou-se mais à exportação de xarque e associou-se à firma alemã Liebig para a fabricação do axtrato de carne (20).

Dinamlamo Industrial que não conhecia peusa ou limites! Fundou no Brasil a Luz Estaárca, a Companhia de Rebocadores do Rio Grande do Sul, a Fluminense de Transportea, a Montes Áureos Brazilian Gold Mining C<sup>a</sup>, a Empresa de Diques Flutuantes, a do Cabo Submarino, a Companhia de Navegação do Amazonas, a do Gáe do Rio de Janeiro, a dos bondes do Jardim Botânico, os Bancos com Mac-Gregor, a Fundação da Ponta d'Areia, a Empresa do Canal do Mangue, a de Carnas Verdes e o Abastecimento de Água, em que Rotschild intervio, enviando durante sua ausência na Europa o engenheiro ou preposto A. Gabrielii, recomendado ao Imperador e a Cote-gipe. Forneceram-lhe os estudos de Mauá, que reclamou. O governo achou que tinha direito a padir uma indenização. Desistiu de pleiteá-la, decerto por lha não convir desgostar o poder colossal do Kahal de Londres... (21). Com Idêntico silêncio resignado recebeu o protasto de suas letras em 1875. Como que sentia diante de si um poder mais forte contra o qual sabia ser Inútil combater...

Mauá tinha ainda interesses nos bondes da Montevidau, Paris, Bruxelas e Lisboa, através de Francisco Sabino de Freitas Reis, *brosseur d'affaires* internacional, assiduo freqüentador do clube ma-

çônico da Reforma, amigo de Mauá, da quem "recebeu sólido concurso financeiro" (22).

Sonhava realizar o Porto de Pamambuco, a Companhia Pastoral e Agrícola, e a Estrada da Ferro da Mato Grosso. Como diz o mordazmente o intlexível Zacarias, se mais mundo houvara lá chegara...

Por tudo isso a por mais alguma coisa que arreplava a **ditadura da moralidade** Imperial a qua nós ignoramos, mas o Chafe do Estado devia saber, havia entre D. Pedro II e Mauá "um surdo atastamento, um inexplicável antagonismo de temperamento, uma prevenção pessoal talvez." "O Imperador pareceu nutrir sempre prevenção contra Mauá", reconhece Alberto Farla e taliga-se em alinhar razões que pouco ou nada explicam. Olivalra Lima é mais concludente em poucas palavras: "O Imperador sentia à volta de si os apetites de fortuna" (23). Os apetites de Mauá, a contar pelo número de empresas e companhias, não eram nada pequenos.

Por mais que alguém se esforce em querer demonstrar o patriotismo e Idealismo de Mauá, embora se reconheça o que lhe deve o progresso material do país, se respeite sua moralidade comercial e o escrúpulo com qua ramiu as dívidas, é forçoso convir que manejava muitos negócios em muitos países de uma vez...

Sua realza econômica deveria ter leito na verdade clúmes **no alto**, como dizia. Quando em 1859 houve terrívelíssima crise comercial na Bahia, atribuindo-se a culpa ao governo, o povo pôs colches de luto às janelas e sacades na passagem do Imperador para o Norte. Dias após, de regresso da Europa, Mauá, criador e animador de indústrias, ere ali recebido com formidável ovação que mais o encheu de orgulho e capacitou do seu mesalanismo de fundador de um Império Industrial (24).

Os Mauá criam **empórios**. Um Império fie mala tino: nele palpita um Espirito que é comunhão de pensamento e força tradicional. Os negócios não têm poder para tanto. A espada da Caxias criou uma Ordem Imperial. À sua sombra banéfica, o talento de Mauá conseguiu criar um Empório qua alcançou o Prata e transbordou do continente. Esse Empório passaria breve a outras mãos. Da 1863 em diante a estrada da Mauá começa a empalidecer. É obrigado a se alegar deputado para defender seus planos diratamante. Já não está mais oculto. Revela-se para desaparecer. Em 1864, a segunda Intervenção do Segundo Reinado no Uruguai dá tim à posição privilegiada que lhe conferira a primeira, de qua lóra a alma, em 1851. Onze anos de decadência e, em 1875, quebra tragorosamente, porque lha desenvolvem saques sem a consideração da menor espara, como se a tarefa de

qua fôra encarregado astivesse finda. Resignava-se de maneira astra-nha.

Desde vários anos o **poder colossal** de Rotschild vinha substi-tuindo-o silenciosamente através dos empréstimos qua encalacravam dia a dia a Nação e interferindo com clareza ou não nos negócios que planejava. A **realiza econômica** do Império, criada por Mauá, **realiza oculta**, ecabou definitivamente nas mãos dos barões assinalados do gueto de Frankfurt...

Já na era da 60, William Dougal Christie, ministro de Sua Majes-tade Britânica no Rio de Janeiro, o da famosa questão qua tomou seu nome, ee dava conta da vasta "Influencia of capitalists" no Brasil e do "social power of mercantile and monatary Influence". Recorramos a esse observador oficial Inglês para sabermos de fonte limpa quam detinha tal influência e encontraremos a revelação esperada no que escrevia ao seu superior hierárquico, lord Palmerston: "Grandes capi-talistas e largamente anvolvidos nos empréstimos e especulações, que possuem **grande poder social**. São os SRS. ROTSCCHILD, agentee financeiroe do govarno do Brasil, negociadoree doe empréstimos bra-eleiroe que montam a multos milhõe, Incorporadoree de três compa-nhias brasileiras de estradas de ferro organizadas em Londres... Entre os diretoee des mesmae figuram em Londres homene de negó-cios, banqueiroe e membros do Parlamento, de eita poeção e grande Influência... Diveraee outras companhias ultimamente se formaram em Londree, com concessões e privilégios do governo bresleiro..." E acrescenta qua essa influência se fazia sentir através dos editoriale em defesa do Brasil publicados pela conhecida "Edinburgh Review", órgão sabidamente ligado aos banqueiros (25).

Rotschild destronava Mauá.

Rei morto — Rei postol

Vive o Rei!

## Capítulo VII

### A PATA DO LEOPARDO

O Império Britânico desenvolveu-se impelido pelo judaísmo internacional que dele fez seu campeão de domínio no mundo. A tal ponto que a British Israelite Association publicou uma brochura sobre a origem judaica da raça inglesa (1). As duas raças, a inglesa e a judaica, de modo tal se compreenderam, completaram e interpenetram que foi possível essa suposição. Roger Lambelin resume deste sorte a teoria: "Somente duas das doze tribus de Israel voltaram do cativeiro de Babilônia e repovoaram a Palestina, onde se achavam quando nasceu o Cristo. As outras emigraram para o noroeste da Europa e acabaram se estabelecendo nas Ilhas Britânicas. Invocam-se em apoio dessa tese considerações lingüísticas e comparações bíblicas e históricas... Mas o que está fora de contestação é o impulso judaico, que, de vários anos para cá, se manifesta no Reino Unido com energia crescente (2)."

O reverendo evangelista Allen desenvolveu a hipótese em livro curiosíssimo, no qual afirma que as tribus de Israel que não regressaram à Palestina, consideradas as **tribus perdidas**, vieram, através de mil vicissitudes, povoar as Ilhas do Mar. Dos filhos de Dan saíram os antigos Deneus ou Gregos, os Danaans da Irlanda, de raça real, os Denishs ou Dinemerqueses, que dominaram séculos o Septentrião. Da Dinamarca, **Denmark** ou **Dannmark**, e Merca de Den, o País mais avançado de Dan, saíram os Anglos e os Saxões, povoadores da Grã-Bretanha: Anglos ou Geels, originando-se da expressão **One Gael**, um Gael, a palavra **Angael**, que deu, mais tarde, **Angael-ah-men**, **English-man**, Inglês; Saxões, os antigos **Saca** de Heródoto ou **Scitae**, isto é, **Sach-sen** ou na verdade **Issac-sona**, os filhos de Isaac...

Segundo os estudos do mesmo autor, a tradição judaica da Inglaterra perdure até nos seus símbolos nacionais. Os chamados três leopardos passantes do brasão Inglês são simplesmente leões defor-

mados pela heráldica, com cauda de sarpe, como ainda se pode ver nos escudos dos selos medievais: os dois menores, na ponta a no meio, representam a Suécia e a Noruega, onde se fixaram aquelas tribus vindas da Ásia; o maior, no chefe, a Dinamarca, terra de Dan, que dominava antigamente toda a Escandinávia. O leão representa Judá; a cauda, a serpente de Dan, a que Jacob o comparou antes de morrer, segundo o Gênesis: — Dan, tu és a cobra escondida na poeira do caminho... A cruz de Santo André que figura sobre a outra cruz na bandeira, na Union Jack, simboliza as duas mãos de Jacob abençoando a prole. Os dois tenentes do braço são: o Leão de Judá e o Unicórnio de Efraim-Israel, isto é, juntas, a Judéia e a Samaria. E a casa real inglesa vem diretamente dos reis de Judá, cuja púrpura se conserva no pavilhão nacional e na farda tradicional dos soldados (3).

De fato, muitos e muitos séculos antes do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, já os judeus se haviam dispersado pelo mundo, sobretudo se infiltrando nas colônias fenícias e logo se apoderando do comércio nas cidades que lhes davam guarida. Na opinião de grandes e reputados historiadores, em Cartago dominavam mais os judeus do que os próprios fenícios e aquela Fé Punica a que aludiam os romanos nada mais era do que uma Fé Judaica.

Após a queda de Cartago — escreve o erudito Georges Barbrin — "os israelitas enxamearam por toda e parte no contorno do Mediterrâneo. Alguns chegaram ao estreito de Gibraltar e subiram ao longo dos litorais para o Norte." Alcançaram, assim, a Inglaterra. E, segundo o autor citado: "Os alexandrianos anglo-saxões pretendem que sua raça é a continuação da raça israelita a que foram mercados para grandes destinos. Argumentam com o fato do seu sistema de medidas ser o mesmo dos hebreus..."

Em verdade, quando acompanhamos a marcha dos elementos judaicos se enquistando nas várias civilizações, augurando-as e abandonando-as, logo que se acham de ouro, vamos encontrá-los, após Cartago, em Alexandria, em Bizâncio, em Veneza, em Lisboa, em Amsterdã e, afinal, depois de Israel, no pleno domínio do Império Britânico. Foram essas as etapas que o Judaísmo foi percorrendo até construir, em Albion, um trono de ouro sobre o mar, como dizia Ruskin.

D'Israeli, lord Beaconsfield, judeu veneziano de origem, fundador do Império Judaico-Britânico, foi uma criatura do Poder Oculto do Judaísmo. Este o lançou com uma propaganda hábil, como faz com as estrelas de cinema, e lavou-o até a presidência do ministério. Quem lê com a devida atenção os livros do famoso estadista "Conningsby"

e "Endymion", quem medita sobre seu tão felado "Aylesbury Speech" verifica que ela conhecia a fundo as **forças secretas** que regem os destinos do mundo. Confessa sua existência a cada passo. Confissões notabilíssimas, pertindo da quem pertem.

Freticamente, o povo Inglês chega a não existir. Reduz-se hoje à maruje dos navios e aos mineiros do carvão. À sombra das famosas leia liberais inglesas, a camarilha judaica se apoderou do país, datando os postos técnicos a de comando. O mundo tem a impressão de um governo Inglês e de uma política inglesa, quando o que exista, na verdade, é um governo judaico com uma política judaica, agindo sob a camuflagem de Nação Inglesa. Aíás, é o que recentemente ainda assegura um notável escritor neo-zelandês: "uma rodinha de judeua use do Império Britânico (4)." Usa e abuse.

Pondo da parte a veracidade das teorias de uma origem judaica do povo Inglês, a história mostra contudo a lenta e segura conquista da Grã-Bre-

tanha pelo judaísmo através dos tempos, desde Ovílvo Cromwell, protetor dos judeus, ligado secretamente aos hebraus da Holanda e de Portugal. Essa conquista arrancou aos reinos católicos da Ibéria o domínio do mundo, sua riqueza econômica, passando-a às mãos de uma emporocracia talassocrática protestante-judaica, primeiro instala-



Caricatura de Rothschild (1840). Trepado no seu cofre, o barão assinalado dirige por uma cordéa a égula bicéfala do Império Austro-Húngaro; do mesmo modo dirige o leopardo Inglês...

da nas Províncias Unidas dos Países Baixos, depois no "navio que Deus na Mancha ancorou".

A conquista revela-se a olho nu em 1830, quando os judeus iniciam a luta pela abrogação do juramento cristão que lhes impedia o



O Almirante Joaquim Marques Lisboa, marquês de Tamandaré.

exercício das funções públicas. Em 1844, essa fórmula foi revogada para os cargos de caráter municipal. Os judeus penetraram na vida pública dos municípios. Em 1847, Lionel Rotschild, lord e barão, fez-se eleger deputado por Londres, mas teve de renunciar por ter sido rejeitado o **Jew's Bill**, que eximia os israelitas daquele juramento



na Câmara dos Comuns. Em 1851, o judeu David Salomon, também eleito deputado por Londres, repellu o juramento e só se retrou do recinto compelido pela força. Um ascândalo encomandado a um judeu de categoria mais inferior, porque o barão Lionel não o poderia dar... Em 1858, Lord John Russell, criatura do judeísmo, propunha uma lei qua omitia do juramento incriminado as palavras **on the true faith of a Christian**, pela verdadeira fé de cristão, abrindo as portas do Parlamento e do governo à judiaria todo-poderosa. A Inglaterra caíra definitivamente em suas mãos (5).

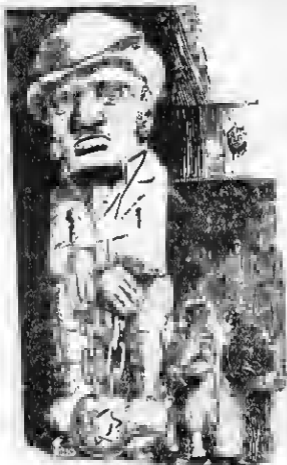
O bastão de lidar da Câmara dos Comuns foi um dia empunhado pelo judeu Benjamin d'Israel, depois lord Beaconsfield. "Cedo convertido à Igreja Anglicana, a exemplo do Ricardo e Goschen, não deixou por isso de servir mais eficazmente às aspirações e aos interesses de Israel. Quando chegou a ministro, pode-se dizer que era a IDÉIA JUDAICA que chegava ao poder." Defendeu-a como escritor e como estadista, imaginou mesmo uma teoria racista, antes de Gobineau, provando que só as raças puras têm superioridade real no mundo e que, entre essas raças, a mais brilhantemente pura é a israelita. Toda a sua vida pública se inspirou nesse pensamento e "poucas pessoas na Inglaterra e na Europa o compreenderam e previram as consequências de sua política orientada fundamentalmente judaica (6)."

Ele criou o Império Britânico, pondo o coroa Imperial das Índias na cabeça da Rainha Vitória e dominando o famoso Congresso de Berlim. À sombra de seu prestígio, a Inglaterra se encheu de judeus fugidos aos guetos da Alemanha e da Áustria.

Desde o século XVIII o leopardo judeu-inglesês pusera a pata dominadora sobre a península Ibérica, enfraquecida na luta contra o judaísmo acastelado nos países protestantes do Norte. A guerra da Sucessão de Espanha permitiu que a bandeira vermelha de Israel-Alblon tremulasse em Gibraltar e que, pelo tratado de Alhambra, o judeu reinasse mercantilmente sobre a Índia portuguesa, como escreveu Oliveira Martins. Esse reinado prolongou-se sobre a América Espanhola e sobre a América Portuguesa, quando a Inglaterra se tornou, depois de Trafalgar, senhora incontestável dos mares.

Sua intervenção é constante. No transporte da D. João VI, eca-pa aos franceses; na abertura de nossos portos ao comércio do mundo, então comércio unicamente inglês; nas lutas da independência. Quando nos separamos de Portugal, a Inglaterra nos ajudou com jeito e negociou o reconhecimento de nossa emancipação. Um diplomata britânico revela que, então, lord Canning quis fazer do Brasil "um Império dependente da Grã-Bretanha" (7). A maçonaria inglesa exar-

cação preponderante nas revoluções internas do nosso país através de agentes de toda a casta, inclusive o general Miranda. Imiscui-se no Prata, onde desembarca tropas. Intervém na questão de Cisplatina e na guerra do Coreio de 1825 a 1828. Pelo tratado comercial que celebra com o Império em 1827, é tal o tratamento preferencial que recebe que as rendas do Brasil se tornam insuficientes para as suas despesas (8). Os déficits obrigam-nos a empréstimos onerosos com os judeus ingleses, que nos escravizam. Não podendo pôr o pé no continente, a Inglaterra ocupa em 1842 as Malvinas, roubando escandalosamente um pedaço do solo argentino, como quis fazer com a Trindade nos nossos dias. Oculta ou aparente, a **pate do leopardo de rabo de serpente** está em tudo e em toda a parte na história de América Meridional.



John Bull acorrentado por Israel  
(Caricatura Inglesa)

A questão Christie em 1862-1863 é o resultado fatal de todos esses antecedentes.

Tentativa do Império Judaico-Britânico para humilhar o Império Cristão-Brasileiro que se fortalecia e poderia escapar ao seu domínio. A onda veio se formando de muito longe até chegar a reventar com estardelheço e espumareda na praia.

Em 1862, ao **ministério dos três dias** de Zacarias de Góia e Vasconcelos, sucedia o chamado ministério dos Velhos, composto de antigos estadistas, cabeças encanecidas ao serviço da pátria nas lides da administração e da política, com o marquês de Olinda na presidência, representando o passado, a tradição, o conservadorismo puro, que voltava à tona após a Conciliação realizada pelo marquês do Paraná, já falecido, a qual muitos tinham denominado com ironia a Confusão. Nesse ministério, o mais moço, Cansação de Sinimbu, contava cinqüenta anos. Os outros eram homens ainda do tumultuoso período da Regência. Um gabinete de bom senso, equilíbrio político e trabalho. A pasta dos Estrangeiros com Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, em cujas mãos ia estourar a bomba (9). As mãos eram firmes, porém.

Desde a tarifa preferencial de 1809, imposta pela **pate do leopardo** ao Brasil-Reino, que a pólvora para essa explosão se acumulava. No Segundo Reinado, os agravos entre o Império e a Grã-Bretanha chegaram ao ponto de D. Pedro II fazer pouco caso do enviado extraordinário Sir Ellis, em 1842, e da Rainha Vitória recuar a grã cruz do Cruzeiro. A questão do tráfico negro se envenenava desde a aurora do Primeiro Reinado. Canning, querendo realizar o domínio sobre o Império, após o reconhecimento da Independência, conseguiu a convenção de 23 de novembro de 1826 para a supressão do mesmo tráfico. Era desmantelar economicamente a nação que nascia. Por essa convenção, ficava estipulado que três anos após a troca das ratificações do tratado de reconhecimento da Independência por Portugal, portanto em 1829, o tráfico seria considerado pirataria. Renovavam-se mais as disposições do tratado entre a Grã-Bretanha e Portugal de 22 de janeiro de 1815 e convenção adicional de 28 de julho de 1817. Por isso, o governo Inglês entendia que todo escravo entrado no Brasil depois de 1830 estava ilegalmente escravizado e era livre de pleno direito. Era, por exemplo, a tese de Christie (10). A "polícia violenta do tráfico" exercida pelos cruzeiros britânicos criava uma excitação pública, que aumentara sobretudo depois de 1844. O estopim da bomba lora o Bill Aberdeen, sujeitando as presas do contrabando de escravos aos tribunais da Inglaterra.

Sucediam-se amiudadamente incidentes desagradáveis, culminando no dia em que a fortaleza de Paranaguá trocou tiros com a fragata "Carnarath", que perseguia rente à costa um brigue brasileiro. Demais, além da polícia do tráfico, o Inglês pretendia atuar, com o pretexto do combate à escravidão, na economia interna da nação, fiscalizando o destino dado aos **emancipados**, aos negros apreendi-

dos am contrabando, qua a lei considerava livres a o Govamo Imperial aiugava a particulares ou aldeava am colônias até qua estivessem devidamente preparados à vida de cidadãos (11).

Em verdade, a ascravidão ara uma ignomínia, porém passara ao rol dos fatos naturais e sobra ala rapousava a economia nacional. Não era possível aboli-la subitamente, sem cuidar da substituir convenientemente a mão-de-obra. Seria atirar o país de sopetão à miséria a os próprios escravos a uma situação trista a perigosa por não estarem preparados para a liberdade. Os estadistas do Império reconheciam a necessidade de realizar essa obra social gradualmente, sem atentar de choque contra a organização econômica da nação e contra a propriedade particular garantida pela lei. Muito complexo, o problema não podia ser resolvido às pressas. Se à Inglaterra convinha e desarticulação da agricultura brasileira, da riqueza nacional, e fim de que prosperassem suas colônias, isso naturalmente não convinha ao Brasil.

Começou-se com Euzébio de Queiroz pela repressão do tráfico como pirataria em 1850. Repressão difícilmente numa linha de costas formidável como e do Brasil. Os navios negreiros, sempre pequenos, brigueiros, patachos, escunas e palhebetes, zombavam dos cruzadores imperiais e ingleses, entravam em qualquer porto ignorado, escondiam-se por trás das ilhas, fundeavam nos canais e enseadas, a encontravam a melhor acolhida da parte da população que precisava sempre de trabalhadores domésticos ou agrícolas. As autoridades às vezes eram cúmplices do contrabando, de outras cediam à pressão da opinião geral. De fato, carregamento de negros entrado num porto-zinho qualquer era carregamento salvo e lucrativo. Na verdade, "o tráfico tinha por si tudo e a todos — da moral aos costumes, dos interesses ao patriotismo, ricos e pobres, grandes e plebeus. Contra eó as leis, os tratados, os ingleses, as autoridades, o governo. Levantavam-se vozes no parlamento para excusá-lo. A reação dos representantes nacionais contra os excessos ingleses justificava, indiretamente, o comércio negreiro". A repressão dava lugar "a uma tela de complicações", desde os empanhos políticos às indenizações aos particulares prejudicados (12).

Além disso, o alto comércio de escravos desfrutava uma situação de influência preponderante, graças ao alatoralismo corrupto do sistema parlamentar. Os grandes negociantes da carne humana qua a forneciam aos fazendeiros caracidos de colonos, mediante hipoteca de suas fazendas, se haviam transformado em maros especuladoras e apoderado da propriedade territorial (13). Ditavam leis. Manejavam jornais. Influíam na política. Eram uma verdadeira potência, tanto no

Brasil como nos portos de embarque da costa d'África, onde a caçada aos negros se fazia com os maiores requintes de selvagerie. Entre eles, como principais, os cristãos novos Foneecas, firme poderosa do Rio de Janeiro, com ramificações dentro e fora do país. Todos os que se ocupavam do infame comércio, quer os que exportavam escravos, quer os que os transportavam, quer os que os importavam no Brasil, em Cuba e em outros pontos da América, se ligavam na mesma solidariedade. Verdadeira **societas acclerla** (14).

A pata do leopardo dava razões de humanidade para cobrir e prática de seus excessos contra a nossa soberania. Ficava-lhe aparentemente muito bem a atitude hipócrita. "A Inglaterra — escreve Wenderley de Pinho —, acordando, **por motivos mais econômicos** do que políticos ou humanitários, no coração de seus estadistas, uma seródia filantropia... se fazia libertadora, depois de explorar o comércio de escravos até as vésperas de se resolver a persegui-lo (15)." O que o judaísmo Inglês não queria era o enriquecimento e fortalecimento do Império Brasileiro. Pobre, encastrado de dívidas, seria seu escravo. Tanto assim que os filantropos e anti-escravistas Ingleses transportavam os negros apreendidos às suas possessões nas Antilhas, Barbados, Santa Lúcia, Trindade, Bermudes, Bahamas, Jernica, onde os entregavam aos colonos sob o rótulo de **prendizes**, com o prazo de este ano de trabalho forçado, verdadeira escravidão disfardada com o letreiro de **prendizagem da liberdade**... (16)

Nas "Vozes d'África" e no "Navio Negro", o gênio de Castro Alves cantou a triste sina dos escravos trazidos de costa d'África nos veleiros brigueiros e traficantes sem alma. Mas, nesse caso, a poesia ficou além da realidade. A mercadoria humana atulhava currais nos portos de embarque como verdadeiro gado e era lançada encadeada aos porões lóbregos e imundos. Pasto de doenças e epidemias, sem a menor higiene, nus, mal alimentados, feridos pelos grilhões que lhes estorvavam qualquer rebeldia, fazendo onde estavam suas necessidades, os infelizes pretos morriam às chusmas e eram lançados ao mar. De muitas milhas ao longe — depõe um oficial da marinha Inglesa — se sentia o fétido de um navio negro. Comércio monstruoso e navegação monstruosa, exercidos por homens sem o menor escrúpulo, e escória da sociedade, a salubridade dos portos, a rafaméia das cidades. Capazes de tudo. Os grandes lucros faziam com que se arriscassem a afrontar os cruzeiros nacionais e Ingleses. Os rigores destes últimos dificultavam a navegação, obrigavam a manobras e fugas, a longos bordejos sem água e sem bolacha, no fim da travessia, ao fechamento completo dos porões. Quem sofria era a carga. De

modo qua a **filantropia** inglesa piorava as condições dos negros transportados.

Nenhuma nação do mundo tivera mais escravos, tinha-os naquela tempo a continuaria a tê-los até hoje sob formas disfarçadas, como nas minas da diamante da África do Sul, do que a liberal e judaica Inglaterra. Da rapante, ante o crescimento do Brasil, cuja agricultura se desenvolvia com o auxilio do braço africano, fadando-o a glorioso destino, o judaísmo se alarmou e impeliu o governo de Sua Magestade a Rainha Vitória a assumir papal simpático da defesa da liberdade dos pretos **destinados ao Brasil**.

Assumiu-o à maneira inglesa, quando o Inglês se aente forte. Semeou o Atlântico de cruzeiros e desmandou-se na repressão, fiado na profação de suas esquadras. A imprensa facciosa açulava os Ingleses aqui de dentro, balla-lhes palmas, fazia de seus desacatos à soberania nacional arma de combate ao partido no poder. Chegava até a defender o estrangeiro contra o Império. Por isso, ele se não contentava somente em apreender a escravaria furtivamente da Outra Banda, mas entendia confiscar os negros transportados de uma provincia para a outra, por via marítima, com todos os documentos legalizados. No meado do século, devido ao crescimento sem par das lavouras paulista, fluminense e mineira, com a "atração do café", as populações frabalhadoras emigravam do Norte para o Sul. Houve verdadeiro êxodo. Naturalmente, a mão-de-obra negra também era transferida, o que fazia minguar a vida agrícola da Bahia, do Nordeste todo, mesmo do Maranhão e Pará, sendo o começo de decadência econômica dessas regiões (17).

Os cônsules britânicos intarvinham com alarde nos processos dos negreiros surpreendidos em flagrantia pela policia Imperial. Queriam, às vezes, favorecer protegidos seus, como o maçon Menezes Drummond no famoso processo de Serinhaem. O rito de York era solidário, **apesar da filantropia**, com os Filhos da Viúva negreiros arapelhados. A legação inglesa tomara teus altitudes que — como declara Nabuco — se fornara aqui verdadeira Anfi Slavery Society (18), a qual já dirigira um Mamorial ao Imperador. Parece qua a legação não tinha outra finalidade. Em Londres, formavam uma franta única contra o Brasil, arrasando-o na tribuna e na imprensa, Aberdeen, Paer, Lyndhurst, Russall, Pollock, Thesiger, Palmerston. Em julho da 1861, lord Palmerston daclarava na Câmara dos Lords que o Brasil violava flagrantemente todos os seus compromissos em matéria de repressão do tráfico e não atendia sequer às reclamações que lhe eram dirigidas sobre a entrega das listas dos negros livres (19).

Por mais que se esforçasse em combater o tráfico desde a promulgação da lei de 1850, o Governo Imperial não podia, devido à complexidade do problema, acabar com ela de dia para a noite, sobretudo quando era visível o intuito do leopardo judaico de comprar uma briga, a fim de nos humilhar à sua potestade. Daí os atritos saguidos, constantes, que acabaram rebentando na questão Christie, em 1861-1862, do nome do ministro Inglês no Rio de Janeiro — William Dougal Christie. Tinha sido representante da Inglaterra em Buenos Aires, durante a presidência da Urquiza, que não nos perdoava termos entrado na capital de sua pátria com armas e bandeiras, embora para dar-lha o poder. Ali bebera uma grande prevenção contra o Império. Era criatura da lord Palmerston, amigo fiel de Rosas, que havíamos expellido da Argentina. A ação do seu protetor na Câmara dos Lords contra o Brasil foi tão inamietosa sempre que houva quem da própria tribuna parlamentar o acusasse de "inveterada hostilidade contra o governo brasileiro" e, mais ainda, de "daspelto" (20)! Lord Russell, ministro de Estrangeiros, o apolava. Christie julgou que podia abusar de sua situação.

A questão nagreira envenenara as relações britânico-brasileiras. Sobretudo por causa dos **emancipados**, negros tomados aos contrabandistas que eram pelos tratados considerados livres e cujo destino a Inglaterra entendia fiscalizar dentro do Império. De 1846 a 1850, época da lei Euzébio de Queiroz, baseando-se nas convensões anteriores, que consideravam o tráfico pirataria, o ministro Inglês James Hudson levava o tempo e fazer sucessivas reclamações a respeito. Christie retomou-se com aspreze. Entendia que o Brasil era responsável perante a Grã-Bretanha pela sorte dos **emancipados**. Queria saber, como ascrevia em nota a lord Russel, quantos existiam entre 1830 e 1845, desaparecendo-se por não haver estatísticas. Entrava até na questão do pagamento devido pelo Governo Imperial aos **emancipados** e não queria acalhar o encontro da conta com as despesas de reexportação de negros para a África. Condenava o Governo do Brasil por tratar como escravos africanos livres e reclamava furiosamente só ter sido a sua nota de 11 de novembro de 1860, sobre a suspensão dos processos da comissão mista de repressão, respondida em novembro de 1861. Fazia-se eco de todas as reclamações dos ingleses no nosso país, justas ou injustas, mesmo as contra a aplicação do tratado preferencial, em consequência da tarifa protecionista de 1844. Era um nunca acabar de reclamações. Algumas acrimiosas (21).

A escravidão era — na frase de grande escritor — uma "anomalia consagrada" pelo uso secular e pelas leis do país; era uma "chaga que interessava órgãos vitais". A Grã-Bretanha chegava-lhe o cautério brutalmente, porque não eram seus os órgãos vitais atingidos... Ajudar a Independência do Império, diplomaticamente, porque isso desmembrava Portugal e criava uma nação nove que podia vir a ficar na sua órbita de influência. Portugal isolado foi presa fácil para os dentes do judaísmo britânico que o triturou até Salazar... Logo no tratado de reconhecimento de emancipação brasileira se meteu a cláusula **humanitária** contra a escravidão, que privaria a nove nação de sua base de trabalho, a empobreceria e a tornaria o que sonhava Canning — um Império dependente de Inglaterra...

O tumor que se vinha formando nas relações do Brasil com a Grã-Bretanha supurou em 1861. Nesse ano, deu à costa do Rio Grande do Sul a barca inglesa "Princa of Wales". Os pescadores e moradores da redondeza pilharam os esquadras, matando ou ferindo os homens da tripulação que os quiseram defender (22). O governo inglês reclamou energicamente contra os ladrões e assassinos. Ainda se não resolveu esse incidente, quando surgiu outro. A 17 de junho de 1862, três oficiais de fragata inglesa "Forte", surta no porto do Rio de Janeiro, à paisana e bastante alcoolizados, desacataram um posto policial na Tijuca. Presos, logo que o delegado os identificou, os pôs em liberdade e pediu desculpas. Christie não se conformou: tomou o plânco na unha, agarrando no ar o pretexto para tentar humilhar o Império. Quando vemos nos nossos dias os Estados Unidos aceitarem excusas e satisfações pelo afundamento de canhoneira "Penney" por aviões japoneses, verificamos o irrisório motivo de questão Christie e que, quando se têm canhões, se podem afundar navios de guerra, e, quando se não têm, não se podem nem prender no seu território oficiais de marinha bêbada e malcriada...

Christie considerou ofendida a dignidade da marinha inglesa e exigiu maiores satisfações. O marquês de Abrantes, ministro de Estrangeiros, negou-se dignamente a dá-las. Lord John Russell, criatura dos judeus, como vimos no início do capítulo, apoiou as notas de Christie, dizendo-lhe que usasse de medidas extremas, mas como último recurso. Apaixonado pelo caso e já de longe data empenhado, o diplomata somente se impressionou com a facilidade de recorrer àquelas medidas. Perdeu a tramontana e lançou mão delas, ordenando represálias imediatas. "Gastou — escreve Pedro Calmon, blogrelando o marquês de Abrantes — numa demonstração inútil de força o prestígio que detinha, e arrestou sua bandeira e uma aventura que a



daslocou para sempre das águas territoriais sul-americanas. O incidente terminou pior para a Inglaterra, porque fez suceder à atitude militar, de desforra, uma atitude pacífica, de conciliação, que foi em parte rejeitada pelo Governo Imperial; e porque, reconhecida a razão que nos assistia pelas nações estrangeiras, houve mais tarde de dar ao Brasil cabais satisfações pela injúria cometida (23)."

**A pata do leopardo** deu a pancada no vácuo... O Império não estava no lugar que pensava. Erro da pontaria... Christie dirigiu um ultimatum ao Governo Imperial, a 5 de dezembro de 1862, juntando o caso da "Prince of Wales" ao caso da "Forte". A 18, o marquês de Abrantes respondeu sem pressa que ia submeter tudo diretamente ao Foreign Office. O ministro protestou em nota do dia 20: não aceitava o entendimento direto do Governo Imperial com o Governo Real e daria as ordens necessárias ao chefe da estação naval no Rio de Janeiro para conseguir pela força a reparação exigida. Perdeu completamente a calma. Abrantes conservava uma serenidade olímpica que lhe daria a vitória.

Replicando a Christie, o marquês declarou echer preferível sofrer quaisquer males e sacrificar o decoro e a dignidade do Império, apelando para o juízo das nações civilizadas. No dia 30, o representante britânico ordenou ao almirante Warren que iniciasse as represálias. A 31, ele apreendeu à vista da barra cinco navios mercantes brasileiros. Levarem a notícia e Abrantes, quando jogava a volante, em grande moda na época. O marquês limitou-se e sorrir... (24)

O povo emontava-se nas praças e ruas principais, fervendo de indignação. Oradores populares atacavam violentamente a Inglaterra. Foi preciso a polícia guardar a legação britânica para evitar o irreparável. Diante da calma de Abrantes, Christie começou a sentir-se acobardado. No dia 1<sup>a</sup> de janeiro, enviou uma proposta de solução do litígio por arbitramento. Sentiu que avançara demasiado, que estava às portas de uma guerra injusta e desnecessária. Quis recuar. Abrantes acedeu a entrar em conversações. Reuniu-se o Conselho de Ministros, deliberou e resolveu acatar o arbitramento para o caso dos oficiais de "Forte", mas limitando-se o árbitro a responder a esta simples pergunta: houve ofensa à marinha inglesa? Quanto ao caso da "Prince of Wales", o Governo Imperial pagaria em Londres a indenização reclamada de £ 3.200 sob protesto. Discutir-se-ia depois. Ao tomar conhecimento destas resoluções, Christie lembrou o veto possível do Foreign Office. Abrantes manteve-se firme e ali cedeu, cessando as represálias e relaxando as presas.

Em março de 1863, desorientado, o ministro inglês abandonou o Brasil, embarcando na fragata "Forsyth". Andava de mão em mão um folheto em que era pintado com grande crueldade a sua teva imenso êxito, "O governo Inglês e a lógica do canhão". A voz do povo atribuía sua eutória ao próprio Imperador. A questão Christie em verdade fôra uma patada. Vimos as razões ocultas que a determinaram. Houve quem se pressantisse naquela época. A 8 de janeiro de 1863, Samuel Viena escrava a Colegiado: "...nunca pensei que tão subitamente surgisse um **casus belli** tão ridículo quanto iníquo e violento. Para mim isto é mais do que **le commencement de la fin**. Dado o primeiro passo virão logo e intimação positiva para o tratado, a reclamação dos 60 mil contos de despesa feita com os cruzeiros por cause do tráfico, a renovação da questão sobre os coneuledos, a emancipação dos escravos existentes, etc., etc. **DECIDIDAMENTE A INGLATERRA VÊ E CALCULA QUE ESTE GIGANTE DA AMÉRICA DO SUL, APESAR DE TUDO, CRESCE E CRESCE, E ISTO NÃO LHE CONVÉM, é pois preciso epoquentá-lo e não hesita em fazê-lo...**"

Apesar do ofarecimento de mediação do rei de Portugal, o árbitro escolhido foi Leopoldo I, rei dos Belgas, que pronunciou sentença inteiramente favorável ao Brasil. As negociações diplomáticas, porém, permaneceram rolas entre a Inglaterra e o Brasil até 23 de setembro de 1865, quando, no acampamento de Uruguelena, cercados os peregrinos de Estigarribie pelo Exército Imperial, o enviado extraordinário Thornton se apresentou a D. Pedro II para dizer-lhe que o governo da Sua Magestade e Rainha Vitória escitava e decisão do Rei dos Belgas e estava disposto a nomear ministro para o Rio de Janeiro, logo que o Imperador quisesse raalar as boas relações. Devia-se assa pelo resultado final à mediação do Rei de Portugal por intermédio de seu representante em Londres, o conde de Levedio (25). Davia-se mais ainda eo comércio importador e exportador da Inglaterra, sobretudo das praças de Manchester e de Londres, que, vendo prejudicados seus interesses diretos, desde o princípio da questão se tinham mostrado favoráveis ao Brasil.

## Capítulo VIII

### O POMO DA DISCÓRDIA

O Uruguai foi sempre — como o definiu Joaquim Nabuco — “o mais delicado e perigoso problema da nossa política exterior (1)”, como da discórdia com a Argentina e o Paraguai. Ali se chocaram na última investida a conquista bandelrante e a conquista espanhola. Os portugueses queriam o Prata como limite natural ao Sul; os castelhanos queriam esse limite na altura da Ilha de Santa Catarina, em obediência aos ditames do tratado de Tordeellas. Dos avanços e recuos, sancionados pelas armas ou pelas convenções, sobrou afinal a Independência uruguaia. Os limites variaram ao sabor daquelas armas e convenções do Arapeí ao Prata até se fixarem na Ilha do Chui ao Quaraim pelo Jaguarão e o divisor do Aceguá. Mas a penetração brasileira continuou além da rala até hoje.

Entre o Prata e seus afluentes, e o Brasil, as mesopotâmias que Teófilo Ottoni chamava com propriedade “os ducados do rio da Prata”. Cansação da Simbu quisera-os independentes como Estados-tampões entre a ambição sempre renascente do Vice-Reinado platino e a estabilidade brasileira. O sonho da reconstrução do Vice-Reinado às vezes se aumentava com o da conquista, separação ou absorção do Rio Grande do Sul, como ao tempo de Rosas. Sarmento, a maior cabeça da Argentina, queria a formação dos Estados Unidos da América do Sul, compreendendo o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, com sua capital, Argirópolis, a Cidade da Prata, na ilha estratégica da Martín García (2). Elizalde acrescentava-lhes, talvez como reminiscência da antiga Audiência de Charcas, a Bolívia (3).

Em todos esses **ducados** — Uruguai, Corrientes e Entre Rios, imparava desenfreada caudilhagem militar com seu cortejo de horrores; mas, devido à penetração de alamanos brasileiros além fronteira e das condições importantes da sua situação geográfica entre o rio Uruguai, o Prata e o oceano Atlântico, em nenhum dalse eram tão grandes os interesses do Brasil em ter vizinhança calma e ordeira,

como no primeiro. A anarquia da época de Artigas obrigara o Brasil-Reino a conquistar e incorporar a Cisplatina. Não podendo conservá-la, o Primeiro Reinado outorgara-lhe a independência. O Segundo Reinado valava por essa independência, a fim de se não astender a Argentina até ali e proteger os súditos imperiais residentes no território fronteiriço. Não tinha outros intulos, embora pelo fato de já ter sido a Banda Oriental provincia nossa, muitos pensarem que ainda meditéssemos desejo da conquista.

Desde a paz de 1828, a política do Brasil no Prate demonstrara um "desinteresse em exemplo". É a confissão clara e explícita do eminente D. Andrés Lamas (4). Fazendo guerra a Rosas, dele livráramos a Argentina e libertáramos o Uruguai da seu asseda, Oribe, o Corta-Cabeças. Nada padimos em pagamento de tão grandes serviços, nem dinheiro, nem compensações territoriais, nem tratamentos preferenciais. Em 1854, quando chegou ao auge a luta dos caudilhos e o governo oriental se viu sem forças para resistir à onda da anarquia que assolava o país, pediu ao Governo Imperial mantivesse a ordem interna. Mandou-se ao Uruguai uma divisão do Exército sob o comando do general Francisco Félix de Fonseca Pereira Pinto, férreo soldado, a qual lá permaneceu por espaço de uns dois anos, ocupando e policiando o território, tendo sido o mais louvável possível o seu procedimento e havendo povo e governo solenemente reconhecido sua disciplina e moralidade (5). Retirada a divisão brasileira de ocupação, renasceu a agitação caudillesca, culminando em 1858 no horrível crime de Quinteros.

O general Anacleto Medina cercara ali os revolucionários inimigos do governo **blanco**, que capitularam com todas as garantias. A capitulação, porém, foi violada por ordem oficial vinda de Montevideu e 152 pessoas foram fuziladas ou degoladas friamente. Entre elas, o coronel Cesar Diaz, herói da batalha de Caseros (6).

A caudilhagem à solta rodoplava pela campanha, depredando as propriedades dos brasileiros estabelecidos no Uruguai. Às vezes, vinha mesmo praticar desatinos no território do Brasil. Responderam-lhe os rio-grandenses com as famosas **califónias** ou expedições punitivas, entre as quais ficaram célebres as de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, o Moringue. Refugavam-se no Rio Grande os vencidos de qualquer cor política e logo vinha a acusação de que o Império os protegia. Ao partido vencedor também se acusava sempre de receber auxílio do Brasil, de estar a serviço do Brasil (7).

Essa acusação pescou especialmente sobre Venâncio Flores muito antes do Império se manifestar em seu favor. Em 1855, fôra

apeado do poder por uma revolução e exilara-se em Buence Aires, onde lhe dsram a melhor acolhida. Conseguira as boes graças de Mitre. Seu pensamento fixo era, naturalmente, reconquistar a pátria e o poder. Em 1863, com três companheiros apenas, surgiu no Rincão das Galinhas e fez uma proclamação entuslástica aos seus patrícios. Vinha librtá-los oa odlosa tirania do partido **blanco**, Impopularizado pela matança de Quinteros. Dentro sm pouco, chegava a Mercedes com quinhentos homens. Desbaretou, depois, os governistas em Coquilmo e Las Cañas. Sua Cruzada Libertadora eteou no país o Incêndio da guerra civil, que trouxe, tento na presidência de Bernardo Berro, até 1º ds março de 1864, como na de seu sucessor, Atanasio Aguirre, os males vexames e atribuleções aos brasileiros residentes ou propriatários no Uruguai (8).

Esses vexemes e atribulações repetiam-se a cade passo, sobretudo nas zonas próximas da fronteira, em Montevideú e Paisandu, dando origem a Incidentes desagradáveis. Ora eram propriedades saqueadas ou incendiadas, gados roubados ou destruidos; ora, indivíduos lorçados eo serviço militar nas hostes do governo ou vítimas de surras e meus tratos (9). O Império epresentava consecutivas reclamações ao governo uruguai que edlava as soluções, ludia as perguntas, nageve os informes, entrava no caminho das evasivas ou protestava com veemência contre as **califónias** ou represálias fronteiriças. Os brasileiros residentes ne Bande Oriental enviaram ao Rio de Janeiro como seu representante o general Antônio de Souza Neto, antigo chefe farroupilha, portador de um Apelo, que era quase uma Intimação ao governo que eles entendiam os ebandonava à senhe dos caudilhos estrangeiros: "Temos direito à voesa proteção ou devemos contar somente conosco (10)?" Hevia nessas palevras qualquer coisa do antigo sentimento revolucionário do Rio Grande do Sul que alar-mou as esferes políticas e governamentais.

O general Neto Incendlou as mentes no Rio de Janeiro. Os agravos que nos faziam estavam a exigir pronte e sumária justiça. O clamor das ruas queria a guerra a todo transe. Os próprios maçons liberais como o conselheiro José Marla do Amaral, Teófilo Ottoni e o marquês de São Vicente, Plimenta Busno, accorrram em apolo do seu Irmão tripingado e Farrapo, declarando-se partidários de uma Intervenção rápida e enérgica. O Imperador temia que ela dessncadeasse a luta em todo o rio da Prata (11). Naturalmente, D. Pedro II, que não raciocineva preso às ideologias das sociedades secretas, nam com elas mantinha o menor comércio, mas com o espirito livrs, desembaraçado, sempre Inclinado ao dever de ral e ao bsm do seu povo,

compreendia que havia outras forças por trás da injustificável arrogância provocadora do governo uruguaio. Essa força era o Paragui, isto é, Francisco Solano Lopez, "e Incógnita que ninguém resolvera... (12)"

A prudência imparcial clamava por esse grave motivo a solução do caso, embora já tivesse enviado para as águas urugueias os navios de guerra do almirante marquês da Tamandaré, cuja bravura e brasilidade mereciam a confiança da nação. Ele seria ele, de fato, o "árbitro político", se a maçonaria o não impedisse de atuar como queria, lançando mão de outros homens e de outros meios. Árbitro político, chamou-lhe um historiador militar, mas esqueceu de elinher as razões que destruíram a sua ação (13).

Uma força financeira se agitou contra a guerra em perspectiva: Mauá. Escreveu nos jornais, entendeu-se com os pró-homens do regime, esforçou-se em pintar o abismo para que lá correr o Governo Imperial, intervindo no Uruguai. Por toda e parte dizem que eram os interesses do Banco Mauá em Montevideu que estavam berrando. Na verdade, Irineu Evangelista de Souza emprestara dinheiro seguidamente ao governo **blanco** de Bernardo Berro, enquanto durara a paz com o Império e mesmo após a cruzada de Flores. A entrada do Brasil em guerra e a queda daquele governo e a subida dos **colorados**. Mauá procurou garantir-se e procurou o general Flores, que consentiu em ouvi-lo, como enviado semi-oficial do governo **blanco**. Não se sabe o que o financeiro e o caudilho conversaram em segredo. Mauá tinha grande prática desses entendimentos entre caudilhos e tiranetes platinos. Em 1859, fôra o grande intermediário do governo de Buenos Aires junto a D. Justo José de Urquiza (14). Santa que a guerra e a crise o fim de sua realza econômica no Brasil e no Prete, reeleze já abaleada. Combatia por isso a guerra. Tinha razão o povo em dizer que os seus interesses barravam.

Com efeito, o grande declínio de Mauá começou em 1864, com a vitória dos **colorados** sobre os **blancos**. Barro, a quem emprestara somas importantes, foi substituído a 1ª de março por Aguirre. O auxílio do Império a Flores, dando a esta a vitória, criou situação difícil para a casa Mauá, suspeita de simpatias pelos **blancos**. No Brasil, a crise daquele ano, verdadeiro "rabato popular", determinara a queda dos bancos, fechamento das casas bancárias, firmas e lojas abaixo, aglomerações nas ruas, gritarias do povo, esgotamento das reservas metálicas e decretos de curso forçado do papel-moeda, criando grandes tropeços aos negócios de Mauá. Era uma crise de "maior complexidade" que sobrevinha da repente às portas da guerra estrangeira

como uma reencarnação da de 1857 (15). Mais um golpe desferido da sombra na economia nacional pelo judaísmo bolsista.

Durante a guerra, que logo se eucedeu à do Uruguai, Mauá se encarregou de transportes e fornecimentos, mas de modo limitado. Um desses fornecedores fez a pedido de seu amigo, o visconde do Rio Branco (16). O governo brasileiro abandonou-o de vez, sobretudo depois do terceiro ministro do Inflexível Zacarias de Góis e Vasconcelos. No Uruguai, o partido **colorado** perseguiu-o como pôda. As sucessivas revoluções, uma de quatro em quatro meses, arruinaram-lhe as empresas e dificultaram-lhe as transações. Quando chegou **o ano terrível**, 1875, houve um dilúvio de emissões e os bancos sofreram. O de Mauá fechou as portas. Onze anos antes ele clamava contra a guerra, advinhando o fim que o esperava.

"Representante desinteressado da civilização na América Meridional (17)", o Império não desejava nem provocava a guerra; mas não fugiria a esse recurso extremo, se a isso o compelssem. Forçado pelo clamor público contra as tribulações e vexames sofridos pelos brasileiros, enviou em missão especial a Montevideu o conselheiro José Antônio Saraiva. A má vontade oriental recabeu a missão Saraiva como se trouxesse no bojo a intervenção em favor de Flores (18), o que absolutamente não era verdade.

Saraiva chegou a Montevideu a 6 de maio de 1864, verificando que o presidente Atenálio Aguirre era homem "Indeciso e fraco", dominado por uma camarilha violentamente anti-brasileira. Tentou fortalecê-lo para resistir a ela e dar ao Império as satisfações exigidas pelos seus interesses prejudicados e suas honras nacionais feridas. Nada conseguiu. Seu ultimatum, ainda assim, foi antes um derradeiro apelo emigável. Pedia o mínimo possível: castigo dos culpados pelas tropelias cometidas, indenizações pelos prejuízos e roubos causados, libertação dos brasileiros presos e recrutados. Apresentara-se como um pacificador e somente encontrara má vontade. Naquela atmosfera irrespirável sua missão abortou.

Comprendeu a inutilidade de seus esforços e que havia uma **incógnita** naquela política agressiva. Dirigiu-se a Buenos Aires, onde eram vivas as simpatias pela causa de Flores. Mitre recebeu-o de braços abertos. A situação mudou completamente. Os entendimentos entre o diplomata brasileiro e o governante argentino inauguraram a política de aproximação de que resultaria como ponto culminante a **Triplice Aliança**, facilitando ao Brasil uma linha fluvial de comunicações com suas bases que lhe deu finalmente a vitória sobre o tirano do Paraguai (19).

A 2 de dezembro de 1864, o visconde do Rio Branco substituiu o conselheiro Saraiva no Prata. A **incógnita** que existia por trás do governo de Aguirre era o Paraguai. Daí os desafios ao Brasil. Logo



General Osório, marquês de Herval

comprandeu isso o almirante Tamandaré, que iniciara as represálias, imobilizando o único vapor de guerra da República e obrigando-o a encalhar, incendiado pela tripulação, bloqueando os portos, apodando-se da cidade de Salto e atacando a da Paisandu, enquanto o



general João Propício Mana Barreto, visconde de São Gabriel, organizava apressadamente pequeno corpo de exército expedicionário, na fronteira a invadir o território oriental. Compunham-no uma divisão; duas brigades da Infantaria, uma de cavalaria a um regimento de artilharia. Destinava-se a ser o núcleo da concentração do futuro exército contra o Paraguai. Flores já se havia aproximado dos Imperiais, cujos interesses eram agora comuns aos seus, conferenciando com o almirante no arrolamento a vindo formar ao seu lado.

O comandante da cidade de Salto, coronel Palomeque, aparentou resistir e logo se rendeu enrolado na bandeira uruguaia por temer descalotes ou violências da parte dos milicianos de Flores (20). Palomeque, antrinchurada a artilhada, era comandada por um oficial desatento e bárbaro, o coronel Leandro Gómez, que degolava cruelmente os prisioneiros, quer fossem gaúchos dos bandos rebeldes de Flores, quer fossem rapazes inocentes como o tambor da canhoalra Imperial "Ival" (21). Fôra um dos piores carraecos da matança hedlonda de Quinteros (22). Resistiu valentemente ao ataque inopinado dos floristas apolados pelo destacamento de desembarque de marinha Imperial. O encarniçado combate de ruas por horas e horas a fio esgotou os atacantes, sendo necessário esperar a chegada da divisão do visconde de São Gabriel para sitiar devidamente a praça e tomá-la nos últimos dias da dezembro.

Por ocasião da tomada da cidade, o coronel Leandro Gómez, que se disfarçara e escondera, foi aprisionado por uma patrulha brasileira. Declarou, porém, preferir ser prisioneiro de seus patrícios. Entregue em mãos do coronel **colorado** Gregorio Suarez, vulgo Goyo Suarez, este o mandou fuzilar com outros chefes prisioneiros pelo major Belen. Goyo Suarez vingava um "hondo agravio", a morte de sua mãe, quelmada viva dentro de um rancho por Leandro Gómez, em Polanco del Rio Negro, carcanlas de Quinteros. O Governo Imperial reclamou a punição dos culpados por esse crime e o almirante Tamandaré forçou o general Flores a afastar do exército o coronel Goyo Suarez e o major Belen. Contudo, dessa morte se faz no Prata grande alarde, imputando-a aos brasileiros. Essa calúnia é um dos cavalos de batalha dos inimigos do Brasil (23).

Embora sitiado, Leandro Gómez mantinha ligações secretas com Montevideáu, sobretudo através de agentes judaicos. Um deles, de nome Vich, empregado na Administração dos Correios, em companhia de uma judia francesa da vide alarde, sua amásia, pretendeu penetrar na praça sitiada. Apresentou-se nas linhas da assédio com alguns sacerdotes e irmãs de caridade ludibriados, pretextando auxílio

aos faridos e doentes da Palaandu. Dizia-se médico e trazia um jovem ajudante, carregando ambos maletas de medicamentos. Descobriu-se quem ele era, que o ajudante não passava de tal eujeita disfarçada da homam e que as maletas continham documentos secretos importantes... (24).

Depois da tomada de Palaandu, o Exército Imperial e as tropas irregulares de Flores, parte embarcados a parte por terra, aproximaram-se de Montevideu. O almirante Tamandaré queria tomar a capital, impor a paz com as condições da vitória a obter reparação condigna aos agravos sofridos pelo Brasil, cuja bandeira a canalha das ruas arrastare pelas sarjetas (25).

A 2 de fevereiro de 1865, Tamandaré notificou o bloqueio da Montevideu, tomando suas canhoneiras posições para o bombardeio. Era, na verdade, o árbitro da situação. Dentro da cidade, campeavam a anarquia e o terror. A multidão torvelinhava pelas ruas e praças em improperios contra o Brasil. "Organizou-se uma Junta de Salvação Pública, que somente cometia imprudências e loucuras. Suspiela, o ministro da Guerra aclamado por ela, não passava de verdadeiro energúmeno (26)." Era um dos mais esirênuos partidários de Solano López, que esperava somente um prelexio para declarar guerra ao Império (27).

Se por trás do Urugual esteve o Paraguai, por trás deste estava o governo dos Estados Unidos, como o demonstra a ação do ministro Washburn em Asaunção, favorecendo judaica e maçonicamente, como se já naquela tempo se epregoessa **campeão da democracia**, as repúblicas, fosse qual fosse seu estado de barbárie osudlhesca, contra a única monarquia do continente (28).

Suspiela, Harrara, Las Carraras, Sagastuma, Camiños, os pró-homens do partido **blanco**, amparavam-na no Paraguai, que seria mala tarda refúgio e tûmulo para alguma. "Insistiu o gabinete da São Christovam para que Montevideu fosse imediatamente atacada e tomada pelas armas. Achava urgente a imprascindível uma lição igual à de Palaandu. Mas José Maria da Silva Paranhos, o plenipotenciário Imperial que acompanhava as forças em ação, julgava mais prudente esperar um pouco, a fim de que a capital uruguaia comprandass sua lastimável situação a da motu-próprio se entregassa, o que pouparia grande sacrificio da vidas. Com afaito, raceosos do seu desvario naqueles dias de agitação, todos quantos se tinham comprometido na demagogia dos últimos tempos abandonaram cautelosamente a cidade investida, desamparando Aguirre, que passou o governo a D. Tomás Villalba, prasidanta do Senado. E esta, livre da pressão da

arrala-miúda, pôda celebrar com Paranhos e suspensão dae hostilidades que decretou o célabre convênio da 20 da janeiro de 1865, na vila da União (29)."

A convanção declarava quarer evitar nova afusão da eangue a novas desgraças antra irmãos e uma nação vizinha, cuja amizade devia sar "um empenho honroso e grato para ambos os governos"; estatuaía a reconciliação da familia oriental, a igualdade política e civil de amigos e Inimigos, a punição dos crimes comatidos, a governação provisória do país pelo generel Flores, reconhaimento de empregos e propriedades, licenciamento e desarmamento dos guardas nacionais. Assinaram-na D. Venancio Alrea, Paranhos e D. Manuel Herrere y Obes, esta por parte de D. Tomás Villalba (30).

O almirante Tamandaré não se conformou com essa convanção feita de afogadilho e sam o seu baneplácito, quando tinha a responsabilidade das operações mais importantes, as da guerra. Suas divergências com o visconde do Rio Branco começaram com a tomada de Paléandu. O chefe naval era homem rápido e franco, qua deteetava ao extremo tricas políticas e mentires diplomáticas. Nunca havia pertencido nem partenceria jamais a sociedades secretas. O plenipotenciário era maçon notório e morraria grão-mestre da maçonaria brasileira, cujo adaus lhe seria levado à borda do tûmulo pelo irmão graduado, conselheiro Triletão de Alencar Araripa.

Rio Branco metia-se a dar quinaus em matéria militar. Achava erro e "operação secundária" da tomada de Paléandu, pois bastaria Mena Barreto obrlgar o exército branco a um racuo sobre Montevidéu para estar decidida a sorte da guerra. Todavia, os críticos atuais julgam tecnicamente certa a ação de Tamandaré. Paléandu era admirável ponto de apoio e vigilância, magnífica base da operações navais, o dominio da linha de comunicações do rio Uruguay, a chave das meopotâmias, onde se desenrolaria mais tarda a concentração e e primeira contra-ofensiva contra o Paraguai; demais, um afeto moral supraandante e uma ameaça à cepital próxima. O velho marinheiro estava certo. O diplomata-maçon estava errado (31).

A divergência aclarou-se com a convanção da 20 de fevereiro, agenciada graças à intarvanção amietosa da outro maçon, o ministro da Itália em Montevidéu, Rafael Ulisses Barbolani. No seu teor, é uma convanção maçônica, qua rouba ao Império o fruto da vitória paga com o sangue da saus marinheiros e soldados. Ao saber do qua se tramava, Tamandaré ficou "pasmado" e protaetou, depois do pasmo, energicamente. Como confessava ao Governo Imperial, antandia que, tendo Instruções para obter plena reparação dos agravos feitos ao

Brasil, que devia ser firmada por "uma capitulação militar com os governos beligerantes", a solução dada muito deixava a desejar "a quem é aspirar a glória do seu país e a sustentar a honra da bandeira nacional". Declarava ainda sentir-se em situação **falsa, desairosa, em posição inferior e inconveniente**, admitindo-se do comando que exercia (32).

A capitulação que devia ser militar, como queria coberto da razão o general do mar encarregado da guerra, transformou-se em mera combinação ou acordo maçônico-político, sem vencedores e sem vencidos, sem responsabilidades definidas e com os mesmos fermentos de luta para o futuro. Nossas tropas entraram pacificamente em Montevideu e o único desagravo de nossa bandeira foi uma salva de artilharia, quando a hastearam no mastro do forte de São José. O Governo Imperial sentiu bem quanta verdade resumava das sentidas palavras do almirante, manteve-o no posto, aprovou a convenção por já estar assinada, mas demitiu o visconde do Rio Branco, **hóspede do barão** de Mauá, outro Interessado nos conchavos em que se salvam os negócios, embora se humilhem as bandeiras. É curioso, no entanto, veja dito de passagem, que Paranhos tenha sido, mais tarde, o planipotenciário escolhido para ultimar diplomaticamente a guerra do Paraguai. Não fosse ele grão-mestre do Grande Oriente da rua do Lavradio.

O visconde foi muito atacado pela convenção da 20 de fevereiro. Defendeu-se com grande habilidade. Talento não lhe faltava. Nem erumo. D. André Lamas também o defendeu, o que era natural por ser a convenção favorabilíssima ao seu país. A república Oriental estava, depois dela, "não só em peralta e honrosa paz com o Brasil, como ainda lhe havia pela segunda vez o mais generoso concurso para e reconciliação dos orientais, e o restabelecimento de suas liberdades civis e políticas (33)."

Ligado à política dos **biancos** por uma ALIANÇA OFENSIVA E DEFENSIVA, desde 1862, quando Vasquez Sagastuma a negociara com D. Carlos López, o Paraguai proteatara junto a Mitra contra os auxílios prestados a Flores, declarara em agosto ameaçadoramente considerar **casus belli** qualquer ocupação do território oriental pelo Brasil, pois atentaria contra o equilíbrio do Prata, e acabara aprisionando inopinadamente, em novembro, o paquete "Marquês de Olinda" e invadindo a província da Mato Grosso. Sagastuma ilsonjara a megalomania de Solano López, insinuando-lhe que o Brasil, roído de dissensões íntimas, sobretudo no Rio Grande do Sul, era um gigante dos pés de barro. Facilmente se suscitaria uma revolta da sua popula-

ção escrava, desde que se anunciassem as primeiras vitórias e se desguameassem as províncias agrícolas. Estava desarmado em face de um Paraguai preparado desde 1844. Nenhum outro povo do continente americano se aliaria ao Império detestado. Urquiza combinara marchar a favor dos uruguaios e paraguaios com as milícias de Entre Rios. A rápida mobilização paraguaia paralisaria a monarquia e matá-la-ia antes que se pudesse defender. López garantiria com uma guerra vitoriosa e gloriosa o futuro de sua pátria, cobrindo-a de louros eternos (34).

O Governo Imperial deu à intervenção paraguaia em favor dos **bancos** "a mesma atenção que ao zumbir de uma mosca". Liquidando o caso do Uruguai, decidiu-se a resolver o **incógnita** das selvas e pântanos guaranis. Lutou cinco anos em terra e nas águas, mas decifrou o Esfinge Lopista, apesar de toda a sua torça aparente e de todas as forças ocultas que a protegiam. Assim, o Império atingiu seu apogeu.



## Capítulo IX

### O IMPÉRIO E OS DOIS GALOS DE BRIGA

O Império marchou contra o Paraguai, que o provocava e afrontava, levando um galo de briga debaixo de cada braço. A imagem é de Alberdi, o grande pensador argentino (1). Cego pelo seu ódio pessoal a D. Bartolomeu Mitre, assim via a Tríplice Aliança. Com o mesmo calor a condenaram Guido Spano e Juan Carlos Gómez. Eliseu Réclus, na "Revue des Deux Mondes", não lhes ficou atrás. Houve grande grita contra ela, quando o Livro Azul da Inglaterra revelou ao mundo o **tratado secreto** que a firmara. Assinavam-no Francisco Otaviano de Almeida Rosa, pelo Brasil, D. Rufino de Alzalde, pela Argentina, e D. Carlos de Castro, pelo Uruguai. A diplomacia Imperial obtivera tudo de Mitre, declara, desalentado, o diplomata paraguaio Gregorio Baneretz (2). Isso não custou barato ao erário Imperial. No começo da guerra, emprestamos à Argentina um milhão de pesos (3). Em 1867, ajudávamos seu tesouro exausto com trezentos mil patacoas (4). O Uruguai, como vimos em capítulo anterior, vivia mercê "do subsídio que lhe pagara o Império". Benitez denominava Flores, por isso, **vaqueno** do Brasil. Nos nossos dias, o escritor loquista D. Juan O'Leary intitula-o **el dócil caudillo** e acrescenta a **vaqueno** a palavra **cúmplice**, mais ofensiva. Na sua franqueza caudillesca, Flores reconhecia a supremacia Imperial. Disse uma feita a Caxias: "Nem eu nem Mitre somos generais chefes; chefe é o senhor, que tem exército (5)."

O republicanismo hispano-americano nunca pensou que as duas repúblicas se aliassem ao Império. Não via as coisas na sua profundidade. A um estadista argentino como Mitre, que tudo fazia para a unificação da Argentina, cheia ainda de regulotas locais, como Urquiza, o **czar de Entre Rios**, não era possível ficar do lado de López, cuja hipertrofia seria o desmembramento das mesopotâmias limitrofas do Brasil e a absorção da ambicionada Banda Oriental. O Paraguai estava ligado **secretamente** a Urquiza e este achava odiosa qualquer

aliança da Argentina com o Império (6). Mitre sabia-o e sabia que, mesmo aliado a López, o triunfo do ditador seria o seu fim.

Sabia ainda que a palavra final no caso seria dita pelo Império, cujas tropas já ocupavam o Uruguai, onde Flores se achava à sua mercê. Entrar na guerra do lado do Brasil era antrar do lado da vitória, fazer das províncias argentinas a linha de comunicações dos exércitos, que nelas derramariam o ouro imperial, e, ao mesmo tempo, não correr perigo algum e processar à sombra da guerra a unidade nacional pela destruição da caudilhagem (7). A aliança estava tão preparada pelos acontecimentos e conversações que Mitre recebeu Otaviano a 20 de abril de 1865 e a 1<sup>a</sup> de maio, embora não existisse telégrafo, o tratado se assestara como se houvesse combinação anterior.

Eis como um argentino contemporâneo e participante da guerra via a situação: "...um dos atos mais conscientes do general Mitre foi não fugir a essa guerra. Em caso algum, deveríamos consentir que os brasileiros a fizessem sozinhos, porquanto o triunfo, com maiores ou menores sacrifícios, seria deles afinal de contas, o que se tornaria perigoso para nosso peão, que ficaria com um exército vitorioso nas suas fronteiras." O mesmo observador acrescenta que López já se infiltrara no território das Missões argentinas e ameaçava ajudar a oposição contra Mitre, que não era pequena. Com a Triplite Aliança, a Argentina tiraria mais vantagens. Alimentando ainda a "idéia de união" do Uruguai, talvez ela se pudesse realizar em consequência de marcharem unidos para uma guerra estrangeira (8).

Vencedor no Uruguai, graças à boa vontade dos argentinos e à intervenção do Brasil, Flores não podia deixar de acompanhar seus protetores, mesmo porque a vitória de ambos era questão de vida e morte para ele. López e Urquiza tinham-se unido por trás dos bastidores e levado os **blancos** àquela intransigência, de que resultara a intervenção militar do Império (9). Delas vitoriosos Flores não poderia esperar a maior piedade.

De fato, Urquiza estava comprometido com López. Comprometidíssimo (10). Mitre nomeou-o comandante das cavalaria anterrrianas. Ele convocou suas milícias a fê-las se dissolvarem por si nos acampamentos da Basualdo a Toledo. Passara em revista o Exército Aliado, que se concentrara em Concórdia. Compreendera a situação difícil em que López se encontraria dentro de algum tempo. Falhou aos seus compromissos (11). Apesar de detestar o Império no fundo do coração e de detestar Mitre tanto quanto o Império, o astuto cacique de Entre Rios preferiu abandonar a aliança firmada com o Paraguai e enriquecer, como enriqueceu, fornecendo cavalos ao



Exército Imperial (12). Mas, como a vária fortuna das armas de um momento para o outro se poderia voltar a favor de López, também não convinha vanguardar os Aliados. Por isso, as milícias entrerrienas dissolverem-se por si...

Urquiza foi um trunfo que taitou à última hora ao jogo de longa data preparado por Francisco Solano López. A guerra estava premeditada quase dez anos antes, em 1856, quando ele era simplesmente um jovem general de regresso da uma viagem à Europa e ainda rainava no Paraguai D. Carlos Antonio López, seu pai. Fora sempre seu pensamento secreto manter, apesar dos tratados, a clausura dos rios. Para isso, construiu ao norte o forte Olimpia e, ao sul, a fortaleza da Humeltá. Propunha-se anexar Mato Grosso, o território das Missões e as províncias da Entre Rios e Corrientes (13). Naturalmente, como conhecedor dessas ambições secretas, ao tempo em que privava com o tirano, o sr. Waehburn, ex-ministro norte-americano em Assunção, se achou autorizado a espalhar a fábula das pretensões de López e uma coroa Imperial no Prata. Encomendara em Paris o seu modelo a pretender casar com uma princesa brasileira (14).

Em 1856, quando estivera em Assunção o escritor argentino Hektor Varela, López confessou-lha uma noite que premeditava a guerra. Não esparar o ataque, disse. Atacaria em primeiro lugar. Precisava abater da vez a criste da Argentina e a preponderância do Império na América do Sul. Como Hektor Varela tivesse algumas observações sobre o assunto, replicou-lhe textualmente: "Estou de posse de segredos que você ignora (15)."

Ele porque, mais tarde, López podia dizer a D. Andrés Lamas estas palavras: "Se houver egressões ao Uruguai, **vonham de onde vierem**, lembrem-se os orientais que existe um povo no meio das selvas que saberá fazê-los respaltar (16)". Em López polarizava-se o enselo paraguaio de saída para o mar. Queria romper o seu "cerco geográfico". Precisava de uma via de comunicação que completasse suas duas artérias: o Paraná e o Paraguai. Era natural, ensina o geógrafo paraguaio Cardús Huarta, seu avanço para Corrientes, Entre Rios e o Uruguai. Quando Buenos Aires se vira em apuros no decurso da história, devia ter agarrado as ocasiões pelos cabelos. Perdau-as. López, premeditando a guerra, queria remediar tardiamente aquele terrível "cerco geográfico" (17). "Golpe tardio e desproporcionado", escreve Wanderley da Pinho. Deu-o e perdeu a cartada, porque a própria clausura criara uma passividade total ao povo paraguaio.

A nenhum outro pode ser comparado senão ao russo e ao pata esmagadora do comunismo judaico. Vivara sempre segregado do

mundo e mergulhado na mais profunda ignorância. O Paraguai era "a transfiguração histórica do doutor Francis", diz Cacllio Baez (18). Nesse "cemitério de vivos", opina em outro lugar, a mocidade estava corrompida pela idolatria do poder e a obediência da escravidão. Livros, só entravam os de missa e os catecismos. Jornais, só de contrabando. Não havia imprensa política, nem vida política. Nesse regime, que, em 1852, Alardis cheya "egoísta e escandaloso", reinavam o cretinismo e o terrorismo (19). A idênticas conclusões chega Cardús Huerta: havia somente no Paraguai **comunismo econômico, escravidão política, estancamento intelectual e moral** (20).

Era, portanto, contra um povo bárbaro que o Império entreteu sua campanha com seus duros golpes de briga. Vede a pintura dos paraguaios feita por um veterano argentino: "Aqueles homens ignorantes, educados por cálculo sob o jugo de uma disciplina férrea, — educação elaborada sistemática e sucessivamente em várias gerações, nas quais somente se haviam desenvolvido o ódio ao estrangeiro e o amor à terra natal, sentiam arder de entusiasmo a coragem e se atiravam intrepidamente, com o melhor desprezo de vida, aos perigos, que arrostavam sinceros, não pelos louros de glória, mas por um dever que julgavam cumprir; e foi tão grande a influência moral desses sentimentos que suportarem, como se viu, edrimentos sobre-humanos e a mais estroz tirania, sem desertar um instante e cause que defendiam. Não conheciam as instituições de liberdade, nem seus benefícios; tinham vivido isolados, povoando os lerançais de sua terra feliz. Relaxados os vínculos familiares e obedecendo como única lei e única pátria a uma vontade superior, que calculadamente os mentinhe na escravidão, era, portanto, um povo acampado pronto a formar à primeira ordem; disposto com seus grandes qualidades de sobriedade, submissão e valor à vida de soldado, mas do soldado ignorante e bárbaro que combate sem uma idéia e se sacrifica esterilmente pela obediência passiva e o temor dos tormentos, sem vislumbrear sequer a esperança de vitória (21)" O quadro é maravilhosamente fiel à realidade.

Era, assim, aquele "ejército escualdo, pero fanático y esclavo", descalço, de calças arregaçadas ou de tanga, com uma blusa vermelha, certucheira-baú contendo cento e vinte cartuchos e barretina de couro cru, servindo de mochila para seus guardados; exército que se lançava ferozmente contra os **cambás**, os negros do Imperador, e os **gringos** de Mitre e Flores (22).

O chefe de teiganta, que estava "um grau acima dos selvagens do pampa e obedecia como o boi ao dono", tão ignorante que não



Espada ofertada ao General Osório, Marquês de Herval,  
pelo Exército Brasileiro na guerra do Paraguai.



Mitre e Lopez na entrevista de Ilaí-Coru em 11 de setembro de 1866.

conhecia os outros países e nem sabia ver uma figura (23); o chefe de tal gente, EL SUPREMO, não passava, segundo Garmendia, de um ignorante presunçoso" (24). Thompson, que foi de sua priverança e testemunha a sua covardia pessoal, classifica-o "um monstro sem paralisio" (25). Para Baez, era "uma deformidade moral" (26). Nos nossos dias, muitos escritores sul-americanos procuram reabilitá-lo, vando nele uma vitima do Brasil a um herói apôntimo do seu povo. Entra esses lopistas, contam-se como os principais o mexicano Carlos Pseya, o venezuelano Blanco Fombona e o paraguai Juan O'Leary. Mas a sua defesa entusiástica e brilhante não consegue cancelar a sentença documentada e inapalável da história sobre a crueldade e a miséria moral do tirano. Todavia, como o reconheos Joaquim Nabuco, foi uma **figura singular** na América, e soube morrer com o seu povo aniquillado.

Em 1854, percorrera a Europa em missão oficial e regressara deslumbrado pelos esplendores das paradas militares e das cortes europeias. Maravilhara-o a disciplina dos soldados alemães e os magníficos uniformes do exército de Napoleão III. Conosrtara ingeligências em vários países e encomendara armamentos navale e terrestres. Vinha decidido a arrancar o Paraguai do anonimato e a alirá-lo em plena luz. Queria ser uma personalidade falada e comentada. Um de seus diplomatas revela quais os **segredos** de que sejava de posar e a que se relaria na entrevista com Víctor Varela. Solano López contava com seis navios de guerra blindados, com muitos armamentos modernos e com a **Intervenção coletiva de duas grandes potências marítimas de Europa e de América** (27).

A revelação é sensacional e mostra que **certas forças** impellam o ditador paraguai à guerra, com quase certeza da vitória. Eles, felizmente lalharam. A diplomacia Imperial, conseguindo, graças às circunstâncias favoráveis que já vimos, a Triplice Aliança, fortaleceu, sobretudo moralmente, a situação do Brasil. Já não era mais um Império sozinho contra uma República pequanina, nem os descendentes dos portuguesas travando o derradeiro prélio contra os descendentes dos espanhóis. Havia duas Repúblicas, dois povos de origem castelhana, como galos de briga da Monarquia. A tese do imperialismo contra o republicanismo encontrou, contudo, dsfansores; mas foi destruída pelos fatos, inclusive pelo próprio ministro Washburn dapols de sair do Paraguai (28).

O **tratado secreto** da Triplice Aliança foi revelado por uma indiscreção diplomática. O governo inglês, que talvez fosse uma das duas grandes potências marítimas que protegiam à socapa EL SU-

PREMO, apressou-se em publicá-lo. Foi um escândalo. Sem razão. Pelo tratado, os três signatários se comprometiam a não depor as armas e a não tratar separadamente, a garantir a integridade e a independência do Paraguai, a obrigá-lo a pagar as despesas da guerra e a destruir as fortificações de Humaitá para tornar livre a navegação do rio (29). Se o tratado objetivasse a partilha do Paraguai como as nações européias fizeram com a Polónia, velha, tradicional e civilizadaíssima nação, era compreensível a gritaria; mas nada disso preceituava, antes pelo contrário; derrubava uma tirania pessoal e respeitava a vida e a soberania da nação. O escândalo somente se justifica como despeito por aquela aliança que contrariava planos concertados na sombra e vinha tornar impossível uma intervenção articulada em segredo.

Esse segredo girava em torno da pessoa de López, como se depreende do que disse o Heltor Varela. Só assim se pode compreender aquela atitude conetantemente firme de D. Pedro II levando a guerra até o fim, até o esmagamento do tirano, custasse o que custasse. Essa como que **questão pessoal** devle ter uma razão profunda e muito grave. Durante a guerra, assegura Nabuco, a vontade permanente do Imperador foi a encarnação da consciência nacional (30). Ele próprio o reconhecia na Fala do Trono de 1870: "A confiança que depositel na firmeza e patriotismo dos brasileiros foi amplamente justificada; a a história demonstrará em qualquer tempo que a geração atual se mostrou conetante e invariável com o pensamento unânime do desagravo à honra do Brasil." Por isso, se repellam as mediações inglesa e norte-americana, se fecharam ouvidos às intervenções amigáveis das Repúblicas do Pacífico lideradas pelo Chile, se desprezaram as propostas de Latali-Corá (31). O Imperador sabia por que era preciso destruir López. Sua continuação seria eterna ameaça ao Brasil sob o beneplácito das forças Internacionais.

Vinha de longe o dissídio entre o Império e a República do Paraguai, cuja independência lora reconhecida graças a nós, ao tempo de Rosas. O Imperador estava ao par da questão de longa data. O litígio era duplo: queríamos a fixação definitiva da linha fronteira e a livre navegação nos rios que serviam ao nosso **hinterland**. O Paraguai discutia os nossos direitos à região do Ape e nos acusava da ocupação do Pão de Açúcar; seus regulamentos policiais restringiam a liberdade de nossa navegação fluvial.

Em 1853, nossas relações estiveram tão tensas que Paulino Soares de Souza, visconde do Uruguai, reconhecia que somente a guerra resolveria essas dificuldades (32). O governo "astuto e tenaz"

de D. Carlos Antonio López, pai da Solano, dava nas relações diplomáticas, devagarinho, um nó gordio que somente a espada poderia cortar. Em 1855, mandamos uma expedição militar efetivar nossas reclamações. José Maria Paranhos, então na pasta de Estrangeiros, escolheu para chefá-la o comandante Pedro Ferreira, oficial em quem reconhecia grande perspicácia. João Mauricio Wanderley não confiava nele e praviu o dasastroso resultado da expedição. Pedro Ferreira, qua conduzía cinco mil homens de desembarca, obedeceu às intimações paraguais de não subir o rio e foi sozinho a Assunção, sujeitando-se a verdadeiros vexames até obter um tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado a 27 de abril de 1855, cujas estipulações desconheciam o direito do Brasil à livre navegação dos rios, consalgnado no tratado de 25 de dezembro da 1850. O Imperador negou ratificação ao tratado que Pedro Ferreira negociara. Nossas legações no Prata Informavam confidencialmente que o Paraguai se aprastava fortemente para a guerra. Nosso governo tomou, em consequência, francas providências nesse sentido (33).

A resolução do caso, em vista disso, procrastinou-se. O ministro brasileiro Paranhos e o ministro paraguai José Berges concertaram e 6 de abril de 1856 um adiamento de seis anos para tratar da questão de limites, na qual o Brasil defendia a teoria do **uti possidetis** com origem de domínio. A tradição bandeirante. O Paraguai pretendia firmar-se na letra morta dos documentos históricos que excluem o dinamismo da vida. Queríamos a linha Iguatemi-Marecaju-Ape, que finalmente ficaria sendo a noesa (34).

Até 1862, governou o Paraguai D. Carlos Antonio López. Recebeve a guerra e manteve a paz. Sucedeu-lhe o filho com as idéias que, em 1858, da volta do Velho Mundo, os olhos deslumbrados pelo esplendor do Império de Napoleão III, expusera "um tanto espiritualizado" e Heitor Vareia. **In vino veritas**. Dominava-o completamente uma mulher com quem se amaslara na Europa e trouxera para Assunção com grande escândalo da toda a gente. Dizem que era tão bela qua o povo do Paraguai a tomou ao desembarcar por um anjo...

Era uma judia irlandesa, aventureira de alto bordo, que se divorciara do marido, o cientista Quatrefogas, e, dapole de passar por algumas mãos, conquistara o coração do jovem general paraguai o futuro sucessor da López I, que visitava a Europa. Elisa Lynch é um dos enigmas da guerra. A imprensa brasileira e mesmo a platina, na época, não a poupavam. Dizia-se que eia mantinha as mais íntimas ligações com lord Palmerston, um dos chefes da maçonaria internacional, com quem amiudadamente se correspondia. Chegava-se até a

atribuir ao lord a declaração de guerra ao Brasil. A Inglaterra desejava uma desforra da queetão Christie, em que seu orgulho fôra abatido (35). Lord Palmerston era o amigo fiel de Rosas, o protetor de William Dougal Christie, o inimigo fígada do Império...

A influência da judia irlandesa era "perniciosa e completa" sobre o ditador. Passavam a vida em banquetes regados a champanha, ela de grande *toilette*, mesmo em plena guerra. Falava-se mal de seu procedimento, ora com o general Caballero, ora com o tenente-coronel Thompeon, que vivia ne sua intimidade e lhe afinava o plano (36).

Revolvendo os documentos e escritos contemporâneos, verifica-se ter paesado no Paraguai mais ou menos o que se passou recentemente ne Espanha: o saque judaico. A guerra civil ou estrangeira, provocada pelos agentes do judaísmo, permite que esses mesmos agentes se apoderem de todos os modos da riqueza nacional — metais, dinheiro, alfalae, reliquias, exportando-as em seu proveito. O Paraguai foi literalmente saqueado por Solano López, menobrando por Elisa Lynch. "A guerre é a seare do judeu", diz Sombart.

O tirano sacrificou famílias inteiras pere se epoderar de seus bens. Mandave executar sob os mais diversos pretextos uma média de 20 e 25 pessoas diariamente (37). Tudo isso era feito com os maiores requintes de barbaridade. Quando o déspota pretendia haver uma conspiração contra ele, não respeitava a vida nem de seus irmãos. Não respeitou sue própria mãe, que foi, por sua ordem, surrada a panto de sabre (38)! As Igrejas eram despojadas de todas as suas riquezas, que, empilhadas em carretas, segulam os rastros da fuga de López ainda nas Cordilheiras. As avançadas brasileiras apoderaram-se de muitas délas (39).

Antes de chegar a essas aperturas da retirada rumo aos sertões da Bolívia, toda a riqueza metálica do Paraguai era mandada para fora por Madame Lynch. Todos os meios lhe convinham para ganhar dinheiro. Negociava com couros e erva-mate, assegura Cecillo Baez. Em navios estrangeiros, mercantes ou de guerra, remetia caixões e sacos de ouro e prata para o exterior. Limpou o país. É uma telção da guerra pouco estudada e para a qual chamamos a atenção dos pesquisadores. Em 1866, na fortaleza de Humaitá, Elisa Lynch embarcou diversas caixas de dinheiro na canhonheira italiana "Ardita"; em 1868, enviou muitas caixas com dinheiro e alfaias pela canhonheira francesa "Declidée" (40).

As maiores somas foram exportadas no derradeiro período da guerra, graças à legação norte-americana. Quando principiou a campanha, era ministro dos Estados Unidos em Assunção o sr. Carlos



Washburn, autor mais tarde de uma pouco verdadeira "História da guerra do Paraguai". Foi "partidário acérrimo" de López até 1868, quando tentou uma mediação com o Brasil. Seu procedimento provocou animadversão dos dois lados. López passou a antipatizá-lo e perseguiu-o até que o governo lanque o substituiu pelo general Mac Mahon. Este se tornou criatura da intimidade de López e da Lynch. Viveu continuamente no quartel geral do tirano. Esteve nele em Lomas Valentinas e Ita Ibaté durante os dias seguidos da turiosa batalha. Acompanhou EL SUPREMO a Peribeubí, levando os filhos que o ditador lhe confiara ao tugar. Somente o deixou quando no final da campanha das Cordilheiras. De regresso a Assunção, trazia grande número de caixões com dinheiro. Pediu uma força para guardá-los ao comando militar Imperial, declarando tratar-se de quantias pertencentes a cidadãos Ingleses, franceses e norte-americanos. Havia pouquíssimos estrangeiros no Paraguai; nenhum nas ásperas Cordilheiras, naquela fase da guerra de extermínio. A mentira saltava aos olhos da cera. Mac Mahon fôra declarado por López seu testamenteiro e a nossa imprensa o apelidara "o protetor dos Lopezinhos". O tirano deixava à sua amante 900 mil onças e patacoes, e uma doação até hoje discutida de três mil léguas de terras paraguayas (41)

É de admirar tenha o comando chefe das forças navais e terrestres deixado passear, mesmo em navios de guerra estrangeiros, esses caixões de dinheiro. O império fazia a guerra com um liberalismo que era antes deacuido, filho de absoluta ignorância das questões vitais do mundo. Não se proclamou estado de sítio, não se tomou uma medida de exceção, não se suspendeu uma garantia individual. Nos editoriais da imprensa e na tribuna do parlamento, criticava-se amplamente a marcha das operações de guerra. Os jornais noticiavam tudo. Parece que não havia o menor segredo de estado-maior. No rio Paraguai, ocupado pela nossa esquadra, os pequenos navios de guerra estrangeiros faziam de lançadelras, subindo e descendo, freqüentando Humaitá e Assunção sob este ou aquele pretexto, e carregando o ouro da Lynch ou com que López pagava armamentos na Europa, segundo depõe Gregorio Benitez, seu representante. Graças a esse val-vem da navios, EL SUPREMO recebia clandestinamente partidas de armas e de petrechos bélicos (42).

Viviam nessas idas e vindas, sobretudo as canhoneiras americanas "Wasp" e inglesas "Linnet" e "Beacon"; além delas, a francesa "Decidée" e a italiana "Ardita". Depois da passagem de Humaitá, andaram continuamente de cá para lá, entre a ilha de Palmas e Assunção. Seus comandantes freqüentavam amiudadamente o quar-

teí general de López am São Fernando (43). Um dales, o da "Wasp", Klidman, era tão seu amigo que desacatou o ministro Washburn, quando deixou de ser **persona grata** do déspota (44).

No maado de agosto da 1867, a "Lirnet" trouxe de Buenos Aires o secretário da legação inglesa ali, sr. Gould, que escreveu, mais tarda, um livro sobre a guerra. Vinha ao Paraguai sob o pretexto da repatriar súditos britânicos; mas do seu proceder sa infere qua outra a reservada era e sua missão. Tentou uma mediação para cessar a guerra, qua gorou devido à resolução dos Aliados de soments tratarem retirando-se o tirano do governo. Esteva o sr. Gould livremente nos nossos acampamentos, observou e examinou o que quis e o qua bam entendeu (45). Levou a carteza da vitória imperial, o que determinou o procedimento ulterior da Inglaterra.

Havie grandes **interesses ocultos** na guerra. As vitórias fulminantes do marquês de Caxias, em dezembro de 1868, depois da travessia do Chaco, desde Villeta e Cumbartí, de onde fugiu López, foram uma verdadeira bomba na aglotejem, no jogo de bolsa e de câmbio que e judlaria fazle na praça do Rio de Janeiro (46). No Preto, o barão de Mauá continuava a mover-se, defendendo a situação de seus negócios, trocando cartas com Mitre em favor de paz (47). Em 1869, após o atentado que vltimou D. Venancio Flores, o governo urugualo começou a perseguição contra o seu banco, impedindo-o de levar o capital, quando dava consentimento pore isso a outros estabelecimentos, fazendo correr boatos do seu fechemento e motivando corridas por esse modo (48).

No estrengelro, o Brasil era duramente atacado. O "Império escravista", diziam e escraviam, queria estender a lepra de escravidão aos povos republicanos do Prata. Eliseu Réclus insultava os brasileiros. Charles Expilly publicava folhetos e livros, pintando as monstruosidades dos nossos soldados e o procedimento engélico dos paraguayos. Chegava a praconizar a Intarvanção da Europa, por qua **tinha capital na América do Sul**. E deixava escapulir ser preciso revelar ao comércio francês os mercados ignorados que o **despotismo de Buenos Aires monopolizava como um campo de exploração** (49). Defesa encomendada por quem Interessava o saquints plano, dasmanchado pela atitude do Brasil, da Mitre a da Flores: a axistência do Paraguai dependendo da livra navegação dos rios, os intressas dos povos ribeirinhos da Corrientes a Entra Rios ligados aos do Paraguai, a criação da **nove famílias politica composta de grupos independentes**, surgindo no mundo e se **estendendo do Prata ao sul do Amazonas**. Era o vslho sonho da uma confedera-

ção compreendendo o Paraguai, Corrientes, Entre Rios, Missões, a Banda Oriental, o Rio Granda do Sul e Mato Groeso (50). Ela enfraquecia as duas grandes nações do continente meridional, Brasil e Argentina, preparando para o futuro uma fragmentação da **pequenas pátrias**, destinadas a serem pasto do judaísmo internacional. O mesmo processo de desagregação de que saíram as republiquetas da América Central. Na guerra que se travava, Flores representava a independência uruguaia garantida pelos dois grandes vizinhos do Norte e do Sul; Mitre, a unificação argentina após a vitória de Pavón; Urquiza, o interesse localista das províncias dominadas pelo caudilhismo moribundo; e López, a ambição paraguaia, o seu anseio para o mar livre, manobrado pelas forças ocultas.

Estas sempre se imiscuíram nas questões territoriais entre a América Espanhola e a América Portuguesa. No tratado de 1750, negociado por Alexandre de Gusmão e mais tarde anulado pelo de Santo Ildefonso, essa influência oculta está hoje fartamente documentada. Judeus, maçons ingleses e peninsulares reuniram seus esforços para destruir a colonização dos jesuitas, para arrancar pela raiz e sua influência e para enfraquecer a Espanha, favorecendo Portugal, como em outras ocasiões promoveram o contrário (51). Vimos no primeiro volume deste "História Secreta" a ação dessas forças no caso de Colônia do Sacramento, ninho do contrabando.

Barrelre a planos comerciais expansionistas, o Império e seus dois galos de briga sofriam todos os ataques do judaísmo maçônico. O jornal "Europa", órgão do gueto tradicional de Frankfurt, desancava-o a cada número. Os grandes periódicos parisienses não lhe davam tréguas. Exagerava-se a mortandade dos paraguaios em Jataí. Afirmava-se que havíamos escravizado os prisioneiros de Uruguaians. O judeu Benjamin Poucel, inspirado por Aiberdi, inimigo pessoal de Mitre, clamava pela intervenção européia, pois o interesse "urgente e imediato" das nações do Velho Mundo era não deixar o Brasil dominar no Prata como dominava no Amazonas, conservando-o fechado às marinhas estrangeiras (52). **Leit motif** da todas as recriminações contra o Império.

O outro era a ascravidão. Esqueciam propositalmente a existência de ascravos negros, além do povo escravizado, no Paraguai, onde foi o Império quem os libertou pela mão do conde d'Eu. Após Tuluí, quando López perdau suas melhores tropas, os ascravos paraguaios foram mobilizados para o exército. Só da uma vez assentou-se praça em seis mil (53). Esqueciam as barbaridades do ditador, as torturas, as matanças, os horrores do acampamento de São Fernando, os

lançamentos, as infâmias, os maus tratos aos prisioneiros, as delações, a vida amancebada com uma Judia que se rodava de um bando da "ramairas cantando hinos patrióticos" (54)!... Esqueciam as pobres mulheres **destinadas**, cujo "atorno anelo" era serem libertadas pelos brasileiros a que, na sua horrenda existência, os "viam em sonhos todas as noites" (55)!... Esqueciam os carregamentos de ouro, alfaias e jóias roubadas ao misero povo paraguaio, as vítimas dos degolamentos e fuzilamentos diários, remetidos para a Europa em navios de guerra estrengalros que se prestavam a iseo, violando a moral e as leis internacionais, chegando ao ponto do governo argentino protestar em nota diplomática junto ao governo italiano contra a remessa dos calções de valores a bordo da canhoneira "Ardita" (56)!... Esqueciam a permanência do ministro norte-americano ao pé de López nos campos de batalha, escândalo que a imprensa do Prata e do Braell perfilgava, documentando sua deslavede proteção ao tirano (57)!... Esqueciam que somente essa permanência, com as idas e vindas de canhoneiras através da Esquadra Imperial, a serviço de respectiva legação, podia explicar o encontro na campanha de Cordilheiras, em agosto de 1869, de "armas americanas dos estamentos mais aperfeiçoados e intalrmente desconhecidos dos brasileiros" (58)!... Esqueciam tudo isso como a imprensa judalizada e maçonizada de hoje **esquece ou ignora** as atrocidades e os roubos de riquezas nacionais dos vermelhos na Espanha. A história repete-se.

O Império, que sentira o perigo da guerra com o Paraguai de 1850 e 1855, quando acesa a questão de limites e da clausura dos rios, esquecera-se a estava desprevenido, quase desarmado, ao romper o conflito. Como acusar sem má fé um país, sem armas, de imperialista? O Rio Grande do Sul, vizinho da Banda Oriental e das mesopotâmias caudilhescas, próximo do Paraguai, que ocupava parte das Missões, estava desguarnecido e desarmado, mal atingindo sua guarnição a 2.500 homens (59). Com grande dificuldade, o general visconde de São Gabriel organizara a armara a divisão com que invadira o Uruguai em dezembro de 1864, documenta Jourdan. Em matéria da defesa militar, Mato Grosso se achava em "estado lastimoso", que desde 1858, raceando a guerra, os deputados da provincia denunciavam à Câmara, não se tomando a menor providência até ser o território invadido pelos paraguayos (60).

O Paraguai, sim, armara-se até os dentes, premeditando o golpe traiçoeiro com o primeiro pretexto defensável que lhe pudesse servir de bandeira. Nenhum melhor do que se opor, como campeão do equilíbrio do Prata e do republicanismo americano, ao "Império esca-

viste", que procurava a ruptura desse equilíbrio, intervindo na Benda Oriental. Como se a intervenção não fôre adrede provocada pelo governo urugueio, calcando eos pés os direitos dos brasileiros, afrontando a nosse soberania e negendo-se a dar as satisfações pedidas por se sentir apoiado por Urquize e López, que tinham as simpatias de **duas grandes potências marítimas de Europa e Américas...**

Os arsenais paraguaios estavam à altura dos europeus, dirigidos por técnicos alemães, franceses, austríacos, húngaros e italianos. A fundição de Caacupé fundia, torneava e ralava canhões. O arsenal de Assunção fabricava armas de toda a espécie, inclusive estativas de toquetes de guerra dos últimos modelos. A artilharia dispunha de 400 canhões, entre reledos e llos, além de uma bateria moderna de aço. Possuia vapores de guerra. Encomendara outros, blindados e artilhados com os últimos modelos. Algumas das unidades de 1ª linha estavam armadas de fuzis de retrocarga. As outras, em geral, com espingardas Turner, Enfield, Witton Brothers e Tower, sistema Minié (61).

O território da República era um verdadeiro castro. O forte do Itaipu no rio Paraná. Curuzu, Curupaiti, as linhas de Rojas, o reduto Clerva, Impedindo a travessela dos brejos e das selvas, Humaitá, poderosamente artilhada, e o Timbó, techando o rio Paraguai. Acampamentos fortificados. Nessa imensa caserna, guardada pelo pântano e pela mata, invia e ignota, edestredos e se adestrando sob uma discipline térrea, 100 mil homens na opinião do diplomata Inglês Gould e na de Mastermann, 821 mil na do tenente-coronel Thompson, engenheiro militar de López, 64 mil na de Gregorio Benítez, representante do Paraguai na Europa (62). Um exército fenatizado, dominado por uma espiagem sem entranhas, verdadeiramente soviética, em que os sargentos recebiam das próprias mãos de EL SUPREMO caderninhos especiais para anotar o que faziam e diziam seus chates (63)! A mais espantosa delação assombrea os generale e coronéis, que eram fuzilados como covardes, **por las espaldas**, quando darrotados.

Além disso, es comunicações garantidas pelos rios, legunas e braços de água livres, por uma estrada de ferro, pela linha telegráfica e pelo caminho estratégico que levava do Passo da Pátria, no extremo meridional do país, à sua capital, obra do oficial de engenharia austríaco barão Wiener de Morgenstem, que servira aos revolucionários mineiros em 1842, quando o então barão de Caxias o aprisionou. Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, recomendara-o ao pai de Solano López, quando colaborava no plano defensivo do Paraguai

contra Rosas (64). O marquês da Caxias fez de novo prisioneiro esse oficial mercenário na batalha de Lomas Valentinas.

Não se ovida ainda que grandes partidas de armamentos e munições encomendadas por López foram retidas após a declaração de guerra, nos portos de Nantes, do Havre e da Liverpool, bem como os encouraçados que se construíam nos astaleiros europeus por sua conta, graças à vigilância e bons ofícios dos nossos diplomatas barões de Penedo e Itajubá (65). Se o ditador conseguisse obtê-los, grave seria a nossa situação do ponto de vista militar. Felizmente isso pôde ser evitado, assim como o plano dos corsários americanos sulistas, em disponibilidade finda a guerra da Secessão nos Estados Unidos, os quais se ofereceram ao ministro paraguaio Barreiro, em Paris, a 7 de maio de 1866, para com sete cruzadores blindados bombardearem as cidades mais importantes do Brasil e engarrafarem no Prata a nossa esquadra, cortando-nos a linha de comunicações pelo mar e forçando nosso Exército a retirar em destroços pelo território das Missões (66).

Contra esses formidáveis preparativos, que se apressavam desde 1858, logo após a malograda expedição punitiva de Pedro Ferreira, a tel de melos do Império conelgnava para o exercício de 1864-1865 este ridículo efetivo para o Exército Imperial: 16 mil homens. A Argentina estava menos preparada do que nós. Do Uruguai, que saía de uma guerra civil depauperanta, nem se fale!

Mitra dificilmente conseguia no início da campanha reunir pouco mais de dez mil homens, efetivo que só faz diminuir no decurso das operações. Ninguém queria ir para a guerra. Os regionalismos punham as cabeças da fora, no anelo de se vingarem da derrota de Pavón. As guardas nacionais de Córdoba, Santa Fé e San Juan revoltaram-se (67). "Obstinado a frio" (68), Mitra galvanizou Buenos Aires e, apolado na capital fiel e unificadora, faz frente, até recorrendo a mercenários, à guerra estrangeira e a diversas revoltas locais. Era mais político a ascritor do que soldado. Andava geralmente à paisana. Sua sela tinha coldres, mas sem pistolas, chaios de graxa com que untava os arreios. Seu chafa de estado-maior, no qual havia judeus, como o major Abraão Walker, era o general Gally y Obes, administrador circunspecto, porém a negação do militar profissional. A maior parte da cavalaria estava a pé e a artilharia deixava muito a desejar (69). O tenente-coronel Beverina dapõa que o comando argentino pedia armas e munições ao Brasil.

O Uruguai anviou à guerra pouco mais de três mil homens, que o Império sustentou. Alberdi não deixa de ter certa razão na sua imagem literária dos dois galos de briga.

O "poder mée sólido y eficaz" da Triplíce Aliança era, na verdade, o Império. Desarmado, armou-se à toda pressa. Levantou do solo pátrio ofendido pelos invasores legiões de guardas nacionais e voluntários, que se bataram como leões. "En el fuego a pie firme los brasileiros son Insuperables!" declara Seeber (70). O Brasil improvisou tudo, apesar de todas as críticas internas, de todos os Carrões & Cia., como escrevia Cotegipe, de todos os bucheiros que procuravam eslapar o patriotismo (71). A hegemonia naval que lhe dera em 1828 e vitória do Monte Santiago garantia-lhe o domínio das águas definitivamente estabelecido pelo triunfo do Riachuelo e conservado cuidadosamente em toda a campanha, o que permite o forçamento de Humaitá e fazer do rio Manduviré "a sepultura dos restos da esquadra paraguaia".

Pelo tratado de Triplíce Aliança, o comando chefe pertence ao general do país em que se desenrolassem as operações de guerra. Mitre assumiu-o na marcha através da província de Corrientes e conservou-o no Paraguai invadido. Visando unicamente o interesse da Argentina, que se povoua de emigrantes e enriqueceu, graças ao ouro brasileiro, tomou-se a "única cause do prolongamento de guerra" (72). Mes a brasilidade de Tamandaré, baseada nas estipulações do tratado, que punham a Esquadra Imperial fora de órbita do comando terrestre, recusando obedecer às ordens de Mitre, de fato sotopõe ao almirante o general argentino (73). Somente quando Caxias assumiu de vez a chefia dos Exércitos Aliados, a marinha passou sob suas ordens. Ela era a única gerente que tínhamos de mobilidade, de comunicações e de empedlho e uma paz em asperedo. Sem a força naval nas nossas mãos, teríamos perdido a guerra.

O grande organizador e disciplinador do Exército que o Império improvisou na concentração de Concordia, baseado na divisão que vencera em Paysandu e ocupara Montevideu, foi o general Osório. Trabalho silencioso e fecundo em que se revelou o grande capitão que de tudo cuidava. Tão grande aí como nos campos de batalha. Senão maior. Preparou, para libertar Corrientes, invadida pelos paraguaios, e para penetrar no território inimigo, 21 batalhões de infantaria de linha, 4 regimentos de cavalaria, 1 de artilharia a cavalo, 2 batalhões de artilharia a pé, 1 de engenheiros e 18 de guardas nacionais e voluntários de pátria, em 13 brigadas, fardados, disciplinados, armados e municlados (74). É esse Exército Imperial que vai decidir a sorte das armas.

Essa vitória, após cinco anos de gloriosa luta, leva o Brasil ao apogeu do seu sentido imperial, que se afirma na Marinha com Ta-

mandaré, Barroso a Inhaúma; no Exército com Caxias, Osório e Porto Alegre; nas letras com Pedro Américo, Vitor Meireles e Carlos Gomes; na política com Zacarias, Cotegipe e Ouro Preto; na diplomacia com Penedo, Itajubá e Otaviano. Mas o apogeu anuncia a decadência e a morte, cujos germes nascem da própria guerra do Paraguai.

A cooperação de Mitre e Flores, observou um escritor e diplomata paraguaio, trouxe como consequência fatal a intervenção brasileira, anunciada pelo ultimatum de Saraiva, "que foi o agente inconsciente da supressão da monarquia que servia com tão abnegada submissão". E acrescenta que o comércio fraterno dos soldados e oficiais brasileiros com os exércitos republicanos injetara o micróbio do republicanismo nas suas almas (75). De volta, mais tarde, quando essa infecção se generalizou, esse Exército Imperial proclamou a República.

É possível que haja nessa observação um pouco de verdade, embora o aspecto das caudilhescas repúblicas do Prata não fossa de molde a entusiasmá-los homens criados no sentimento e na vanidade da Ordem Imperial de um paleoliberalismo e sem revoluções, mazorca e quartelada. A verdade toda está encoberta por um véu, — o véu das forças ocultas.

Escrevendo em 1870 sobre a guerra do Paraguai, o oficial de estado maior do Exército Francês, Teodoro Fix, dizia: "A América do Norte e a Inglaterra vlam de mau humor o desdobramento de forças do Brasil... (76)" Eram as duas potências marítimas com que secretamente Solano López contava, além das simpatias da França, que o autor omitiu por se tratar de sua pátria. Basta conhecer a acolhida cordial e larga feita a Gregorio Benítez, representante diplomático do tirano, que revelou esse segredo, apesar de ser um mero secretário da legação, tanto pelo presidente dos Estados Unidos, na Casa Branca, como pelo Imperador Napoleão III, nas Tuilherias (77). A observação que Fix fazia lá de fora junta-se a que Sampalo Viana fazia aqui dentro, ao tempo da questão Christie: **DECIDIDAMENTE, A INGLATERRA VÊ E CALCULA QUE ESTE GIGANTE DA AMÉRICA DO SUL CRESCE E CRESCE, E ISTO NÃO LHÉ CONVÉM...**

"Apesar dos empréstimos com que Rotschild nos vinha ascravizando desde a Independência, o Brasil atingira o apogeu da sua grandeza e projeção política e moral no continente." Situação financeira relativamente folgada. Câmbio magnífico. Coesão nacional. Um exército veterano e aguerrido. Marinha exalente. Moralidade pública e particular. "Até aonde poderia ir como força na sua unidade e na sua influência moral o Império do Brasil? Não se tornaria, em alguns anos,



uma grande potência, polarizando o aentido do continenta meridional e falando aos donos do mundo em igualdade de condições (78)?"

Com o pseudônimo dos Estados Unidos e da Inglaterra, a quem não convinha a grandeza do novo Império, o governo judaico do mundo passou a agir. Facilitou-lhe a tarefa o regíma parlamentar com seu jogo mortífero de partidos na gangorre ministerial. Dadas as ordens e sugestões às forças ocultas, a bucha e a maçonaria, "aliadas a intelectuais e políticos, se pusaram em ação, minando a pouco e pouco o Império, sob a proteção do liberalismo cego de D. Pedro II, que não conhecia o poder dessas forças e não podia compreender o problema (79)".

As etapas foram matematicamente traçadas e realizadas. Manifesto republicano preparando o terreno. Lei do Ventre Livre atacando o Instituto Servil, base do trabalho, pilar da economia, na última renovação que lhe restava depois de supressão do tráfico, e procriação, sem criar o que a substituísse. Crise misteriosa de bolsa ratrando capitais do país. Descrédito do Terceiro Reinado em perspectiva. Questão dos bispos, afetando o Trono de Igreja e dividindo a este. Questão militar destruindo a disciplina do Exército, intrigando os chefes e melquistando-os com a Coroa. Abolição. Depois, a República...

"As forças secretas vêm de mau humor o crescimento do Brasil, sua maravilhosa colônia, e o impedem, defendendo a mameta." Para isso, dividem o Brasil e "lançam mão de todos os meios (80)". A nação somente poderá ser livre, deixar de ser COLÔNIA DE BANQUEIROS, negocietas et reliqua, sem bucheiros, sem maço e sem judeus.



# NOTAS

## I

- (\*) Tratado a respeito das coisas divinas ou espirituais. O mesmo que misticismo.
- (1) "Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo", José Olímpio — Rio, 1937, pg. 208.
- (2) L. D. Savignac, artigo em "La France Moderne".
- (3) Cristiano Benedito Ottoni, "Biografia do sr. D. Pedro de Alcântara".
- (4) Visconde de Sabóia (SILVIO TULLIO), "O Senhor Dom Pedro II", Rio, 1848.
- (5) Henri Raffard, "Apostamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil" in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", I. LXI, Imprensa Nacional, Rio, 1898.
- (6) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", 1ª ed., t. I, pg. 56.
- (7) Otávio Tarquínio, op. cit. — pgs. 230-231; Pereira de Silva, "Memórias do meu Tempo", Garnier, Rio, t. I, pg. 16-17.
- (8) Idem. — pg. 217.
- (9) Tristão de Alencar Araripé, "Notícia sobre a Maioridade", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. XLIV, pgs. 167-168.
- (10) Op. cit., pg. 175.
- (\*) Graduação de cores; matz, entretam. Diferença aplicada entre coisas do mesmo gênero.
- (11) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 210.
- (12) Henrique de Palva Couceiro, "A democracia nacional", pg. 265.
- (13) Lutz de Almeida Braga in "Os nossos mestres", de Fernando de Campos, ed. Portugal, Lisboa, 1924, pg. 36.
- (14) "Páginas de História Constitucional", pg. 36.
- (15) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 212.
- (16) Op. cit., pg. 214.
- (17) Bernardo de Vasconcelos, "Exposição".
- (18) Daniel P. Kidder, "Sketches of residences and travels in Brazil", I. II, pg. 357.
- (19) O grifo é nosso.
- (20) Idem.
- (21) Teófilo Ottoni, "Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais", Tip. do "Astro", São João d'El Rei, 1827 e "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", I. LXIV.
- (22) Henri Raffard, op. cit., pg. 425.
- (23) Otávio Tarquínio, op. cit.
- (24) Gustavo Barroso, "Brasil — Colônia de Banqueiros", Civilização Brasileira, Rio, 6ª edição, pgs. 57-58.
- (25) Walsh, "Notes of Brazil in 1828-1829".
- (\*) Tomar paralelo e determinada linha ou direção, Mirar, visar, observar.
- (26) Tristão de Alencar Araripé, op. cit., Apêndice, pg. 211.
- (27) Melo Matos, op. cit., pg. 37.
- (28) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 221.
- (\*) Irritar-se, tomar-se áspero.
- (29) Daniel P. Kidder, op. cit., I. II, pg. 357.
- (\*) Assinar (despacho ou diploma), assumir a responsabilidade; endossar, avalizar.
- (30) José Agostinho de Macedo, "O Desenganho", nº 3, pg. 7.
- (31) D. Frei Fortunato de São Boaventura, "O punhal dos Corcundas", Lisboa, 1824, nº 33, pg. 500.
- (32) Braz Florentino, "Do Poder Moderador", Tip. Universal, Recife, 1864, pgs. 72-74.
- (33) Rio Branco, "Eternidades Brasileiras", pg. 209.
- (\*) Poder, misterioso, a que se atribui influência benéfica ou maléfica.

(34) Otávio Terquínio, op. cit., pg. 232; Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", t. I, pg. 58, 1ª edição.

## II

(1) Otávio Terquínio, op. cit., pgs. 231-232; Cristiano Ottoni — "Biografia de Teófilo Ottoni", Tip. do "Diário do Rio de Janeiro", 1870, Rio, pgs. 19-21.

(2) Otávio Terquínio, op. cit., pg. 234.

(\*) Membro de uma sociedade política secreta da Itália. Membro de qualquer sociedade secreta revolucionária.

(3) Op. cit., pg. 235.

(4) O grifo é nosso.

(5) "Fragmentos histórico-políticos sobre o Brasil", A revolução de 1842 em São Paulo, Tip. Americana, São Paulo, 1858, pgs. 3-4.

(6) Op. cit., pg. 10. Releira-es e Bernardo de Vasconcelos e e Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná

(7) Op. cit., pg. 13.

(8) Rio Branco, "Elemérides Brasileiras", pgs. 55-57.

(9) Ofício do chefe de polícia Euzébio de Queiroz ao juiz municipal de 2ª vara, de 8 de agosto de 1842.

(\*) Deixado à disposição; livre de condições, não limitado. Livrentente

(10) Voto "Auto-biografia de Francisco de Assis Vieira Bueno", Campinas, Tip. Livre Azul, 1899. O autor foi bucheiro, discípulo do "insigne Júlio Frank" (pg. 10), tendo frequentado as aulas do mesmo desde sua inauguração em 1836 (pg. 11). Lê-se à pg. 14: "Seguiu-se logo a rebelião de 1842, que infelizmente (?) me teria coitado na sua rede, se tivesse rompido na capital, pois eu me achei filiado e um dos clubes revolucionários chamados dos PATRIARCAS INVISÍVEIS." E à pg. 36: o dr. Gabriel Rodrigues dos Santos era chamado na "intimidade" VICE-REI e o brigadeiro Tobias, REI; ambos concertaram a candidatura do autor e deputado geral.

(11) Ctr. Spenser Vempré, "Memória para a história de Academia de São Paulo", t. I, pgs. 237-239; Azevedo Marques, "Apontamentos históricos", t. II, pg. 127; J. B. de Moraes, "A revolução de 1842" "In" "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", t. XII.

(12) J. A. Pinto Júnior, "Movimento político da província de São Paulo em 1842", tip. do "Diário de Santos", 1870, pgs. 5 e seqs., 12 e seqs., 30-32. O autor, redator do jornal "Tibiriçá", foi parte nos acontecimentos.

(13) Op. cit., pgs 8-9.

(14) Cônego José Antônio Marinho, "História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais", tp. de J. E. S. Cabral, Rio de Janeiro, 1844, t. II, pg. 5.

(15) J. A. Pinto Júnior, op. cit., pgs. 39-40, 74 e seqs.

(16) Almeida Nogueira, "Tradições e reminiscências", t. VIII, pg. 39. Karan, Karam, Karram, Carram, Carrão...?

(17) Carta do senador Vergueiro ao barão de Monte Alegre, de 6 de julho de 1842.

(18) Ctr. Eugênio Egas, "Diogo Antonio Feijó", Tip. Levi, São Paulo, 1912, pgs. 202, 216-219 e 246; Feijó, "Defesa", "In" Suplemento do "Jornal do Comércio", de 18 de maio de 1843; Parecer da Comissão Especial do Senado, de 31 do julho de 1843.

(19) Carta de Tobias a Feijó, de 7 de junho de 1842.

(20) Ata da reunião da Câmara Municipal de Sorocaba para a posse de Rafael Tobias

(21) J. A. Pinto Júnior, op. cit., pg. 49.

(22) "Fragmentos histórico-políticos sobre o Brasil — A revolução de 1842 em São Paulo", pg. 9; Eugênio Egas, op. cit., pgs. 182-188

(23) Eugênio Egas, op. cit., pg. 193.

(24) Rio Branco, op. cit., pgs. 257, 273, 276 e 282.

(25) Op. cit., pgs 288, 296, 301, 318 e 343.

- (26) Op. cit., pgs. 326, 333, 359, 360, 366 e 390.  
 (27) Op. cit., pgs. 403-404.  
 (28) Otávio Tarquínio, op. cit., pg. 246.  
 (29) Fardamento de um sargento "Luzia" que tomou parte na batalha de Santa Luzia, conservado no Museu Histórico Nacional.  
 (30) Cônego José Antonio Marinho, op. cit., t. I, pgs. 60, 86, 82 e 87.  
 (31) Op. cit., pg. 229.  
 (32) Cristiano Ottoni, op. cit., pgs. 9 e 27.  
 (32) Autobiografia de Cristiano B. Ottoni, manuscrito existente no Museu Histórico Nacional, t. I, pg. 41.

### III

- (1) Pereira de Silva, "Memórias de meu tempo", t. I, pg. 22.  
 (2) Tristão de Alencar Araripe, "Guerra civil no Rio Grande do Sul", "in" "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", t. XLIII, pg. 123.  
 (3) Pereira de Silva, op. cit., t. I, pgs. 42-49.  
 (4) Exposição do barão de Caxias ao ministro de Guerra, datada da cidade do Rio Grande em 29 de novembro de 1842, vinte dias após sua posse.  
 (5) Rio Branco, op. cit., pg. 20.  
 (6) Ofício do barão de Caxias ao ministro de Guerra, de 16 de julho de 1843.  
 (7) J. Pinto da Silva, "A província de São Pedro", ed. da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1930, pgs. 170 e 198.  
 (8) Carta de Bento Manuel a Saturnino de Souza, de 13 de outubro de 1840.  
 (9) Alfredo Varela, "História da Grande Revolução", ed. da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1930, t. V, pgs. 275 e segs.  
 (10) Tristão de Alencar Araripe, op. cit., t. cil., pgs. 119 e 273.  
 (11) Alfredo Varela, op. cit., t. VI, pg. 129.  
 (12) Op. cit., t. V, pgs. 361 e 367.  
 (13) João de Moraes, "A Revolução no Rio Grande", p. II, pg. 73; Carta de José Clemente Pereira ao barão de Caxias, de 12 de dezembro de 1842.  
 (14) A primeira a 5 de julho e a segunda a 28 de dezembro de 1841. V. Rio Branco, op. cit., pgs. 337, 610 e 611.  
 (15) Alfredo Varela, op. cit., t. V, pgs. 397 e segs.  
 (16) Vide e gravura de pg. 62-A.  
 (17) Ponte Ribeiro, "Memória".  
 (18) Alfredo Varela, op. cit., t. V, pgs. 400-401, t. VI, pg. 142; Tristão de Alencar Araripe, op. cit., t. XLVI, p. I, pgs. 423-424.  
 (19) Alfredo Varela, op. cit., t. V, pgs. 381 e segs.  
 (20) Carta do barão de Caxias ao ministro de Guerra, de 12 de dezembro de 1842.  
 (21) Alfredo Varela, op. cit., t. VI, pg. 21.  
 (22) Tristão de Alencar Araripe, op. cit., "in" Rev. cil., t. XLVI, p. I, pg. 122.  
 (22) Rio Branco, op. cit., pgs. 504, 525 e 608.  
 (24) Parte do barão de Caxias ao ministro de Guerra sobre o combate de Porongos, de 14 de novembro de 1843.  
 (25) Tristão de Alencar Araripe, op. cit., "in" Rev. cil., t. XLIII, p. II, pgs. 286-287.  
 (26) Op. cit., Rev. cil., t. cil., p. cil., pg. 122.  
 (27) Rio Branco, op. cit., pg. 596.  
 (28) Op. cit., pgs. 477, 483, 522 e 575.  
 (29) Cristiano Ottoni, "Biografia de Tedflio Ottoni", tip. do "Diário do Rio de Janeiro, 1870, pg. 27. Os grifos são nossos. A consulta linha sido do teor seguinte: "Se lhes dessem esperanças de levantamento de outras províncias, eles, Ferrapos, se sustentariam, mas abandonados como até então muito lhes convinham as condições estabelecidas", testemunhe o mesmo Cristiano Ottoni em "O advento de República no Brasil", bp. Perserverança, Rio de

Janeiro, 1890, pgs. 59-70. A prova da ligação maçônica dos Farrapos com os outros revolucionários da época é evidente.

(30) Gustavo Barroso, "A guerra de Rosas", ed. da Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1929, pg. 97.

(31) Marechal Bormann, "Rosas e o Exército Aliado", Rio de Janeiro, 1912, t. I, pg. 144.

(32) Op. cit., t. cit., pg. 148.

(33) Gustavo Barroso, op. cit., pg. 99.

(34) Gustavo Barroso, "Brasil colônia de banqueiros", 5ª ed., pg. 59.

(35) Os trabalhos de Alfredo Rodrigues foram publicados anos seguidos no "Almanaque Riograndense".

(36) Gustavo Barroso, "Os homens de 1835", in "A Nação" do Rio de Janeiro, de 20 de setembro de 1935.

(37) Loc. cit.

(38) De Paranhos Antunes, "Episódios e perfis de 1835".

(39) "Hitler, l'Allemagne et les Juifs", in "Centre-Révolution", n° 6, dezembro de 1937, Genebra, pg. 636.

## IV

(1) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", 1ª ed., t. I, pg. 78.

(2) Pereira de Silva, op. cit., t. I, pg. 167.

(3) J. J. Figueira de Melo, "Crônicas da rebelião praieira de 1848 e 1849", tip. do Brasil, Rio de Janeiro, 1960, pg. 6. Em todo o Norte, o português é vulgarmente chamado pelo expressivo nome de "marinheiro". Compare-se o "mata marinheiro" com o "mata maroto" e o "mata brando". Vê-se que a inspiração xenofóbica é a mesma. Enquanto esse xenofóbico se diverte com os portugueses, nossos irmãos, nossos afins por todos os motivos, esquece outros estrangeiros sobre os quais por justiça se deveria exercer.

(4) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 80-81.

(5) "Diário Novo", órgão oficial de Praia, Recife, 26 de agosto de 1847.

(6) Nabuco de Araújo, "As eleições para senadores na província de Pernambuco em 1847".

(7) O pai de Joaquim Nabuco, o senador José Tomás Nabuco de Araújo.

(8) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 85 e 91.

(9) Urbano Sabino, "Apreciação da revolta praieira em Pernambuco", tip. do "Correio Mercantil", Rio de Janeiro, 1849, pg. 19.

(10) Nabuco de Araújo, "Justa apreciação da revolta praieira", pg. 10.

(11) Urbano Sabino, op. cit., pg. 7.

(12) Pereira de Silva, op. cit., t. I, pg. 195.

(13) Op. cit., t. I, pg. 186.

(14) J. J. Figueira de Melo, op. cit., pgs. 27-28 e 53-55.

(15) Op. cit., pgs. 57, 347-348.

(16) Op. cit., pg. 80.

(17) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 89.

(18) Neto Campelo, "História parlamentar de Pernambuco", ed. da Livraria Universal, Recife, 1923, pg. 59.

(19) Rio Branco, op. cit., pg. 167.

(20) Neto Campelo, loc. cit.

(21) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 90.

(22) J. J. Figueira de Melo, "Crônica da revolução praieira", relatório de Vicente Pires da Mota, "in fine".

(23) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 93.

(24) Artigo de Borges de Fonseca no "O Republicano", de 2 de fevereiro de 1854, Discurso na Assembléia do Rio, do dr. Tomás Gomes dos Santos, de 19 de março de 1848.

- (25) Rio Branco, op. cit., pgs. 617-618; "Manifesto ao Senado", de 1ª de janeiro de 1840, assinado pelos Chefes das Forças Liberais.
- (26) Urbano Sabino, op. cit., pgs. 6, 51-53.
- (27) Op. cit., pg. 19.
- (28) General Melo Rego, "Rebelião Praieira", ed. da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899, pg. 47.
- (29) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 96.
- (30) J. J. Figueira de Melo, Discurso na sessão da Câmara dos Deputados, de 24 de janeiro de 1850.
- (31) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 97.
- (32) Macedo, "Ano Biográfico".
- (33) Rio Branco, op. cit., pgs. 536-536; Ordem do Dia de Amorim Bezerra, datada de 15 de novembro de 1848.
- (34) Urbano Sabino, op. cit., pgs. 83-88 e 149.
- (35) General Melo Rego, op. cit., pg. 73.
- (36) Op. cit., pgs. 83-88 e 149.
- (37) Op. cit., pg. 75.
- (38) Op. cit., pgs. 11 e 101.
- (39) Rio Branco, op. cit., pgs. 598 e 604.
- (40) Op. cit., pgs. 9, 10, 19, 38, 51, 84 e 89.
- (41) J. J. Figueira de Melo, op. cit., pgs. 328 e seqs.
- (42) General Melo Rego, op. cit., pg. 111; J. J. Figueira de Melo, op. cit., pg. 136.
- (43) Pereira de Silva, op. cit., t. I, pg. 212.
- (44) "Memórias" apresentadas ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

## V

- (1) Theodor von Leuthold, "Meine Anflucht nach Brasilien oder Reise von Berlin nach Rio de Janeiro", Berlin, 1820.
- (2) Henri Riffard, "Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899, t. LXI, pg. 137.
- (3) Pereira de Silva, op. cit., pg. 218.
- (4) "Notícia biográfica do conselheiro Francisco Xavier de Paes Barreto", pg. 26.
- (5) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 113.
- (6) Op. cit., pg. 114.
- (7) Ramos Mejia, "Rosas y su linpo", ed. Atanasio Martinez, Buenos Aires, 1927, t. II, pgs. 95, 99 e 117; Adolfo Beldias, "Historia de la Confederacion Argentina", ed. La Facultad, Buenos Aires, 1911, t. V, pg. 72, "in" nota.
- (8) Ramos Mejia, op. cit., t. II, pgs. 49-52.
- (9) Ramos Mejia, op. cit., t. II, pgs. 65-69; Gustavo Barroso, "A guerra do Rosas", pgs. 19-20.
- (10) Gustavo Barroso, op. cit., pg. 69.
- (11) Vicente Rossi, "Coisa de Negro", Rio de la Plata, 1926, pgs. 81-82; Ramos Mejia, op. cit., t. I, pgs. 238, 262-263, t. II, pg. 348; Arturo Capdevila, "Las viáperas de Caerros", ed. Cabault & Cia.; Buenos Aires, pgs. 38, 50-51.
- (12) Ramos Mejia, op. cit., t. II, pgs. 127, 218-219; Arturo Capdevila, op. cit., pgs. 61 e 97.
- (13) Bormann, "Rosas e o Exército Aliado", t. I, pgs. 61 e seqs.; Ramos Mejia, op. cit., t. I, pg. 246.
- (14) Pereira de Silva, op. cit., t. I, pgs. 207-209. Sobre a reconstituição do Vice-Reinado, vide Aquilas B. Oribe "Brigadier general P. Manuel Oribe", Montevideo, 1913, t. I, pg. 163, in nota.

(15) Oneto y Viana, "La diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata; Luis Alberto de Herrera, "La diplomacia orientada en el Paraguay", t. III, pgs. 86 e 211; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 174-176.

(16) Adolfo Saldias, op. cit., t. V, pgs. 212 e segs.; Thompson, "La guerra del Paraguay", ed. de 1910, pgs. 4 e 9; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 79-80.

(17) Arturo Capdeville, op. cit., pgs. 69-70.

(18) Gustavo Barroso, "A guerra do Rosas", pg. 108.

(19) Bormann, op. cit., t. II, pg. 17.

(20) Bormann, op. cit., t. I, pg. 108; Julio Maria Soza, "Lavalleja y Oribe", pg. 319.

(21) Bormann, op. cit., t. I, pg. 112.

(22) Eduardo de Urquiza, "Historia Numismática de la Campaña Libertadora de Urquiza", Buenos Aires, 1928, pg. 35.

(23) Domingos Sarmiento, "Campaña en el Ejército Grande Aliado Libertador de Sud America",

(24) Ata de capitulação "in" Santos Titare, "Memórias do Grande Exército Libertador da Sul América",

(25) Bormann, op. cit., t. II, pgs. 43-47; Rio Branco, op. cit., pgs. 594-595.

(26) Rio Branco, op. cit., pgs. 82-83; Bormann, op. cit., t. II, pg. 110; Adolfo Saldias, op. cit., t. I, pgs. XX e segs., t. V, pgs. 287 e 300; Ramos Mejia, op. cit., t. III, pg. 16, t. I, pgs. 150-157 e 253; Herrera, "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay", pg. 315; Cesar Dias, "Memórias", pg. 269.

(27) Adolfo Saldias, op. cit., t. V, pgs. 305 e segs.; C. Ibaruren, "Juan Manuel de Rosas", ed. La Facultad, 1931, pgs. 436-437.

(28) Parte do general Gregorio Arcoz de La Madrid e Urquiza, in "Historia do general Osório", t. I, pg. 520.

(29) Parte do major general Viresoro e Urquiza, in Eduardo de Urquiza, op. cit., pg. 66. Cfr. Parte de Marques de Souza ao conde de Caxias. V. Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 165 e segs., docs. III, IV e V, no APÉNDICE, e o plano de batalha in Santos Titare, op. cit.

(30) Adolfo Saldias, op. cit., t. V, pg. 312; "Gaceta Mercantil", números de época; Luis Alberto de Herrera, "Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay", pgs. 20-22; Lucas Ayarregaray, "La anarquía argentina y el caudillismo", ed. La Jovana, Buenos Aires, 1926, pg. 62.

(31) Rio Branco, op. cit., pgs. 110-111.

(32) Domingos F. Sarmiento, "Campaña en el Ejército Grande Aliado",

(33) Santos Titare, op. cit.; Sarmiento, op. cit.

(34) Proclamação de despedida à Divisão Auxiliar do Brasil por D. Justo José de Urquiza.

(35) Manifesto de gratidão ao Brasil pela Honorable Sala de los Representantes, aiambro de 1852.

(36) Gustavo Barroso, "Brasil — colônia de banqueiros", 6ª ed., pgs. 80-82.

(37) Rio Branco, op. cit., pg. 587.

(38) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 266.

(39) Gustavo Barroso, op. cit., pgs. 63 e 72.

(40) Op. cit., pgs. 73-74.

(41) Sobre o CARNAVAL FINANCEIRO consulte-se Poreira da Silva, "Memórias de meu tempo", t. I.

## VI

(1) Alberto Faría, "Mauá", 2ª ed., pgs. 42-43; Claudio Williman, "Exposición sobre el Benico de la Republica Oriental del Uruguay", pgs. 11-13.

(2) Op. cit., pg. 74.

(3) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 207.

(4) Mauá, "Exposição aos credoras".



- (5) Alberto Faria, op. cit., pg. 56.  
 (6) Pedro Lamea, "Etapas de una gran política".  
 (7) Pacto de 6 de setembro de 1850, no Arquivo do Itamarati.  
 (8) Alberto Faria, op. cit., pg. 127.  
 (9) Op. cit., pg. 102.  
 (10) Op. cit., pgs. 95, 102-106 e 118-119.  
 (11) Op. cit., pgs. 115-116.  
 (12) Mauá, op. cit.  
 (13) Alberto Faria, op. cit., pgs. 51-82 e 342-343.  
 (14) Op. cit., pgs. 232-233.  
 (15) Op. cit., pgs. 92 e 366.  
 (16) Op. cit., pg. 177; Correspondência de Carneiro de Campos e Mauá no Arquivo do Itamarati.  
 (17) Op. cit., pgs. 184 e 242.  
 (18) Op. cit., pgs. 43-45, 163-194 e 223.  
 (19) Anais do Senado do Império — sessão de 26 de maio de 1875.  
 (20) Eduardo Azevedo, "História del Uruguay", t. V, pgs. 22 e seqs.  
 (21) Alberto Faria, op. cit., pgs. 145, 154-155.  
 (22) Joaquim Manuel de Macedo, "Memórias de ruído Ouvidor", pg. 145; Alberto Faria, op. cit., pg. 150.  
 (23) Alberto Faria, op. cit., pgs. 45-46; Oliveira Lima, "Formation de la nationalité brésilienne".  
 (24) Alberto Faria, op. cit., pg. 54.  
 (25) W. D. Christie, "Notes on Brazilian Questions", ed. Macmillan & Co., Londres — Cambridge, 1865, Introdução, pg. LXIX.

## VII

- (1) "L'Anglais est Israélite", ed. Jouve, Paris.  
 (2) "Le négre d'Israël chez les Anglo-Saxons", ed. Grasset, Paris, 1921, pgs. 11-12.  
 (3) J. H. Allen, "Judah's sceptre and Joseph's birthright", ed. Shaw, Michigan, 1902, pgs. 268-269, 294-295, 299, 304-305, 321 e o Apêndice com as genealogias reais de Judá e de Inglaterra, através da Irlanda e de Escócia; Gowier, "Our Scythian Ancestors", sobretudo pg. 5.  
 (4) Georges Barbarin, "Le secret de la Grande Pyramide", ed. Adyar, Paris, 1936, pgs. 92-95; Gustavo Barroso, "O Ilm do Império Britânico" "in" "O Povo", Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1937; Ruskin, "The stones of Venice"; A. N. Field, "All these things".  
 (5) Roger Lambelin, op. cit., pgs. 12 e seqs.  
 (6) Op. cit., pgs. 15 e seqs.; "Lettres de lord Beaconsfield à sa sœur", ed. Perrin, Paris, 1889.  
 (7) W. D. Christie, op. cit., pg. 106.  
 (8) Op. cit., pg. 109.  
 (9) Pedro Calmon, "O marquês de Abrantes", ed. Guanabara, Rio, 1933, pgs. 272-278.  
 (10) Op. cit., pg. 81.  
 (11) Pedro Calmon, op. cit., pgs. 278 e seqs.  
 (12) Wanderley de Pinho, "Cotegipe e seu tempo", ed. de Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, pgs. 197 e 214.  
 (13) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pg. 225, Discurso de Euzébio de Queiroz no Senado, no sessão de 18 de julho de 1852.  
 (14) Relatório de Censuração de Sinimbu, chefe de polícia de Corte, em 7 de abril de 1856.  
 (15) Op. cit., pg. 201. Os grifos são nossos.  
 (16) Op. cit., pg. 221.  
 (17) Op. cit., pgs. 217 e 373.  
 (18) Joaquim Nabuco, op. cit., t. I, pgs. 237 e 241.

(19) W. D. Christie, op. cit., pgs. 3-4.

(20) Op. cit., pgs. 104. Textualmente: "inveterate hostility to the government of Brazil"; "Spital"

(21) Op. cit., pgs. 3, 47 a segs.; 145 e segs.; Carta de Christie a lord Russell, de 12 de novembro de 1862.

(22) Discurso de lord Palmerston na Câmara dos Lords, em 7 de maio de 1863.

(23) Pedro Calmon, op. cit., pg. 263.

(24) Wanderley de Pinho, op. cit., pgs. 666-667.

## VIII

(1) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 151.

(2) Domingos F. Sarmiento, "Argyropolis", Buenos Aires.

(3) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 152.

(4) Carta a Francisco Hordeñana, em fevereiro de 1854.

(5) Fala do Trono na abertura de sessão parlamentar de 1856.

(6) Ponta Cideia, "Leandro Gomez e Paisandu" in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929, t. CV, pgs. 274-275.

(7) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pg. 156.

(8) Coronel Dias de Oliveira, "Guerra do Paraguai", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917, tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, p. V, tomo 7º, pgs. 312 e segs.

(9) Romulo T. Rossi, "Epipeodios históricos — Bombardeo y toma de Paisandú — La Cruzada Libertadora", ed. Peña Hermanos, Montavideo, 1923.

(10) Publicado pelo "Espectador de América de Sul".

(11) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pgs. 166-167.

(12) Op. cit., t. II, pg. 169, "in" nota.

(13) Coronel Dias de Oliveira, op. cit., pg. 317.

(14) A. Comte, "La Cruzada Libertadora", pg. 117; Alberto Faria, op. cit., pgs. 66-69.

(15) Joaquim Nabuco, op. cit., t. II, pgs. 132 e segs.

(16) Alberto Faria, op. cit., pg. 62.

(17) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", versão castelhana de Gonzalo Reparez, ed. Gemier, Paris, 1905, pgs. 47-48.

(18) Alberto Faria, op. cit., pg. 345.

(19) Joaquim Nabuco, "Um estadista do Império", 1ª ed., t. II, pg. 177.

(20) E. C. Jourdan, "História das campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai", t. I, pg. 62.

(21) Op. cit., t. I, pgs. 59-62; Moreira de Azevedo, "Quadros Guerairos", pg. 22.

(22) Romulo T. Rossi, op. cit., pgs. de 33 e 164.

(23) Op. cit., pgs. 33-34, 154-155 e 184; Mestermann, "Sete años de aventuras en el Paraguay", ad. de 1911, pg. 63 "in" nota; Juansilvano Godol, "Monografías Históricas", 1ª série, pg. 69; Schneider, "A guerra da Tríplice Aliança", ad. de 1876, t. I, pgs. 52-53; Moreira de Azevedo, op. cit., pg. 18; Theodore Fix, "La guerre du Paraguay", ed. Tanera, Paris, 1870, pg. 38; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", cap. "A expedição de Leandro Gomez"; J. L. Rodrigues de Silva, "Recordações da Campanha do Paraguay", ed. Welazflog, São Paulo, pg. 15; Ofício do ministro da Estrangeiros do Brasil ao viceoinda do Rio Branco, de 22 de janeiro de 1865; "Boletim Oficial", de D. Varancio Flores.

(24) E. C. Jourdan, op. cit., t. I, pg. 62.

(25) Informação do general A. Díaz ao governo uruguaio

(26) Gustavo Barroso, "A guerra do Flores", pg. 179.

(27) Manuel Gálvez, "Por que ocurrió la guerra del Paraguay?" "in" "La Nación", Buenos Aires, nº de 7 de outubro de 1928.

(28) Luis Alberto Herrera, "La clausura de los ríos", pg. 477.

(29) Gustavo Barroso, op. cit., pgs. 180-181.

(30) José Maria de Silve Patanhos, visconde do Rio Branco, "A Convenção de 20 de fevereiro explicada à luz dos debates do Senado e dos sucessos de Uruguiana", Rio de Janeiro, 1865.

(31) H. Boteux, "Os nossos almirantes"; Paula Cidade, "Leandro Gomez e Páezandu".

(32) Correspondência trocada entre Tamandaré e o ministro de Marinha em 1864-1865, no Arquivo Nacional; Gustavo Barroso, "Tamandaré, o Nelson Brasileiro", ed. Guanabara, Rio de Janeiro, pgs. 156 a seqs.

(33) Decreto do Governo Provisório da República Oriental do Uruguai, de 28 de fevereiro de 1865, agtadecendo a ocupação do Império Brasileiro.

(34) Luis Alberto de Herrera, "La diplomacia oriental en el Paraguay"; Baez, "Resumen de la historia del Paraguay"

## IX

(1) "La alianza del Imperio del Brasil con las Repùblicas Argentina y Oriental es tan desigual que mucho se parece a un juego de gallos que el jugador lleva debajo de cada brazo uno, para hacerles reñir en provecho y honra de galero solamente", Alberdi, "Bases".

(2) "Anales diplomaticos y militar de la guerra del Paraguay", tip. Muñoz Hermanos, Assunção, 1906, t. I, pg. 141.

(3) "Nación Argentina", nº de 24 de fevereiro de 1876.

(4) Luis Alberto de Herrera, "Buenos Aires, Urquize y el Uruguay", pg. 88.

(5) Schneidat, op. cit., t. II, pg. 147.

(6) Lemos Brito, "Guerra do Paraguai", Rio de Janeiro, 1927, pg. 177. Carta de Urquize e Mibe.

(7) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", pg. 73.

(8) Francisco Seebér, "Cartas sobre la guerra del Paraguay — 1865-1866", ed. J. Rosco, Buenos Aires, 1907, pgs. 29-31.

(9) Lemos Brito, op. cit., pg. 166.

(10) Depoimento do general Francisco Isidoro Resquin, chefe do estado maior paraguai, no quartel general do Exército Brasileiro, em Humaitá, a 20 de março de 1870, "in" Mastermann, op. cit., pgs. 400 e seqs.

(11) Gregorio Benitez, op. cit., t. I, pg. 9 e docs. às pgs. 138 e 164.

(12) Thompson, "La guerra del Paraguay", ed. Palumbo, Buenos Aires, 1919, pgs. 18 e 70.

(13) Antonio Zinny, "Historia de los gobernantes del Paraguay".

(14) C. A. Washburn, artigo publicado em Nova York, a 22 de janeiro de 1870, in Mastermann, op. cit., pgs. 368 e seqs.

(15) Manuel Gálvez, "Por que ocurrió la guerra del Paraguay"? in "La Nación", Buenos Aires, 7 de outubro de 1928. A entrevista de López e Varela foi estampada por este último em "La Tribuna", de Buenos Aires, em 1858. O documento é inofensível.

(16) Pedro S. Lamas, "Etapas de una gran política".

(17) Cardús Huerta, "Arado, pluma y espada", ed. Domenech, Barcelona, 1911, pg. 437.

(18) "Cuadros historicos y descriptivos", ed. H. Kraus Assunção, 1906, pg. 139.

(19) "La frente en el Paraguay", tip. de "El País", Assunção, 1903, pgs. 13, 15 e 37.

(20) Op. cit., pg. 257.

(21) Garmendia, "Recuerdos de la guerra del Paraguay", 4ª ed., Buenos Aires, 1890, pg 116.

(22) Op. cit., pgs. 43 e 117.

(23) Mastermann, op. cit., pgs. 1 a 37

(24) Op. cit., pg. 38.

(25) "La guerra del Paraguay", pg. 1.

(26) "Cuadros historicos y descriptivos", pg. 176.

(27) Gregorio Benitez, op. cit., pg. 5. A Inglaterra e os Estados Unidos? Assim parece, como se verá no decurso do capítulo.

- (28) Loc. cit.
- (29) V. o texto do Tratado, in Thompson, op. cit., Apêndice.
- (30) Joaquim Nabuco, "La guerra del Paraguay", pgs 99 e 103.
- (31) Luis Alberto de Herrera, "El drama del 65", 2ª ed., pg. 41.
- (32) Op. cit., pg. 4.
- (33) Wanderley de Pinho, op. cit., pgs. 436 e 445.
- (34) Vicente G. Quesada, "La política imperialista del Brasil", ed. Vaccaro, Buenos Aires, 1920, pg. 159.
- (35) "Semana Ilustrada", de 29 de janeiro de 1865, Rio de Janeiro, pg. 1731.
- (36) Mastermann, op. cit., pgs. 29-30 e 410; H. F. Decoud, "Une década de vida nacional — 1869-1880", Assunção, 1925, t. I, pgs. 232-233.
- (37) Depoimento de Frei Basílio de Bagnalis, vice-prefeito das missões de Mato Grosso, em Cuiabá, a 12 de novembro de 1869, in Mastermann, op. cit., pgs. 356 e 357.
- (38) Depoimento de Silvestre Aveiro, secretário de Solano Lopez, e bordo de canhoneira imperial "Guetemi", a 23 de março de 1870, in op. cit., pgs. 373 e segs.
- (39) Théodore Fix, "La guerre du Paraguay", pg. 184; Taunay, "Diário do Exército", t. II; J. L. Rodrigues de Silva, op. cit., pg. 76.
- (40) Cecilio Baz, "La trahie en el Paraguay", pgs. 176 e 277; Cuadros historicos y descriptivos", pg. 188; Mastermann, op. cit., pgs. 213 e 367; Gregorio Benítez, op. cit., t. II, pg. 88; Thompson, op. cit., pg. 225.
- (41) Cecilio Baz, "La trahie en el Paraguay", pgs. 179 e 277; Thompson, op. cit., pgs. 143 e 201; Mastermann, op. cit., pgs. 149, 153, 155, 165 e 218; Correspondência de Assunção, de 7 de julho de 1869, inserta na "Semana Ilustrada" do Rio de Janeiro, de 25 do mesmo mês e ano, pg. 3599.
- (42) O'Leary, "Nuestra Epopeya", pg. 22.
- (43) Thompson, op. cit., pg. 192; Mastermann, op. cit., pgs. 116-117.
- (44) Washburn, art. cit.
- (45) Thompson, op. cit., pgs. 144 e segs.
- (46) "Semana Ilustrada", Rio de Janeiro, nº de 17 de janeiro de 1869, pg. 3384.
- (47) Arquivo de Milre.
- (48) Correspondência de Montevideu, publicada na "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, de 24 de fevereiro de 1859.
- (49) "Le Brésil, Buenos Ayres, Montevideo et le Paraguay devant la civilisation", ed Dentu, Paris, pgs. 12 e 58.
- (50) Op. cit., pgs. 123-125.
- (51) Sr. Pablo Hernandez, "Organización social de las doctrinas guaranicas de la Compañía de Jesus", ed. Gustavo Gill, Barcelona, 1913, t. I, pgs. 28 e segs.
- (52) Charles Exilly, op. cit., pg. 125.
- (53) Garmendia, op. cit., pg. 43; Seeber, op. cit., pg. 115.
- (54) Mastermann, op. cit., pg. 41.
- (55) Op. cit., pgs. 228-235.
- (56) Correspondência de Buenos Aires, publicada pelo "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 21 de janeiro de 1869.
- (57) Idem no mesmo órgão, em 23 de janeiro de 1869.
- (58) Parte do marechal Gastão d'Orleans, conde d'Eu, "in" Pareira de Costa, "História de guerra do Paraguay", pg. 338.
- (59) Relatório do presidente Souza Gonzaga ao ministro visconde de Boa Vista, em 1865
- (60) Discurso do deputado Antonio Correa do Couto, na sessão da Câmara de 1859; Correspondência de Cuiabá, publicada no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, em 16 de março de 1855, Relatório do ministro de Guerra, de 1864.
- (61) H. F. Decoud, op. cit., pg. 17; Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Preto", cap. "Armamento brasileiro e paraguai"; Moreira de Azevedo, op. cit., pg. 176; Schneider, op. cit., t. I, pg. 91, l. IV, pg. 36, nota 44, lase. I; Thompson, op. cit., pgs. 42-43; Mastermann, op. cit., pg. 72; Peltaja, "Diário", 27 de maio de 1865; Relatório do ministro da Guerra do Brasil, 1870.
- (62) Mastermann, op. cit., pg. 65; Thompson, op. cit., pg. 42; Gregorio Benítez, op. cit., t. I, pg. 84.

- (63) O'Leary, "El centauro de Ibiçui" e Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", cap. "O cademinho do centauro", pgs. 65 e seguintes.
- (64) Pimenta Bueno, "Memórias", "in" "Revista Brasileira", de 15 de outubro e 1ª de novembro de 1895.
- (65) Gregório Benítez, op. cit., t. I, pgs. 134 e seqs., e 200-201.
- (66) Op. cit., loc. cit.
- (67) Carta do general Emilio Mitre ao vice-presidente Marcoa Paz, em 1865.
- (68) Luis Alberto de Herrera, "El drama del 65", pg. 193.
- (69) Seeder, op. cit., pgs. 52, 82-97 e 116 "bis".
- (70) Op. cit., pg. 136.
- (71) Carta do barão de Colegipe ao barão de Penedo, de 12 de maio de 1866. Referia-se ao famoso bucheiro paulista, apelidado o Mágico, ubíquo senador Carrão, famoso pela sua altitude na revolução de 1842.
- (72) "Diário do Rio de Janeiro", de 4 de setembro de 1867.
- (73) Gregorio Ramirez, op. cit., t. I, pg. 217.
- (74) Tenente-coronel Juan Beverina, "La guerra del Paraguay", ed. Ferrari, Buenos Aires, 1921, t. II, pgs. 419-420.
- (75) Gregorio Benítez, op. cit., t. I, pg. 91 e 127; t. II, pg. 62.
- (76) Op. cit., pg. 161.
- (77) Gregorio Benítez, op. cit., t. II, caps. VI e VII.
- (78) Gustavo Barroso, "O espírito do século XX", ed. de Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1936, pgs. 109-111.
- (79) Op. cit., pg. 111.
- (80) Op. cit., pg. 125.

